

*As Cidades Virgínicas da
Circumada*

*off.
especial*

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



OPPORTUNISMO

E A

REVOLUÇÃO

CONFERENCIA PUBLICA DO «CLUB REPUBLICANO ACADEMICO»,
REALISADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 1880.

POR

ASSIS BRAZIL

ORADOR DO MESMO «CLUB»



S. PAULO

Typographia A. L. Garraux & Comp.

36.—RUA DA IMPERATRIZ,—38

MDCCCLXXX

O OPORTUNISMO E A REVOLUÇÃO

ALFREDO DE J. FLORES E WAGNER FELONIUK (ORGS)

ALFREDO DE J. FLORES
WAGNER FELONIUK
(ORGANIZADORES)

O OPORTUNISMO E A REVOLUÇÃO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



Organizadores: Alfredo de J. Flores e Wagner Feloniuk

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

Ilustração da Capa: Folha de rosto de “O Opportunismo e a Revolução” de Assis Brasil, Tipografia A. L. Garraux & Comp, São Paulo, 1880.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A848o Assis Brasil, Joaquim Francisco de
Opportunismo e Revolução [recurso eletrônico] / Joaquim Francisco de Assis Brasil; organizado por Alfredo de J. Flores e Wagner Feloniuk. - Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2022.

Modo de acesso: <http://ihgrgs.org.br/ebooks.html>
ISBN: 978-65-86542-05-9

1. Política - Brasil. 2. Forma de governo - República. I. Assis Brasil, Joaquim Francisco de. II. Flores, Alfredo de J. III. Feloniuk, Wagner. IV. Título.

CDU 32(81)

Bibliotecária responsável: Marcela Kröeff Neves (CRB 10/2084)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h
Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min
Telefone/Fax: (51) 3224-3760
e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

APRESENTAÇÃO DE “OPPORTURNISMO E REVOLUÇÃO”

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores¹
Miguel Frederico do Espírito Santo²
Wagner Silveira Feloniuk³

“Opportunismo e Revolução” é o nome do discurso proferido por Joaquim Francisco de Assis Brasil em São Paulo, no Clube Republicano Acadêmico, em 26 de julho de 1880, que deu origem a uma publicação de mesmo nome agora republicada. O texto não teve grande circulação, motivo pelo qual a iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em republicar o texto é um acréscimo aos estudos do autor e uma contribuição para política e o Direito no Rio Grande do Sul.

Não é um texto inteiramente desconhecido. O ministro Paulo Brossard incluiu o discurso como um dos momentos significativos da trajetória de vida de Assis Brasil em sua linha cronológica (BROSSARD, s.d., p. 49), mas o conteúdo não era facilmente acessível até então. Ler o original ajuda a compreender os momentos finais da monarquia brasileira e o espírito de que estavam imbuídos os jovens republicanos rio-grandenses que somaram suas forças a tantas outras que buscavam substituir a monarquia.

Sobre o texto, é um discurso incisivo na defesa das crenças do autor. Ele se mostra um defensor da democracia e da república contra aquilo que ele entendia ser seu maior desafio, a monarquia e o sistema político criado por

1 * Professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS.

2 ** Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

3 *** Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio Grande.

ela. Texto ousado, de palavras fortes, audacioso, escrito por um jovem em formação envolto a várias das figuras mais proeminentes que o Rio Grande do Sul iria produzir para si e para o Brasil em toda a sua história. Era um estudante de Direito em São Paulo rodeado pelo ambiente de crítica à política e imbuído pelo espírito de superar o passado e traçar uma nova história para o Brasil.

O discurso tem duas palavras que o simbolizam - as do título, oportunismo e revolução. Por que é utilizada a palavra oportunismo? Valem as explicações do próprio autor: “Mas os monarchistas combatem a oportunidade da República ;*dizendo que ella não é opportuna!*” (ASSIS BRASIL, 1880, p. 10). A essa passagem é seguida as seis causas que Assis Brasil afirma serem os principais argumentos dos monarquistas para negar a implantação da república, cada um dos quais respondidos pelo autor em seu discurso, rebatendo como não verdadeiros ou como culpa da própria monarquia. Mais da metade do discurso tratará dos motivos que fazem os argumentos contra a república não prosperarem, mostrando com história e esquemas de pensamento abstrato o modo como muitos republicanos entendiam aquele momento.

A outra palavra é revolução, a parte final do texto, que traz a discussão sobre como superar as dificuldades brasileiras. E Assis Brasil prega uma revolução? Apesar de toda a ênfase na necessidade de substituição da monarquia, a resposta no sentido de um levante violento é negativa. A mudança era necessária, mas nem toda revolução precisava do emprego da força, “ser sangrenta”. Deveriam tentar fazer ela por meios pacíficos, mesmo pagando os maiores preços e sacrifícios para evitar acontecimentos violentos circundando a mudança defendida (ASSIS BRASIL, 1880, p. 34-35). O autor, no entanto, vê o momento brasileiro com grande gravidade e não nega essa possibilidade em uma luta que, para ele, seria sobretudo uma defesa da justiça, direito e liberdade.

Para além do conteúdo, no entanto, esse discurso precisa ser visto também em seu contexto. Assis Brasil

nascera em 29 de julho de 1857, então até esse discurso de 1880, haviam se passado apenas 23 anos. São as opiniões de um jovem que havia entrado para a vida acadêmica recentemente, pois participara de suas primeiras aulas na Faculdade de Direito de São Paulo a partir de 1º de abril de 1878.

Nos anos anteriores ao discurso, o Manifesto Republicano de 1870, escrito por Quintino Bocaiúva, fora um marco inicial de críticas contundentes à monarquia e inaugurou essa fase na qual escreve Assis Brasil, que só seria encerrada com a queda do império e deu origem a outras manifestações por todo o país, (MANIFESTO, 1870/2009). Esse discurso se insere nesse cenário. A fala ocorre dez anos depois do manifesto, quando as críticas haviam se tornado ainda mais aguerridas e o apoio à república e a sistemas políticos inspirados nos Estados Unidos só aumentavam, o que explica a veemência do discurso.

Assis Brasil foi estudar Direito como fizeram tantas outras pessoas que se tornariam grandes expoentes da política nacional na segunda metade do século XIX, mas que, no seu caso, saía de uma elite rural sulista de hábitos austeros, pouco luxo diário e na qual um esforço para a ilustração e educação não ocorria com todos os filhos. Mesmo os descendentes das famílias em condições de pagar a educação em escolas locais e, depois, uma estada prolongada em São Paulo ou Recife para o curso superior saiam de seus locais em função de suas próprias aspirações e capacidades, não era algo buscado por todos, fora de um ambiente cultural rico e no qual a interrupção da rotina diária para um período de estudos fosse a normalidade.

Indo estudar, escolhe um dos caminhos típicos, o do curso de Direito, que o preparariam para a vida política local e a capacitação para as relações sociais. Um caminho não raro para a classe de fazendeiros de todo o Brasil que veriam, adiante, seus filhos retornarem com ilustração, conhecimento, retórica, capacidade de seguir em frente com os negócios da família. As preocupações, a partir dessa volta, seriam principalmente locais e ligadas à dominância burocrática e a política a ser feita nos pleitos, além da vida

rural e relacionadas ao sucesso da empreitada agropecuária. Assis Brasil, no entanto, como tantos de seus colegas, iriam muito além. O clima de crítica à monarquia, sua inserção na política nacional e sua capacidade política o levaram mais longe, ao lado de um grupo de notáveis que se formou na sua época e seria chamado de Geração de 1870. Assis Brasil não estava sozinho na sua trajetória, vivia ao lado de colegas que alcançariam enorme destaque (AITA, 2006, p. 25):

Eram os seus legítimos representantes a geração dos moços propagandistas, que o Rio Grande “não conheceu antes e não viu depois”: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Júlio Prates de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros, José Antônio Pinheiro Machado, Barros Cassal, Demétrio e Dinarte Ribeiro, Antônio de Faria, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Homero e Álvaro Baptista, Venâncio Aires, Vitorino Monteiro, Alcides Lima, Possidônio da Cunha, Cassiano Nascimento, Carlos Barbosa e Pedro Luís da Rocha Osório.

Nas páginas desse discurso há algo da rebeldia que se espalhava entre seus pares - jovens estudantes do sul que marcaram sua passagem pela academia paulista com seu brilhantismo e atuação em prol de uma causa. Mesmo o local desse discurso era obra deles, pois haviam fundado o Clube Republicano Acadêmico em São Paulo.

Eram juristas se formando dentro do marco positivista (BOEIRA, 1980), que defendiam o ingresso da ciência em todos os assuntos, com o uso de novos métodos empíricos e uma nova compreensão da história a partir da sociologia e da observação do que fosse objetivamente comprovável. Uma visão que defendia o conhecimento a partir do mundo concreto e da compreensão objetiva da sociedade, na qual o progresso deveria ser alcançado com a atuação social e estatal, incentivando a industrialização, promovendo a educação e reformando a sociedade (CAR-

VALHO, 2002, p. 11). Sentiam-se representantes de uma nova modernidade, um momento regado à racionalidade, método, superação de misticismos, democracia - e substituição de sistemas que impediam o avanço do Brasil, uma nação rica, mas, em suas opiniões, consumida por contradições e a falta de liberdade de seu sistema político monárquico.

Eram jovens que fizeram análises contundentes, de conclusões fortes contra um sistema que viam como um passado a ser superado com urgência. Afirmar isso é importante porque Assis Brasil ainda se desenvolveria bastante, se tornaria um autor mais objetivo, preocupado com o efeito de suas palavras, lido e respeitado em tantas áreas. Não eram os mesmos textos produzidos a frente, ainda havia um caminho para se chegar ao homem que aos 40 anos seria nomeado Ministro Plenipotenciário em Washington e cultivaria relações que muito colaboraram com os objetivos diplomáticos brasileiros. É contrastante a diferença do discurso proferido para o texto “Do Governo Presidencial na República Brasileira”, de 1896, no qual Assis Brasil mantém constante as suas ideias sobre a importância da república, coerente com seu pensamento, mas aprecia com mais cuidado (LYNCH, 2011, p. 300-305) o momento monárquico anterior (ASSIS BRASIL, 1989, p. 239-240):

Demos um salto ousado, ao refundir a organização política dissolvida em 1889. Quebramos quase inteiramente a cadeira da evolução, fazendo tábua rasa do passado e pretendendo levantar obra nova em todas as suas partes. Não há dúvida que a lógica levava mais ou menos a isso; mas, por amor à estabilidade da nossa construção, deveríamos refletir em que corríamos o risco de ensurdecer e deslumbrar aqueles para quem trabalhávamos, de não sermos ouvidos e nem entendidos. Penso, entretanto, que o governo presidencial podia, pode e deve ainda ser estabelecido com um pouco de contemplação para com esse passado, que, por ser inglório, não deixou de criar um certo

movimento de inércia, com o qual a sabedoria mandar contar.

Dois anos depois do discurso, Assis Brasil retornava formado ao Rio Grande do Sul. Foi o momento em que surgiam diversos grupos republicanos no Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 1992, p. 13) e o autor despontou como primeiro deputado abertamente defensor da ideia de republicanismo eleito para o parlamento gaúcho. Cinco depois, em 1887, seria reeleito deputado estadual e, logo após a proclamação da República, seria eleito Deputado Republicano na Assembleia Nacional Constituinte em 1890, um caminho de ascendência na política nacional que logo seria freado pela dissidência em relação à ascensão de Marechal Deodoro da Fonseca como presidente. Em textos de todo esse período, o autor mantém sua crença na capacidade do povo brasileiro de crescer, na importância do auxílio de instituições capazes de promover esse avanço e, com o tempo, uma crítica crescente de que a queda da monarquia deveria ter servido como momento de virada para uma obra muito mais avançada e promotora de avanço social do que ele estava observando.

O discurso agora republicado representa um momento do Brasil, e é apresentado por um político que logo se tornaria importante e continuaria sendo respeitado por toda a vida, por sua capacidade e pensamento profundo. É um discurso adequado ao seu tempo, construído como tantos outros naquele período em que a monarquia foi tendo sua legitimidade crescentemente corroída para dar espaço aos liberais republicanos e, logo, a formação do novo contexto político da Primeira República.

Esse texto é elaborado por membros da UFRGS e do IHGRGS, então é preciso agradecer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS) pelo grande apoio em todos os momentos relacionados a essa publicação e aos outros atos de lembrança da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil planejados para o ano de 2018 e para o início

do ano seguinte. São eventos pelos oitenta anos da morte do autor no qual as três instituições colaboraram com sucesso e esperamos que seja a primeira de outras iniciativas. Fica o agradecimento a Eduardo da Silva, que atuou a partir da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJERS) permitiu o contato inicial e manteve os incentivos para que o projeto fosse feito, auxiliando e se empenhando notavelmente para o sucesso da iniciativa. Agradecemos, sobretudo, ao presidente do TRE-RS, desembargador Jorge Dall'Agnol, pelo pronto apoio ao projeto em todas as instâncias, assim como à Corregedora Regional Eleitoral, desembargadora Marilene Bonzanini - iniciativas como essa aproximam instituições e engradem os estudos de autores que marcam a história nacional e servem de inspiração para momentos futuros.

Além do projeto que culminou nessa publicação, há o evento no final de novembro do ano presente chamado "80 ANOS DA MORTE DE ASSIS BRASIL: cultura, legado e influência", no qual estava presentes os palestrantes René Gertz, Tassiana Soccol, Paulo Visentini, Nelson Boeira, Mônica Karawejczyk e Wagner Feloniuk, e, ainda, Miguel Espírito Santo, Alfredo Flores, Rodrigo Valin, Jefferson Telles, Jorge Dall'Agnol e Marilene Bonzanini, representando as instituições e participando das discussões nas mesas. Esperamos que seja um momento de retorno aos estudos sobre Assis Brasil e de reunião de pesquisadores da história do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- AITA, Carmen. Raízes. In: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco: perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. Do Governo Presidencial na República Brasileira. 2a ed. Porto Alegre: [s.e.], 1934. Edição inserida em: BRASIL, Assis. Ideéias Políticas de Assis Brasil - Volume II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

- _____. O oportunismo e a revolução. Conferências pública do “Club Republicano Academico” realizada no dia 26 de julho de 1880. São Paulo: Typographia A. L. Garraux & Comp., 1880.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H. (org.); GONZAGA, Sergius (org.). RS: cultura & ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BROSSARD, Paulo de Souza Pinto. Assis Brasil, o Fisiocrata. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, [s.d.]. Memorial do Rio Grande do Sul, volume 40.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. O Momento Oligárquico: a construção institucional da República brasileira (1870-1891). Historia Constitucional (Oviedo), v. 12, p. 297-325, 2011.
- MANIFESTO Republicano. Itú: 1870. In: Cadernos ASLEGIS. Número 37. Brasília: Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, 2009.
- OSÓRIO, Luís Joaquim. Partidos Políticos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: 1992.

SUMÁRIO

Transcrição do Livro “O Opportunismo e a Revolução”.....	12
O sistema político castilhistaborgista na Primeira República gaúcha.....	39
René E. Gertz	
Da propaganda republicana à dissidência: redes de solidariedade e estratégias de inserção sócio-política a partir da trajetória de J. F. de Assis Brasil.....	50
Tassiana Saccol	
O Rio Grande do Sul, a política nacional e Joaquim Francisco de Assis Brasil: ascensão e queda do liberalismo regenerador.....	62
Paulo Visentini	
Assis Brasil a elaboração do Código Eleitoral e o voto feminino - um estudo de caso.....	71
Mônica Karawejczyk	
O sistema eleitoral de Assis Brasil.....	80
Wagner Feloniuk	
Encerramento.....	89
Livro “O Opportunismo e a Revolução” digitalizado.....	91

Triumfante hoje na serena esfera das consciências, a causa republicana pende apenas de um delgado fio, do mais delgado de todos: o «oppoturnismo».

Neste discurso esforço-me por fazer sentir este facto.

Tendo conseguido, como creio, demonstrar a improcedência dos argumentos contrários propuz o único meio que me parece racional, para a completa eliminação do regimen monarchico: a «revolta».

Bem se vê que este assumpto - Opportunismo e Revolução - fornece matéria, não para um discurso, mas para muitos volumes; procurei discutil-o o mais symtheticamente que me foi possível.

Todas as questões são aqui tocadas de leve. Julguei-me obrigado a tocar em todas ellas, porque são todas tão urgentes e tão intimamente ligadas, que uma não pôde apparecer sem outra. Sirva isto de explicação aos que exprobarem o meo extremo laconismo.

Ha alguns mezes, realisei na illustrada cidade de Pelotas, em minha provincia, o Rio Grande do Sul, uma outra conferencia publica sobre assumpto semelhante (As formas de governo e a oportunidade da forma republicana no Brazil); 'nessa occasião, porem, a materia foi desenvolvida de modo muito diverso, como se poderá ver dos resumos feitos por alguns jornaes.

Alem d'isso, quasi todos os pontos d'este discurso ja foram desenvolvidos com mais amplitude na «Evolução», por mim e pelos meus dois valentes companheiros na redacção d'aquelle periodico, os Snrs. Pereira da Costa e Julio de Castilhos, especialmente por este ultimo, cujas idéas se encontrarão aqui em muitos logares.

Não concluirei sem deixar aqui um voto de profunda gratidão aos meus distinctos correligionarios, amigos e comprovincianos E. Fernandes Lima, J. de Barros Cassal e Argemiro Galvão, pelo obzequio generoso que me prestaram tomando as notas tachygraphicas ás quaes devo o poder hoje publicar este obscuro discurso.

S. Paulo, Julho de 1880.

A. B.

O OPPORTUNISMO E A REVOLUÇÃO

(Ao apparecer na tribuna, o Orador é recebido com uma grande salva de palmas.)

- Recebo, Cidadãos, profundamente penhorado esta generosa manifestação com que saudais o meu acesso a esta tribuna, manifestação que, para mim, significa mais do que uma ovação dirigida ao individuo: significa que a grandiosa idéa pela qual me venho bater aqui se acha tão arraigada no espirito de grande parte dos que vão ouvir como no d'aquelle que vai falar. (*Muito bem.*)

De facto, Cidadãos, si ha uma idéa, si ha uma doutrina, si ha uma verdade profundamente radicada na opinião publica, em nossa Patria, consciente ou inconscientemente, - é sem duvida a idéa, a doutrina, a verdade republicana. Este facto tão verdadeiro, tão simples em si, este facto demonstra, para aquelles que sinceramente deitam os olhos para a Historia, um grande progresso em favor da victoria definitiva da causa democratica.

Não vão longe os tempos em que aquelles que se batiam pela idéa republicana eram perseguidos, assassinados, arrastados nas praças publicas. Em toda a historia deste paiz enxergam-se horrendas manchas de sangue; não ha ainda um seculo que a cabeça do primeiro que 'nesta terra se levantou pela liberdade, que a cabeça do Tira-Dentes cahiu do cadafalso aos pés da tyrannia oppressora; generoso martyr, que quiz deixar uma nodoa do proprio sangue no solo da patria abatida, talvez para que as futuras tyrannias recuassem de horror e de remorso, diante d'aquelle sagrado, d'aquelle glorioso despojo. (*Applausos.*)

E' assim que foi sempre combatida a causa da Republica com desmedido furor. Ella, porém, desarmada, sem soldados, sem exercitos (¡vêde a imponente força da verdade!) sempre defendeu-se victoriosa dos mais desesperados botes da vibora que a assaltava. Triumphou primeiramente d'aquelles que se levantaram em nome da soberania de Deus, de um Deus que não se conhece, que não

se sabe si existe, de um Deus talvez por elles creado, - e que apresentaram certos homens como representantes da vontade divina; triumphou - mostrando que tal soberania por si mesma se destróe, mostrando que o que está acima dos dados do nosso conhecimento, acima do nosso criterio, nunca servirá de dado, de criterio para a demonstração de uma verdade qualquer, mostrando que semelhante soberania se traduz em uma Providencia irrisoriamente contradictoria, todos os dias vencida pela inflexibilidade das inabalaveis leis que governam o mundo.

Triumphou ainda dos que, batidos 'neste terreno, se levantaram pela *soberania da Razão*, em nôme da qual proclamaram que ao Povo, essencialmente fraco e ignorante, não compete a soberania, que os verdadeiros directores da sociedade são aquelles que a razão, localisada nos *capazes*, para esse fim determinar. D'estes triumphou a causa republicana demonstrando que, dado mesmo o caso de ser exacta a existencia de tal razão, não haveria um criterio para determinar quaes os que a possuíam, que essa *razão social* havia de ser necessariamente formada da somma das razões individuaes, e, por consequencia, tão fraca, tão fallivel como a de cada um dos indivíduos.

Finalmente, Cidadãos, o resultado de tão asperas batalhas foi chegar-se a esta verdade suprema: - acima da vontade nacional nada existe, pelo menos que se conheça; nada ha conhecido acima do homem; e, portanto, todos os homens são eguaes e livres. As sociedades, pois, não encontram diante de si, para dirigir seus passos, poder de qualidade alguma; dirigem-se por si mesmas. A esta suprema faculdade chamou-se - *soberania nacional* ou *soberania do Povo*, segundo uma linguagem mais antiga e menos scientifica. Traduzindo-se 'numa forma politica, esta soberania produz o que se chama - *Republica*. (*Muito bem*.)

Foi então que os nossos adversarios, que sempre viveram de subtilezas e de embustes, foram buscar um novo argumento, uma nova arma de ataque. Disseram: «Pois que a soberania pertence á nação, quando essa nação disser que tal forma de governo (a Monarchia, por exemplo) lhe agrada,

essa forma de governo será legitima.» Sophisma grosseiro foi esse, Cidadãos, que, como todo o sophisma, cahirá por terra com duas palavras. A Humanidade, perpétua em si, extingue-se por partes; as gerações renovam-se; os homens atravessam a superfície da terra para sumirem-se na morte, não deixando mesmo muitas vezes o vestigio da passagem; dentro de meio seculo uma geração tem sido completamente substituida. Ora, estabelecer a geração de hontem o que deve fazer a de hoje, determinar a geração de hoje o que deve adoptar a de amanhã - é simplesmente a geração de hontem quebrar a liberdade da geração de hoje, como esta annullar a da geração de amanhã. Ora, todas as monarchias, desde o mais torpe absolutismo até a monarchia constitucional representativa, arrogam-se o titulo de perpétuas. Mas as gerações não são perpétuas, não podem estatuir sinão para o que lhes pertence, para o que lhes é *actual*, nada podem estabelecer com character de perpetuidade. Logo não podem estabelecer a Monarchia.

Hoje, Cidadãos, esta grande evidencia penetrou victoriosa no animo de todos os monarchistas brasileiros, ou da maior parte d'elles. Batidos assim, levados de derrota em derrota, sempre infelizes nos subterfugios que buscam, voltam novamente os seus exercitos contra nós, e fazem um ultimo appello, o appello dos desesperados, o appello do naufrago, que lança mão da primeira taboa. «E» verdade», dizem elles, «é verdade que a Republica é o mais legitimo governo, a mais legitima forma política, a unica forma scientifica, dignada nossa Patria, como de toda a Humanidade; mas o que é tambem certo é que, no Brazil, a Republica não é opportuna». Foi assim que entre nós appareceu a doutrina chamada do *opportunismo*.

Ei-nos chegados ao amago da questão: trata-se de saber si esta forma de governo tão alevantada, ultimo resultado das derradeiras conclusões scientificas, que vae dia por dia assombrosamente engrossando seus aguerridos exercitos, é ou não opportuna para nós.

Não passemos, entretanto, adiante sem notar que esta doutrina do opportunismo é nova no Brazil: veio-nos

de uma imitação franceza. Vêde, Cidadãos, a coherencia dos nossos adversários: accusam-nos de imitadores inconscientes dos Estados-Unidos, da propria França; mas não sabem olhar para si, não sabem ver que são elles os verdadeiros imitadores, que este ultimo obstaculo que levantam á liberdade da Patria é uma baixa, uma servil imitação.

Mas, vejamos o que é o opportunismo, vejamos em que se funda elle no Brazil.

E' verdade que as nações, que a Humanidade não marcham aos saltos, que tudo está sujeito a leis rigorosas. A sciencia, de degrau em degrau, por uma penosa e longa elaboração, penetrou em tudo; passou do mundo inorganico ao mundo organico e d'este ao superorganico, da pedra bruta ao craneo que pensa e raciocina; a sciencia mostrou luminosamente que a Humanidade está sujeita a grandes leis de imprescriptivel rigor mathmatico. Insensatez temeraria seria pretender romper os élos d'aço d'essa fortíssima cadêa. Assim sendo, é claro que cada cousa, cada instituição politica ou social tem, pra concretisar-se, seu período proprio, sua epocha exacta. Fazer cada cousa a seu tempo, acompanhar scientificamente este desdobramento progressivo, nada fazer de encontro ás suas imperiosas exigencias - eis no que consiste o legitimo opportunismo. Mas ¿porventura, é neste solido fundamento que se apoiam os nossos monarchistas?

Cidadãos, evidentemente estes adversarios batem-se com armas desleaes, batem-se com subterfugios. Eu apresentarei desde ja a primeira e a mais formidavel brecha d'este argumento capcioso: - dizem que a Republica não pôde ser applicada ao Brazil, porque não é opportuna; mas, Cidadãos, provado, como deixei, e como elles, monarchistas, não contestam, que a Republica é a unica forma racional de governo, a unica forma digna da nobreza humana, - claro está que a questão versa unicamente, que toda a questão versa justamente, exclusivamente sobre saberse si ella é ou não opportuna. Mas os monarchistas combatem a oportunidade da Republica *¿dizendo que ella nao é oppor-*

tuna! ¿O que é isto sinão cahir em um grosseiro circulo vicioso? (Apoiados, muito bem.)

Eis ahi as armas de combate dos monarchistas de todos os matizes, armas tão fracas quanto pretenciosas. Eu os persiguirei 'neste terreno falso onde se collocaram. Espero deixar hoje esta questão perfeitamente liquidada.

Quando, entretanto, se vêem oppressos pela inflexibilidade de nossa logica, não raro vemol-os appellar dogmaticamente para um sem numero de argumentos, no sentido de demonstrar a inoportunidade da Republica, argumentos que sobresaem todos pela falta de solidez. Eu procurarei synthetisar essas falsas objecções, buscando traduzir, em poucas palavras, o melhor que me fôr possível, o pensamento infenso á Democracia. A Republica no Brazil não é oportuna, dizem os seus contrarios:

1.º *Porque a Republica exige, como governo sabio que é, instrucção bastante da parte de seus membros, - e o nosso Povo não tem instrucção;*

2.º *Porque a Republica é o governo da opinião, - e no Brazil não ha opinião publica;*

3.º *Porque a Republica precisa de cidadãos illustres que a dirijam e desenvolvam, - e nós não temos homens em taes condições;*

4.º *Porque o Povo ignorante precipitar-se-á necessariamente na anarchia, e, como a anarchia provoca a reacção, estes dous flagellos cahirão sobre a Patria;*

5.º *Porque devemos acceitar as severas licções da experiencia, - e as Republicas hispano-americanas são um exemplo vivo para fazer-nos recuar diante da idéa de tal governo;*

6.º *Porque não devemos ser ingratos para com a Monarchia, que nos tem dado com mão larga todas as liberdades de que gosam os povos livres.*

Tudo isto é affirmado com um ar de dogmatismo que espanta.

Eu tomarei todos estes argumentos, cada um de per si, e, sem presumpção o digo, Cidadãos, hei de reduzil-os

às suas verdadeiras proporções, isto é, - a nada.

Ninguém nega, nós, republicanos, nunca negámos que o povo brasileiro não dispõe de uma instrução corno fôra para desejar-se. Direi melhor, - os factos mais irrecusaveis demonstram que é assombroso o estado actual de ignorancia que se observa 'neste paiz. Mas, ¿o que prova isto? Prova que o governo que ha mais de meio seculo dirige os nossos destinos, que tem sido o unico arbitro do nosso desenvolvimento, annullando a acção individual por uma centralisação terrível, que tem disposto de todos as forças nacionaes sem o minimo obstaculo, prova unicamente que este governo é incapaz, completamente incapaz de fornecer a instrução de cuja falta o povo se resente; prova que a causa unica do nosso atrazo é essa Monarchia gasta e corruptora, que absorve a poderosa seiva da nação, que derrama rios de dinheiro no sustento de familias vadias, na practica dos maiores escandalos, e tem sempre as costas voltadas para essa pobre besta de carga que se chama Povo, que não lhe implora, entretanto, mais do que um pouco de luz, em troca do suor e do sangue que por ella derrama. (*Applausos.*)

Si quereis, portanto, que a instrução se divulgue, si quereis arrancar da noite da ignorancia esses milhares de concidadãos nossos que 'nella jazem tristemente, si quereis transformar os escravos inconscientes em cidadãos liberrimos, - sêde logicos - combatei o effeito destruindo a causa, combatei a Monarchia, esmagai o throno, e a luz ha de cahir abundante sobre as cabeças dos nossos compatriotas, acurvadas hoje ao peso do jugo monarchico. (*Grandes applausos.*)

Mas, Cidadãos, esta questão de instrução é, como todas as que levantam os nossos pseudo-opportunistas, uma questão puramente social; vós deveis saber, quasi ninguem ignora hoje, depois de mil fecundas experiencias historicas, depois principalmente que appareceram as grandes obras de Comte, do chileno Lastarria e de muitos outros pensadores modernos, que as reformas sociaes não se podem operar no seio da sociedade sinão em um regimen po-

litico adquado, accommodado á amplitude das exigencias dessa reforma que se pretende plantar. A organização política precede a social (*Apoiados*). Que o nosso estado politico não comporta o desenvolvimento da instrucção não é necessario demonstrar especialmente; nada fala tão eloquentemente como os factos que todos podem verificar. Neste systema, todas as forças do governo, em eterna lucta contra os esforços populares, absorvem-se nos cuidados da propria conservação; a complicadissima, a pesada machina governativa exhaure toda a actividade das classes dirigentes. E' por isso que esta Monarchia anomala não pôde trabalhar efficaçmente pela instrucção; separa-se do Povo, reprime, aperta, nullifica, esmaga todas as tendencias da sociedade (*Muito bem, muito bem.*) Não é necessario accrescentar que só o governo republicano será capaz de realisar essa aspiração.

Cidadãos, um outro motivo ha que me faz crer que a Monarchia nunca dará instrucção ao Povo; motivo de um grandissimo alcance pratico: é que - a Monarchia não tem dinheiro (*Riso*). As importantes fontes de renda d'este paiz tão rico como nenhum outro, esgotam-se pelo escoadouro de pesados e vexatorios impostos, empregados em todas as extravagancias imaginaveis, menos em accudir á nossa primeira e mais urgente necessidade, a instrucção, para a qual destina-se uma verba magra, risível em todos os orçamentos. Este mal não pôde ser remediado com a actual forma de governo; porque todas essas despezas são imprescindiveis na Monarchia. A todo o momento se estão fechando escolas; mas ninguém sonha em restringir as despezas superfluas, as despezas de luxo, que faz principalmente certa familia vadia, indispensavel na Monarchia. Tenho aqui, a este respeito, uns apontamentos interessantes, extrahidos de um *inventario da Monarchia*, publicado pelo excellent organ republicano - *a Republica*, que apparecia na Côrte, e mais tarde augmentados e enriquecidos pelo illustre tribuno republicano, o sr. dr. Martinho Prado Junior. Por esses apontamentos se vê que só a familia imperial tem esbanjado a somma consideravel de 234,000 contos de réis. Esta quantia era sufficiente (não contando-se ja os juros) para se

edificarem 23,400 escolas publicas, pelo exagerado preço de 10 contos de réis cada uma. E esta, si bem que seja a mais immoral, não é comtudo a maior sangria monetária a que a Monarchia nos obriga. Todos conhecem a sua indole esbanjadoura; eu não me demorarei 'nestes factos.

Por tudo isto, vê-se que a causa principal, a causa, pode-se dizer, unica do nosso atraso em matéria de instrucção popular é a propria Monarchia. ¿Como é, pois, que se diz todos os dias, com uma arrogancia que revolta, que não podemos ser republicanos, porque o nosso Povo não está instruido? Não; o unico impecílio que a instrucção encontra é o governo monarchico; a vida da instrucção depende do estabelecimento da Republica, é um facto que torna ainda o seu advento mais urgente, mais necessario. Fica assim voltado contra os proprios monarchistas o golpe que nos atiram e que não nos pôde attingir.

A 2.^a objecção imprudentemente atirada ao campo republicano, fundada na falta de *opinião publica*, é questão que se resolve de modo identico; não offerece maior solidez do que as outras. Em um poncto estou de pleno accordo com os adversarios: - o estado actual do paiz é o mais desolador possível. Nem se pôde mesmo suppor maior prostração cívica do que essa a que chegou este Povo infeliz, docil á vontade de todos os governos, escravo submisso das imposições que descem do alto.

Tudo isto foi obra exclusiva da dictadura monarchica. Todos sabem que nos primeiros tempos de nossa independencia, logo que nos libertámos de Portugal, quando muito mais ignorante ainda era o Povo, quando a nação estava no berço e quando tambem, por consequente, o virus monarchico não lhe tinha ainda invadido o coração, - eram muito mais frequentes esses levantamentos que accusam a existencia de uma consciencia nacional; o Povo por muitas vezes resistio á vontade despotica dos mandões; os patriotas mineiros nobremente repelliram as imposições do primeiro imperador, cuja arrogancia, mais tarde, quebrou-se de todo aos pés da soberania popular, no dia de mais legítimas glorias d'este paiz, no 7 de Abril. Depois, dia por dia,

se foi estancando no amplo coração popular esse nobre sentimento de resistencia; a Monarchia foi pouco a pouco narcotizando, abastardando, corrompendo, annullando a consciencia nacional, - até que chegámos a este estado desesperador, degradante, em que tudo rasteja, todos os homens afogam-se no lodo, para só elevar-se sobre os destroços dos nossos brios a detestavel estatua de uma tyrannia mascarada e arrogante. (*Grandes applausos*). Foi ella que produzio toda esta miseria.

¡Não temos opinião publica! Mas, senhores monarchistas, ¿como quereis que tenha opinião um Povo a quem se arrancam os mais inviolaveis direitos; um Povo que está privado do direito de suffragio, do direito de eleger o seu primeiro representante; que está sujeito a vêr a sua representação enxotada vergonhosamente por uma vontade extranha á sua; um Povo que tem sobre o dorso, perpetuamente, como um phantasma, a garra do fisco, arracando-lhe avidamente o fructo do trabalho honrado? (*Applausos*). ¿Como quereis que tenha opinião aquelle cuja bocca jaz amordaçada, cujos braços jazem amarrados em um supplicio degradante, o rebanho faminto, hypocritamente explorado pelo intruzo importuno que empunha o cajado do mundo? (*Grandes applausos*). ¿Como quereis opinião sem liberdade, como quereis opinião na Monarchia? (*Estrepitosos e prolongados applausos*).

Derribai esse padrão de vergonhas, desthronisai o despotismo, entregai ao Povo o seu proprio governo, proclamai, emfim, a Republica, - e tereis a opinião que tanto desejais, e tereis a felicidade da Patria. (*Muito bem, muito bem*).

Como a da opinião publica, a questão da *falta de homens*, a que se refere a 3.^a objecção formulada pelos nossos inimigos, tem uma solução muito diversa da que elles apresentam. «Não temos homens, dizem elles, « Como, pois, quereis proclamar a Republica? ¿Quem ha de sustental-a e servil-a dignamente?» E' verdade que muito poucos homens de bem, de reconhecida reputação, no seio da pequena parte do paiz que pensa, que muito poucos appare-

cem ainda á tona d'essa grande mediocridade que rasteja. Um jornalista distincto aqui, um parlamentar illustre acolá e um ou outro que vegeta na sombra do lar, sem conseguir erguer-se, peado pela athmosphera pesada que a Monarchia creou - são estes os poucos. Mas, ¡vede a profunda ignorancia das que fazem d'isto um argumento contra a Republica, vede como elles não medem o alcance das palavras que proferem, ou, então, como argumentam de má fé! ¡Sim! de má fé; porque é impossivel que qualquer homem que sinta o peso das licções da historia atire proposições d'esta ordem. ¡Pois que! Cidadãos, ¿haverá quem ignore hoje que os grandes homens não rebentam espontaneamente do seio da terra? ¿Quem não sabe que os homens são grandes ou pequenos, heroes ou imbecis, segundo a natureza do meio que os cerca, segundo a força da seiva que os alimenta, segundo a epocha em que vivem? Ninguem ignora que, antes da grande Revolução de 89, apenas uma phalange de pygmeus arrastava-se no solo captivo da França; mas quando rebentou a rugidoura tempestade que abalou e desfez em pedaços o throno do despotismo, - então, apoz o estampido da liberdade, as consciencias embriagaram-se de luz, os grandes homens brotaram de todos os lados, appareceram aquelles gigantes phantasticos, que assommavam na tribuna, como genios desconhecidos, agitando e revolvendo, ao sopro eloquentíssimo do verbo da redempção, o tormentoso mar dos corações populares. (*Applausos*). Os grandes princípios fizeram os grandes homens; a liberdade fez os seus soldados; porque os homens são filhos das circunstancias; assumem as proporções do seu tempo.

Agora, ¿quereis saber o que é verdade de tudo isto, com relação ao nosso paiz? O que é verdade é que, 'neste meio corrupto 'neste meio apodrecido pela acção malefica do absolutismo de facto, raros, rarissimos serão os que se levantem acima da atonia geral; só podem crescer anões, não podem crescer gigantes (*Applausos*), e os anões fervem de todos os lados; porque, Cidadãos, é uma verdade que quanto mais immundo é o terreno tanto mais vicejam os cogumellos. (*Grandes applausos*). E' por isso que vemos agitar-se na lama esse ridiculo exercito de ratos (*Riso*) que

róe o pedestal da Monarchia, quando pensa consolida-lo,

Os homens, portanto, pelos quaes suspiram os nossos pseudo-opportunistas, não apparecem - não porque não existam - mas porque falta-lhes o meio, porque este meio actual os amesquinha e suffoca. Si quereis que appareçam homens, si quereis que appareçam 'nesta terra americana verdadeiros colossos que saibam e possam sustentar nos hombros a arca sancta da Patria, por tanto tempo esmagada pelos pés de uma tyrannia mascarada e tôrpe, - abalai o throno, abatei a Monarchia, - e vel-os-eis surgir do coração do povo, dignos filhos d'esta suberba terra brazileira. (*Applausos.*)

Como 4.º argumento contra o advento immediato da forma republicana, os nossos adversarios lembram o temor que todos devemos ter de provocar essa situação terrível, na qual os governos constituídos abatem-se no mesmo dia em que se levantam, na qual as mais sagradas prescripções da lei são calcadas pela espada do primeiro ambicioso vulgar que apparece; situação que tem o nome de *anarchia*.

Cidadãos, a anarchia, como todo o mundo sabe, como a historia demonstra, como a sciencia ensina, - não é um estado normal da natureza humana; nem as nações se podem perpetuar em tal estado. Dá-se ás vezes um como desmoronamento no proprio seio do universo, como no seio das sociedades. Este facto succede sempre ás infracções que se dão na grande lei que governa todas as cousas; mas apoz o rompimento, a lei tende de novo a adquirir o seu imperio, tudo se restabelece, entra no movimento normal, e a quadra da perturbação não fica sendo mais do que um momento na perpetuidade dos tempos. A desordem, a anarchia é essencialmente transitoria; temer que ella se perpetue é fazer profissão de ignorancia.

Bem conheço que, depois desta profunda desmoralisação, que só a Monarchia teve a rara gloria de infundir em um paiz americano, bem vejo que, depois d'este apodrecimento geral, - é bem possível que os primeiros dias da Republica não sejam dias de paz para todos. Porém, dado mesmo o caso que isto aconteça, ¿poderá, por

ventura, ser duravel essa desordem? Nunca houve maior possibilidade de perpetuar-se a anarchia do que depois da revolução franceza, que foi chamada a eliminar brusca e radilcamente uma ordem social accumulada pela acção de muitos seculos; entrentanto, o estado de anarchia foi rapido, foi um apice, comparado com a enorme porção de seculos de atrazo que se oppunham á nova ordem. Entre nós a questão é exclusivamente política; não temos uma pesada e resistente ordem social para combater e destruir; muito menos, portanto, devemos temer a anarchia.

Em tudo isto eu só descubro um perigo serio, sem applicação, todavia, ao Brazil, como mostrarei: é o perigo da *reacção*, de que os adversarios nos apontam um exemplo na França. Passado o primeiro ímpeto da Revolução, Bonaparte soube suffocal-a em meio, fazendo pesar a lamina ensanguentada de sua espada na balança das liberdades francezas. Este grande despota conseguiu anullar as garantias que o povo francez tinha conquistado pelo preço do proprio sangue, quebrar a altivez de uma nação valente e levantar acima de toda a França a sua estatura de guerreiro, que, ainda que fosse grande, desapparecia, comtudo, perto da que diante d'elle se erguia. Foi um a reacção, a reacção da monarchia, a reacção do despotismo. A ella se prendem todas as outras que, mais tarde, assolaram a França. Mas, pergunto eu: ¿No Brazil será isso possivel? Não. A reacção trazida por um ambicioso não é possível aqui, pelo proprio character do Povo brasileiro, Povo essencialmente manso, essencialmente pacifico, incapaz de seguir fascinado o rastro de sangue de um bandido feliz. Si mesmo na França, cujo espirito fogoso, educado nas casernas da edade media, facilmente se deslumbra diante do brilho de uma espada conquistadora, si mesmo na França Napoleão não conseguiu sustentar-se por largo tempo sobre o throno usurpado á boa fé dos compatriotas, - ¿quem o conseguirá entre nós, onde os factos consummados têm uma grande força, onde os interesses individuaes falam de perto a todos os homens? São os propios monarchistas que falam-nos todos os dias da indole pacifica do nosso Povo.

Demais as reacções têm também existencia transitória. Ahi está para proval-o, o exemplo que acabo de apontar, o exemplo de Bonaparte, cujo olhar d'aguia domava os mais temerosos adversarios; si mesmo este gigante vio-se em breve obrigado a rolar do throno que para si levantára, muito menos, aqui, um bandido mediocre, sahido da sombra e da lama das revoluções, poderá no seio da livre America levantar a espada victoriosa. E, si esse bandido apparecer, será sumir-se no dia seguinte. Mostrar-lhe-emos o exemplo de Rosas, enxotado do seio generoso da Republica Argentina, pela vontade energica de um Povo livre; mostrar-lhe-emos o exemplo de Maximiliano, que não conseguiu tisanar a bandeira immortal da Republica mexicana, e cujo cadaver foi cahir ensanguentado e frio da joven America na velha Europa, sobre os degraus do throno do grosseiro despota que o havia enviado para essa machinação infame. (*Muito bem*). Nós não temos raças dymnasticas, não temos tradições monarchicas; podemos ter quaesquer tradições; monarchicas não. ¿Quem, pois, será o aventureiro? Crede, Cidadãos: a anarchia e reacção são impossiveis aqui; mas, quando mesmo ellas sobreviessem, eu ja mostrei que são passageiras, que são transitorias, que extinguir-se-iam immediatamente, que não podem, portanto, constituir um obstaculo para impedir que nós caminhemos para a liberdade. Ha, porem, uma outra anarchia de que ninguem se apercebe, mas que todos sentem; é a anarchia tacita, encoberta, que surdamente róe o coração da sociedade; é a anarchia creada pela indefferença que a centralisação monarchica infundio em todos os espiritos. Essa é a mais perigosa e terrivel, a que mais dura, a que asoberba actualmente a sociedade brasileira. Quebremol-a pela base; estabeleçamos pela Republica a actividade e o accordo de todos os espiritos.

E' ainda por este infundado temor de uma anarchia que não comprehendem que os monarchistas apresentam-nos constantemente, com embaraço ás nossas generosas aspirações, o exemplo das *Republicas hispano-americanas*. Esta questão das republicas hispano-americanas tem sido sempre o cavallo de batalha dos monarchistas *enra-*

gés. Para mim, Cidadãos, nunca houve lembrança tão infeliz como a dos que foram achar tal argumento: 1.º - porque essas Republicas conseguiram estabelecer a forma de governo por que se regem com um estado de instrucção muito inferior ao nosso actual, o que prova que para nós muito mais facil seria assental-a hoje; 2.º - porque a causa unica das perturbações por ellas soffridas é a natureza do genio espanhol, que não foi a tempo refreado, como prova a propria Hespanha que tem soffrido peiores commoções, sendo monarchia; 3.º - por que apparece tão grande, tão nitida, tão clara, com esta confrontação, a superioridade do governo republicano sobre o monarchico, que os pseudo-opportunistas deviam recuar diante de tal exemplo. De facto, Cidadãos, é tão superior ao nosso governo d'aquellas Republicas, que mesmo nadando ellas em sangue, sempre presas de correrias, de sedições muitas vezes injustificaveis, debatendo-se no mar das mil commoções politicas que ali todos os dias se manifestam, - o progresso fluctua á tona das revoluções, animado pelas instituições livres. O Estado Oriental do Uruguay e a Confederação Argentina, as duas mais accusadas, (^{1*}) possuem uma somma de instrucção popular espantosamente superior á nossa; (^{2*}) têm os seus *pampas* cobertos de vias ferreas, como nós estamos longe de possuir; têm o correio gratis para os jornaes e obras impressas; os direitos de alfandega são insignificantes, os impostos limitadissimos, porque o Estado tem muito pouco para despender, e muito menos terá ainda quando em sua vida politica serenar de todo, quando despedir o exercito, porque a liberdade não precisa de força

1 * E' notavel que os defensores d'este desacreditado regimen monarchico, em suas inectivas, só se lembrem de falar-nos d'estas duas Republicas. ¿Por que não falam do Chile? ¿da Columbia? ¿da Nova Granada? E' sabido que estes paizes republicanos tem desenvolvido um progresso tão surprehendente que deixa muito longe o *grande Imperio da Sancta Cruz*. (Cruz tem elle nos hombros, e pesada.) Os monarchistas ou esquecem isto de proposito, ou porque não conhecem os factos: são mentirosos, ou ignorantes.

2 * Da população da Confederação Argentina 7% sabem ler e escrever; da do Brazil apenas 1½%!

para sustentar-se porque a força da liberdade é a mesma liberdade (*Muito bem*).

Alem d'isso, os monarchistas, que argumentam para opporem-se ao estabelecimento da Republica, com a raça, com a indole, com a educação do nosso Povo, não têm o direito de ir buscar um parallelo entre nós, brazileiros, e os hespanhóes; 1.º - porque a nossa raça, modificada pelos agentes physicos e intellectuaes, climatericos e industriaes, desviou-se extraordinariamente mesmo da portugueza, ζquanto mais da hespanhola, ja diferenciada d'aquella, apesar de terem ambos tido o mesmo, ou quasi o mesmo, berço? 2.º - porque os nossos costumes são diametralmente oppostos aos das Republicas hispauo-americanas. Por conseguinte, si a raça e os costumes não têm valor algum, ζpara que nos falam 'nelles os monarchistas? e, si têm, visto que a nossa raça, a nossa índole, os nossos costumes differem essencialmente dos das Republicas hispano-americanas, ζcomo é que se apontam esses paizes como espantalhos á futura Republica brazileira, quando não ha paridade alguma?

Concluamos d'aqui que tal exemplo é uma monstruosa banalidade. Si elle tem algum merito, é certamente o de provar contra a Monarchia, o de provar a favor da Republica.

Refutemos, Cidadãos, a 6.^a e ultima objecção que nos fazem os inimigos da Democracia. Dizem-nos elles a todo o momento: «Sois ingratos para com a Monarchia, que vos tem cercado de todas as garantias. ζPara que quereis derribar uma forma de governo que vos tem dado todas as liberdades, que vos garante a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento, tudo, emfim, que não vos daria a melhor Republica?» Cidadãos, é preciso, antes de tudo restringir esta declamação dos inimigos:

Não são tantas as liberdades de que gosamos; por exemplo: falar contra a existencia de Deus é um crime; falar contra a immortalidade da alma é um crime (*Riso*); falar contra os artigos da Carta Constitucional é um crime.

Muito longe eu iria si quizesse mostrar tudo o que as leis escriptas dizem contra a liberdade. Eu mesmo, que prégo 'neste momento a grandeza da Democracia, que defendo-a dos injustificaveis ataques de inimigos desleaes, - si fossem cumpridos certos artigos do Codigo Criminal, - teria de descer d'esta tribuna pelo braço d'um esbirro. Si o governo não manda executar essas disposições terminantes e claras, nós não temos a culpa d'isso: mostra simplesmente que é fraco, que é inepto, que não tem força para fazer valer a lei, que não é digno de respeito, que não é digno d'esta grande terra; (*Applausos*) ou, então, o governo trata-nos com o mais repugnante dos artificios: combate-nos com o silencio, com a indifferença cynicamente estudada, a peor de todas as armas, nas mãos de um inimigo perverso. Esta ultima hypothese é, com certeza, a verdadeira: a Monarchia muito de proposito não põe em pratica as disposições "tyrannicas de suas leis. Ella teme provocar essa lucta desesperada, a que recorrem todos os desprotegidos da justiça; ella sabe que a perseguição apressa a victoria da idéa, sabe que o martyrio retempera a força e o valor dos apostholos de uma grande causa. Não; essa tolerancia embusteira não nos convem, a nós republicanos. E' minha convicção profunda, Cidadãos, que no dia em que nos arrebatassem estas minguadas liberdades, no dia em que os nossos irmãos de combate fossem arrastados ao calabouço, á proscricção, ao degredo, no dia em que o despotismo emboscado, que hoje zomba de nós, se resolvesse a mostrar abertamente as afiadas garras que possúe, -'nesse dia havia de accor- dar finalmente a consciencia adormecida e enregelada no seio dos oprimidos, e d'esta Monarchia torpe e insolente não ficaria restando mais do que a vergonhosa lembrança, como um borrão eterno nas paginas da nossa historia. (*Grandes e prolongados applausos*).

¡E dizem ainda que devemos ser gratos á Monarchia! Não conheço maior insensatez do que a dos que affirmam que a ella devemos os fóros de liberdade que possuímos hoje, que a ella devemos o proprio direito de accusal-a e combatel-a. Os direitos do Povo não são presente de ninguem; são legitima e gloriosa conquista sua, conquista obtida

em combates sangrentos contra os despotas de todos os tempos, a custa dos mais heroicos sacrificios, dos mais cruentos martyrios. ¡Não! a Monarchia nunca nos deu liberdade; quando nossos avós quizeram a liberdade, arrancaram-na á força de suas garras assassinas; quando a Monarchia teve o poder nas mãos, nunca nos deu liberdades; deu nos ferros e grilhões para tolherem-nos os pulsos, deu-nos a mordança infamante, que nos fazia morrer nos labios o grito da revolta. (*Grandes Applausos*). Ahi tendes o que nós devemos á Monarchia.

Cidadãos, parece-me que tenho respondido a todas as objecções, a todos os argumentos levantados contra aquelles, em cujo numero eu estou, que entendem que deve estabelecer-se ja, immediatamente no Brazil a forma republicana. Vós pudestes apreciar o fundo e a solidez d'essas pobres objecções. Appello agora para vossas consciencias: Por estes motivos, por estes argumentos, que eu acabo de destruir diante de vós, ¿poder-se-á, porventura, oppor um obstaculo sério à Republica? Não; tudo isto tem effeito muito diverso: tudo isto prova contra a Monarchia. Vós devieis ter notado, Cidadãos, que todos esses ataques inconsiderados que com tão grande arrogancia nos são dirigidos, voltam-se justamente contra os que nol-os dirigem; o seu espirito é um só: o de provar que a Monarchia é a causa unica de todos os atrazos, de todas as miserias que soffremos, que o seu tempo acabou-se, que tornou-se *inopportuna*, - que chegou, por consequencia, a urgente *oportunidade* da Republica (*Muito bem.*)

Somos nós, republicanos, por consequente, os verdadeiros, os legítimos opportunistas, porque sentimos, palpamos as necessidades da Patria e applicamos-lhe prompto remedio; inopportunistas são essês que resistem a uma lei imperiosa, por todos sentida; são esses que; pretendem em vão amparar nos braços frageis um ruinoso edificio, que se vai todos os dias esboroando, sem corresponder aos interesses que se transformam, ás necessidades surgem; são os monarchistas.

E, entretanto, Cidadãos, ainda ha quem tenha o.ar-

rojo de chamar-nos utopistas e sonhadores. ¡Utopistas nós, que discutimos, sem recuar uma linha, no terreno severo da pratica, no campo exacto e positivo da sciencia! ¡Sonhadores nós, que observamos attentamente o passado, que compulsamos o presente e propomos as urgentes medidas que elle reclama! Dizem que nós queremos arrastar para o presente uma ordem de cousas que está no futuro, que sonhamos um estado inoportuno para nossa Patria. Admittamos que isso seja exacto. Agora pergunto eu: quaes são os maiores sonhadores: ¿os que querem a todo o transe sustentar e perpetuar um presente imprestavel, que foge continuamente, - ou os que tractam de destruil-o? ¿Os que se levantam para desenterrar um passado morto e apodrecido na poeira dos tempos, - ou os que pensam no futuro, que, ao menos, será um dia uma luminosa realidade? ¿Os monarchistas ou os republicanos? (*Muito bem, muito bem.*) Neste grande seculo, que abateu definitivamente as soberanias de facto, para elevar as soberanias de direito, 'nesta grande, 'nesta vasta, 'nesta bellissima e joven America, destinada a ser o refugio e o mais alevantado altar da liberdade, - os sonhadores, os unicos sonhadores são os monarchistas. (*Applausos*).

E esta faculdade de sonhar ingenuamente, esta propensão para viver em um sonho eterno tem produzido varios effeitos singulares no modo de pensar dos nossos inimigos. O principal d'elles e o mais notavel consiste em acreditarem na chamada regeneração da Monarchia, em acreditarem que se possa um dia concertar esta machina desmantelada ja pela logica fatal das coisas. E' partindo d'este descommunal absurdo que os monarchistas nos querem convencer de que propria Monarchia nos ha de um dia fornecer os meios de fundar pacificamente a Republica, para a qual, dizem elles, ainda não chegou o tempo. Dizem até mesmo, Cidadãos, que a Carta Constitucional, que as leis organicas abrirão naturalmente passagem para o definitivo assentamento da forma republicana. Isto, para mim, não é mais do que um sophisma protelatorio, ou um erro funesto, infelizmente alimentado ainda por muitos correligionarios meus; erro que eu espero, entretanto, ver

muito breve abandonado por todos.

E' para mim uma convicção profundíssima, filha de largo estudo, e não dos ímpetos fogosos da mocidade, - que, no estado actual das cousas, os meios puramente pacíficos, os meios legaes - nunca darão vida á Republica no Brazil, e tenho, para pensar assim, os mais fortes motivos.

A propria índole do governo monarchico é, antes de tudo, o primeiro obstaculo que impedirá sempre o advento normal de toda e qualquer instituição que lhe fira os interesses, e principalmente da Republica. A Monarchia, como ja vos disse, tem a velleidade de suppôr-se perpétua; passar d'ella para a Republica é abater-lhe esta pretensão; a Monarchia, por conseguinte, resistirá á Republica com o desespero de quem defende sua propria vida.

Todas as instituições monarchicas, que poderosamente influem na marcha da civilisação brasileira, participam necessariamente d'essa índole malefica. Composto de velhos, que dispõe de poderes vitalícios, e, alem de vitalícios, - irresponsaveis, surdos a todos os reclamos do presente, e a todas as previsões do futuro, impressionados fortemente pelas tradições do remoto passado que lhes foi berço, - o Senado, que está, por um vicio fatal da Carta Constitucional, armado do formidavel gladio reaccionario, com o qual corta a cabeça a toda a reforma generosa que se levanta no seio da Patria, o Senado, Cidadãos, será, um inimigo perpétuo, uma perpétua muralha, de encontro á qual se irá despedaçar toda a tentativa de reforma pacifica radical.

O poder moderador é, segundo a linguagem servil da Carta Constitucional, *a chave de todos os poderes*, o *primus inter pares*. Este poder terrível é exercido *privativamente* pelo imperador; ora, a Republica é a morte, é o desmoronamento do throno em que se assenta o imperador; por conseguinte, o imperador, a menos que não queira buscar o proprio suicidio, a menos que não seja inepto, - resistirá sempre á Republica, armado da lei.

UMA VOZ: - O povo o obrigará.

O ORADOR: - E' onde eu quero chegar.

Ha, Cidadãos, um quarto motivo ainda, que me faz desesperar completamente de se poder jamais, pelos meios pacíficos, pelos meios legais, dar entrada á Republica em nossa Patria: entendo que as reformas de que depende qualquer progresso para a liberdade, a reforma de que depende a mudança da forma de governo, que é o mais essencial de todos os progressos, as reformas chamadas constitucionaes - não se podem realizar, segundo a lettra expressa da Carta, sem a intervenção do Senado e do imperador (Sussurro).

Esta opinião tem sido asperamente combatida por muitos homens bem intencionados, no louvavel proposito de arrancar ás mãos do rei parte do seu poder absoluto de facto; a verdade entretanto apparecerá em toda a sua nudez desde que compulsemos a lettra da lei. Para mim é questão vencida. Diz a Carta Constitucional que, tractando-se de uma reforma 'nestas condições e sendo aceita a necessidade de tal reforma (lê): «Art. 177. - Na seguinte legislatura, e na primeira sessão, será a materia proposta e discutida, e o que se vencer prevalecerá para a mudança ou addição á lei fundamental, e, juntando-se á Constituição, será solemnemente promulgada.» Cidadãos, eu não quero nem posso demorar-me 'nestas considerações; quero apenas constatar este facto, que considero importantíssimo. Serei breve. (lê) na seguinte legislatura na primeira sessão Pergunto eu: ¿O que é uma legislatura? ¿O que é uma sessão? Responda o artigo 17: (lê) «Cada legislatura durará quatro annos; cada sessão annual quatro mezes.» A reunião, pois, da assembléa geral durante quatro mezes é uma sessão; consiste a legislatura nos trabalhos durante quatro annos da mesma assembléa geral. A assembléa geral consta das duas camaras, da dos deputados e da dos senadores, segundo o artigo 14. Ora, si a reforma de que tracta o artigo 177 deve ser discutida na seguinte legislatura e na primeira sessão; si estas palavras, *legislatura* e *sessão*, referem-se ás duas camaras simultaneamente; segue-se que as duas camaras intervirão na reforma; mas o Senado é uma destas duas camaras; logo o Senado intervirá. Mas - dizem os que combatem esta conclusão tão logica e tão clara - a Constituição

positivamente declara que os eleitores conferirão poderes especiaes aos deputados, poderes que não conferem aos senadores. Nada mais facil de responder: E' porque a Carta entende que os senadores não precisam de taes poderes especiaes, ou, então, que ja os têm implicitos no mandato vitalicio. Demais, segundo a doutrina constitucional, não ha lei sem a approvação das duas camaras e a sanção do imperador: (lê) Art. 13. - «O poder legislativo é delegado a assembléa geral, com a sancção do imperador. » Em parte alguma a Carta faz excepção a esta regra; pôr conseguinte, as reformas constitucionaes tambem estão sujeitas a ella. Diz ainda o artigo 177 que, depois de approvada a lei, será *solemnemente promulgada*. A forma da promulgação solemne aqui está no artigo 69 (lê): «Art. 69. Dom (N), por graça de Deus... etc. fazemos saber... etc. que a assembléa geral decretou e nós *queremos* a lei seguinte... etc. » A assembléa geral, repito, compõe-se das duas camaras: o imperador declara que sanciona; logo - o Senado e o imperador entram na formação das leis constitucionaes.

Eis ahi a verdade, Cidadãos. A verdade é que toda a reforma que 'nesta terra tentar levantar um padrão de liberdade, toda a reforma radical terá forçosamente de passar pela guerra do Senado e do rei, terá de ser mutilada e abatida.

Supponhamos, entretanto, que toda esta argumentação seja falsa; supponhamos que o rei e o Senado não tenham de intervir nas reformas constitucionaes, e que estas devam ser feitas apenas pela camara dos deputados. Vós sabeis que esta camara é feita pelas bayonetas de um ministerio pratocinado pelo imperador que pode isemtpal-o de qualquer responsabilidade; este ministerio é livremente escolhido pela vontade do imperador; o ministerio faz a camara; a camara faz lei; esta, filha da subserviencia, não pôde traduzir-se em uma reforma no sentido de estabelecer a liberdade. Supponhamos, porem, ainda que a camara fosse bastante independente e os ministros bastante honestos para não soffrerem a pressão do mandão. Ainda assim, o imperador, com um unico traço de penna, sem

prestar contas a ninguém, - ¡póde enxotar o ministerio e despedir a camara! Ora, uma camara dissolvida não faz lei; portanto esta será feita por outra camara eleita ao sabor do imperador, ou, melhor - o imperador é quem faz a lei. Tudo isto encontra-se (*mostrando a Constituição*) 'beste papel sujo que chamam - Constituição brasileira. (*Palmas: prolongados applausos*).

Cidadãos, á vista d'estes factos irrecusaveis, á vista d'esta demonstração talvez fastidiosa, (*Não apoiados*) mas certamente muito exacta, argumentação, que não deixa rhombo por onde possa penetrar o inimigo, me parece que a triste verdade, que a tristíssima consequencia é que os meios brandos, que a vontade mansamente manifestada do Povo, que é o unico soberano legitimo, - não são capazes de fazer nada digno da liberdade, 'neste pobre paiz. Ou nós seremos perpetuamente ingenuos, ou havemos de appellar para o unico meio que nos resta; tomar pela carreira unica que temos diante de nossos passos; onde não nos poderão impedir os raios que suspende na dextra o *tonante*; devemos seguir pela carreira que se abre toda a vez que se levanta o vulcão da consciencia nacional no seio oppresso do Povo; onde as forças dos despotas se abatem; porta unica aberta aos soldados da liberdade; devemos tomar pela carreira da Revolução (*Calorosos applausos*).

Cidadãos, ainda quando a Revolução fosse tão barbara, tão feroz, como a pintam os seus inimigos, - ella não deixaria por isso de ser o ultimo recurso, o recurso extremo d'aquelles que desesperam da justiça estabelecida; nem ha injustiça, toda a vez, que se tracta de firmar propria justiça. Accusam-nos de querermos a guerra, e dizem que a guerra é contraria á Democracia. ¡Sim! queremos a guerra, mas a guerra que extingue a guerra, a guerra que consolida a paz.

Dizem que a Revolução, que o emprego da força é incompativel com a Republica, incompativel mesmo com as prescripções da sciencia. Entendamo-nos, Cidadãos. Esta palavra *Revolução* é tomada em dois sentidos, em duas accepções diversas. Segundo cada uma d'estas accepções

o seu fim é diverso também. Uma é injusta, outra é justa; uma é perturbadora, outra é humanitária; uma é arbitraria, outra é científica. A Revolução ou se manifesta como uma *doutrina social*, ou como um *facto*.

Como doutrina, ella consiste (eu serei breve, estabelecendo esta distincção) consiste em crear na phantasia enferma uma chimera qualquer e querer, por força, accommodar a ordem real das cousas a essa chimera phantastica. Os sectarios d'esta doutrina não compulsam os factos, não medem a distancia que vai do real ao ideal, não palpam as necessidades sociaes, rebellam-se com a maior insensatez contra as mais intransgressiveis leis da evolução da sociedade. A profunda anarchia que caracteriza o estado actual do mundo civilisado é producto exclusivo d'elles. São elles que têm dado em terra com as liberdades publicas nas nações em que ellas mais fortes se ostentavam. São elles que têm aberto as mais dolorosas feridas por onde ainda hoje sangra o peito da Humanidade. (*Muito bem*).

E' cousa muito diversa a Revolução considerada como *facto*. Eu chamal-a-ia de preferencia - *Revolta*, porque este termo me parece exprimir melhor a idéa, que a ella se liga. E' o exercício de um direito, a reivindicação, a reacção da liberdade usurpada, a manifestação da vontade soberana. O *facto* Revolução, a *Revolta* funda-se 'nesta verdade incontrastavel: - todo o direito tem de ser reconhecido e garantido a todo o transe; quando os que têm o dever de reconhecê-lo não se submettem espontaneamente, devem ser obrigados a curvar-se a elle. Uma idéa levanta-se no seio de um paiz qualquer, lança fundas raízes em todas as consciencias, torna-se uma aspiração nacional; o governo, entretanto, d'esse paiz obstina-se em repellil-a, contra a vontade geral do Povo; 'neste conflicto, pergunto eu, ¿quem deve ser o vencedor - o mandatario ou o mandante, o governo ou o Povo? Certamente deve vencer o Povo, deve triumphar a nação, deve triumphar a soberania. No *facto* de tornar effectivo este sagrado direito, contra a vontade resistente dos despotas, é que consiste a revolta.

Vêde agora si têm razão aquelles que nos accusam

de rebeldes ás prescripções da sciencia, (3*) de inimigos dos sentimentos humanitarios, supremo ideal da Democracia. A Revolução, assim comprehendida, é um facto naturalissimo, um poderoso auxilio do progresso, uma necessidade fatal d'estes tempos, em que ha ainda infelizmente cegos insensatos que pretendem travar as rodas ao carro da liberdade.

E' a Revolução, a sim comprehendida, que tem promovido os maiores beneficios para a Humanidade, esmagando os despotas de todos os tempos; é ella que tem levantado a consciencia de todos os povos que mais altos se ostentam hoje; é ella o ultimo appello dos que se vêm perseguidos pela lei, mas amparados pelo direito; será ella tambem, amanhã, o acto solemne da redempção d'este grande Povo brasileiro, por tanto tempo amesquinhado, esmagado ás plantas de uma tyrannia çovarde. (*Applausos*). Eu tenho fé, Cidadãos, que esta nossa bellissima; que esta nossa estremecida Patria ha de um dia fatigar-se de soffrer sobre a candida serviz, o jugo aspero da escravidão. No dia em que apparecer a descoberto o vulto hediondo do despotismo, que se occulta hoje nos antros da hypocrisia; no dia em que na porta d'esse parlamento, onde parece estar gravado o sombrio verso do Damte

Per me si va tra la perduta gente,

3 * Algumas d'estas ideas fôram mais claramente desenvolvidas nas columnas d'A *Evolução*. «E' inexacto dizer «que se póde transformar a revolução em evolução». Aquella é simplesmente, ja não um instrumento, mas um a phase especial d'esta.»...

.... Essa brusca ruptura é, como se vê, o resultado fatal de um grande desequilibrio entre dois elementos constantemente em lueta em todas as sociedades: - a liberdade, que gera as forças impulsoras, e a auctoridade, que gera as forças conservadoras. A revolução é, por consequinte, um phenomeno tão natural como todas as elaborações da Natureza na ordem physica. A ser exacta aquella bella e engenhosa hypothese de Laplace, o systema solar se foi formando por uma longa serie de rupturas violentas dos aneis planetarios, verdadeiras *revoluções* occasionadas pelo desequilibrio entre as duas grandes forças naturaes centrifuga e gravitação».

(A *Evolução*, periodico redigido pelos Academicos de Julio de Castilhos, Pereira da Costa, Assis Brazil, n. 10, pag. 80.)

cahir a mascara do rosto d'esses representantes falsarios, que illudem a vontade popular e mentem à propria consciencia; no dia em que não houver mais um caracter a corromper, mais uma liberdade a arrancar das mãos do Povo; 'neste dia - reboará fatalmente a impetuosa rajada revolucionaria, que ha de acabar por varrer do seio d'esta grande terra os ultimos vestigios de todas as vergonhas que nos assoberbam. (*Grandes applausos*).

UMA VEZ: - Nesse ponto, apoiado. (^{4*})

O ORADOR: - Bem sei que esta terrivel idéa de contemplar um mar de sangue derramado de corpos irmãos - aperta o coração, confrange a alma, doe sinceramente no fundo da consciencia. Mas nem toda a Revolução precisa, por ser o emprego da força, de ser sangrenta. Tentemos por todos os meios pacificos, pelo preço dos maiores sacrificios, pela mais tenaz abnegação, enxotar do nosso seio a fera que nos degrada. A Republica é legitima, a Republica é opportuna; procuremos firmal-a, quebrando a vontade dos despotas pela mais digna de todas as Revoluções, pela Revolução que não derrama sangue e não faz cadaveres. Mas si, entretanto, o poder resistir, si a tyrannia levantar em torno de si, contra a vontade nacional, uma floresta de bayonetas, ¿devem, porventura, recuar atemorizados e vencidos os soldados da liberdade? ;Não! Si a lucta fôr imprescindivel, si imprudentemente a ella nos provocarem, acceitemola, luctemos pela justiça, pelo direito, pela liberdade, embora seja necessario derramar um mar de sangue, - comtanto que do seio agitado d'esse mar sombrio se levante esplendida e serena, lavada de todas as nódoas, limpa de todas as máculas, a veneranda imagem da Patria.

(*Estrepitosos e entusiasticos applausos. O Orador é cumprimentado e abraçado por quasi todas as pessoas que, em crescendo numero, se achavam no recinto.*)

FIM

4 * O Orador não ouviu este aparte.

O SISTEMA POLÍTICO CASTILHISTA-BORGISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA GAÚCHA

René E. Gertz¹

Minha fala destoa totalmente da dos colegas que se manifestarão depois de mim, porque meu conhecimento sobre Assis Brasil é muito, muito limitado. Diante deste fato, em resposta ao honroso convite para participar deste evento, propus apresentar algumas considerações sobre o sistema político dominante dentro do qual transcorreu boa parte da vida e da ação de Assis Brasil. Não farei qualquer comentário específico sobre ele. Vou falar daquilo que ficou conhecido como sistema castilhista-borgista, e alguns de seus desdobramentos.

A exposição será improvisada, e tenho algum receio do improviso, porque vou tentar juntar elementos de duas resenhas que escrevi, uma alguns anos atrás, outra publicada mais recentemente, a fim de fazer disso algo de sensato para, talvez, possibilitar aos ouvintes localizarem, dentro deste contexto, a vida e a atuação de Assis Brasil.²

No momento da proclamação da República, em 1889, foi natural que os republicanos históricos assumissem o poder. Entre aqueles que passaram para a oposição, estavam, em primeiro lugar, os liberais, que, dentro do sistema monárquico, polarizado entre eles (liberais) e conservadores, estavam no poder, aqui no Rio Grande do Sul, e que, por isso, foram aqueles que sofreram de forma mais direta os efeitos da troca do sistema político; mas havia

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Foi professor de História na UFRGS e na PUCRS; está aposentado.

2 GERTZ, René E. *O Sonderweg* do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 215-231, 2011. GERTZ, René E. Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). *Capítulos de história política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2018, p. 36-52.

outros grupos que se sentiram marginalizados, e com seus interesses a perigo.

Vou referir-me a apenas um desses grupos, os “católicos”. Tanto a elite eclesiástica quanto a leiga católicas ficaram muito preocupadas com a proclamação da República, entre outros motivos, porque o segundo decreto do novo regime estabelecia, por exemplo, o casamento civil, ou seja, a separação entre Igreja e Estado, e inclusive havia, no ar, ameaças à instituição Igreja Católica. Estou falando de improviso – por isso, correndo algum risco de errar –, mas espero não estar enganado ao lembrar que os jesuítas, ou instituições a eles ligadas, estão abrigados em uma entidade que se chama Associação Antônio Vieira, mantenedora do Colégio Anchieta, da UNISINOS. E esta entidade jurídica foi criada neste contexto, com o objetivo de resguardar o legado jesuítico de uma possível ação contra a ordem como tal.

Isso fez com que os católicos se articulassem para enfrentar a situação. Como aqui, sobretudo em Porto Alegre e em São Leopoldo, houvesse, em primeiro lugar, número significativo de jesuítas de origem alemã (pense-se na comunidade São José) e uma elite pensante de origem alemã muito forte, partiu-se para a criação de um Partido Católico, nos moldes daquele que havia na Alemanha, o Partido do Centro, a *Zentrumspartei*. Na bibliografia a respeito, aparece, às vezes, como Partido Católico, às vezes, como Partido do Centro. Ele foi articulado, claro, não só por alemães e descendentes, mas também por outras pessoas – cite-se, aqui, apenas um intelectual conhecido por uma geração mais antiga como autor da famosa *Seleta em prosa e verso*, Alfredo Clemente Pinto.

Este partido se envolveu nas primeiras eleições do período republicano, mas obteve pouco sucesso. Júlio de Castilhos, então, entrou em contato com alguns líderes “católicos”, e lhes disse mais ou menos o seguinte: “esqueçam o partido de vocês, deixem de fazer oposição, temos coisas em comum, e eu vou garantir a participação de vocês no governo; vocês me indicam alguns correligionários,

que eu incluo na minha chapa de candidatos a deputado, por exemplo, e nós vamos conviver”. Por isso, até o final da Primeira República, em 1930, vamos ter uma “ala católica” dentro do Partido Republicano Riograndense – Englert e Kroeff são dois sobrenomes bastante conhecidos de deputados estaduais representativos dela.

Esta aliança se fortaleceu a partir de 1912, quando Dom João Becker assumiu o arcebispado de Porto Alegre. Um ex-colega meu da PUCRS, Artur Cesar Isaia, escreveu um livro, anos atrás, *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*, onde descreve este processo de aprofundamento da aliança, agora não mais sob a batuta de Júlio de Castilhos, mas de Borges de Medeiros. Na interpretação dele, essa aproximação se deu, basicamente, por afinidades ideológicas e programáticas. Mesmo que, oficial e enfaticamente, o positivismo fosse a ideologia que orientava o castilhismo-borgismo, e apresentasse aspectos que não se coadunavam muito com o pensamento católico, de fato se registrou uma convivência muito estreita, até o fim do período indicado. Inclusive, em 1928, em um famoso episódio sobre o qual escrevi em um livro chamado *O aviador e o carroceiro*, registrou-se uma disputa muito acirrada entre os “republicanos” municipais para a indicação de candidato à eleição a intendente (prefeito) de Montenegro. Borges de Medeiros, que ainda era o chefe do partido, apesar de Getúlio Vargas já ser o governador do estado, decidiu, em comum acordo com este, colocar como candidato alternativo uma pessoa de fora do município, para terminar com a dissensão partidária local, e escolheu para isso Egydio Hervé, engenheiro, professor na Escola da Engenharia, hoje da UFRGS, e também funcionário da prefeitura de Porto Alegre.

Acontece que ele tinha dado uma trombada com Alberto Bins, militante católico, que então era o prefeito da Capital, e foi demitido. Hervé, portanto, estava desempregado. Borges e Getúlio decidiram que ele seria o candidato do partido em Montenegro. Acontece que Egydio Hervé era um muito conhecido líder espírita, e opositor declara-

do da Igreja Católica. Isso gerou grandes dificuldades em Montenegro.

Havia, inclusive uma questão formal a atormentar a consciência dos cristãos católicos de Montenegro. Em 1915, os bispos do Brasil meridional haviam lançado uma Carta Pastoral Coletiva, na qual, no item 1476, diziam o seguinte: “eleitores que sufragarem candidatos inimigos declarados da Igreja, não podem escusar de pecado grave”. E este era o problema do eleitorado católico de Montenegro. Dom João Becker, não lembro os detalhes, mas – se estou correto – recorrendo ao *Corpus Iuris Canonici*, encontrou uma brecha para o caso, e a manutenção da amizade com Borges de Medeiros e a aliança com o mundo político “republicano”, decretando que não era pecado votar em Egidio Hervé, em Montenegro. E ele acabou sendo eleito.

Em 1929, já no contexto da preparação da eleição presidencial de 1930, com Getúlio Vargas como candidato, Dom João Becker colocou na lista de candidatos a deputado do Partido Republicano Riograndense o conhecido monsenhor Nicolau Marx, o qual, inclusive, patrocinou um famoso incidente em Aparecida. O clero católico nacional tinha muito receio em relação a Getúlio Vargas, um ateu que tinha dado o nome Lutero ao filho mais velho. Monsenhor Marx saiu em defesa enfática do governador gaúcho, insistindo que era um ótimo cristão católico.

Essa prolongada digressão sobre os “católicos” teve como objetivo mostrar como o castilhismo-borgismo se consolidou na condição de dominante na política sul-rio-grandense, durante os 40 anos iniciais da República, incluindo o estabelecimento de uma sólida e duradoura aliança com aqueles que, em tese, deveriam ter sido seus inimigos natos.

E é sobre este regime, tão consolidado, tão duradouro, que vou fazer agora uma rápida resenha historiográfica. Quando falo em historiografia, não falo só da historiografia acadêmica. Gosto muito da expressão de um amigo da Universidade de Passo Fundo, Astor Diehl, “cultura historiográfica”. Ou seja, não se trata só daquilo que historia-

dores profissionais disseram ou escreveram, mas também daquilo está na mentalidade de outras pessoas “comuns” sobre a História, de como ela transcorreu. E a importância de tudo isso está no fato de que essas concepções e formas de enxergar têm efeitos sobre a prática, não só sobre a avaliação normativa das pessoas, mas sobre suas opções políticas, aqui e agora.

A primeira referência historiográfica que faço é em relação a Décio Freitas, um historiador não profissional (era jurista), mas uma pessoa que produziu bastante coisa sobre História. E ele escreveu um livro chamado *O homem que inventou a ditadura*, que é uma condenação de Júlio de Castilhos e do sistema castilhista-borgista.

Uma outra linha historiográfica diz algo diferente, sem necessariamente fazer uma avaliação sobre “bom” ou “mau”, mas destacando o caráter *sui generis* do castilhismo-borgismo. Trata-se, de novo, de um jurista, Sérgio da Costa Franco. Em um artigo famoso, de 1967, escreveu mais ou menos o seguinte: “no Rio Grande do Sul foi diferente que no restante do país, uma coisa tão marcante da política nacional durante a Primeira República (1889-1930) quanto o coronelismo aqui não pegou chão”. Essa ideia de que o Rio Grande do Sul foi diferente, sobretudo naquilo que tange ao “coronelismo”, foi duramente criticada por dois colegas historiadores acadêmicos, Loiva Otero Félix e Gunter Axt, dizendo, que essa classificação de “diferente” não faz qualquer sentido, que é uma forma de engodo, que, na verdade, a situação no estado é igual ao restante do país, e assim por diante.

Em uma próxima etapa, uma pessoa que, na época, trabalhava na Fundação de Economia e Estatística (FEE), Luiz Roberto Targa, recuperou um autor que escreveu um livro na década de 1970 chamado *São Paulo e o Estado Nacional*, Simon Schwartzman, cientista político. Schwartzman fez uma divisão política do Brasil em quatro regiões. O Rio Grande do Sul seria uma delas, e apresentaria características muito específicas, que, sim, seria “diferente”. Simplificando ao máximo, no estado sulino, a política não

seria simples reflexo das condições do mercado, ou seja, o poder político não corresponderia puro e simplesmente ao poder econômico, gozaria de considerável autonomia em relação a ele – pensando um pouco mais adiante, o Estado exerceria algum grau de soberania em relação à “sociedade civil”, deixando de ser uma pura “representação” dela, ou, numa outra perspectiva, o Estado aqui exerceria uma “cooptação” sobre ela; quem estivesse inspirado numa visão marxista poderia dizer que no Rio Grande do Sul o Estado não exerceria uma simples função de “comitê executivo da burguesia”. Mas que ninguém se engane, esta situação não recebe uma avaliação positiva de Schwartzman. Para ele, a ausência – ou ao menos a fragilidade – da “representação”, e o predomínio da “cooptação”, constituem um empecilho para o desenvolvimento de um sistema político moderno.

É interessante observar aquilo que Targa – autor de uma tese de doutorado sobre este tema, na França – fez com a afirmação de Schwartzman. Ele diz mais ou menos o seguinte: “Sim, o Simon Schwartzman diz que o Rio Grande do Sul é diferente, só que dá uma conotação negativa a essa diferença”. De fato, segundo Schwartzman, São Paulo – daí o título do livro: *São Paulo e o Estado Nacional* – é o estado mais moderno da federação brasileira, mas foi subjugado, em 1930, por Getúlio Vargas, na verdade, pelo Rio Grande do Sul, e São Paulo está lá em baixo até hoje. São Paulo nunca mais conseguiu se recuperar, nunca conseguiu fazer-se presente no cenário nacional, na proporção de sua importância socioeconômica. São Paulo foi invadido em 1930, em 1932 recebeu uma nova pancada, e nunca mais se recuperou, nunca mais conseguiu fazer um presidente da República (o livro é da metade da década de 1970). Portanto, em 1930, o sistema castilhistaborgista gaúcho conseguiu impor-se ao Brasil todo, e lá está, com seus estragos, agora não mais restritos ao estado de origem, o Rio Grande do Sul, mas afetando o país como um todo.

Outro “intérprete do Brasil”, mais um jurista, apresenta claras afinidades eletivas com a visão de Schwartzman. Trata-se de Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*,

famoso livro no qual, interessadamente, a Primeira República, no Brasil em geral, não é vista necessariamente como momento negativo de nossa história nacional, com seu suposto abominável domínio oligárquico. Para Faoro, a Primeira República abriu a possibilidade da construção de uma “sociedade civil”, da configuração de classes sociais, em confronto, fato que, provavelmente, teria levado, mais adiante, à instauração de um Estado moderno no país, para acabar com o Estado patrimonial, uma das principais causas de nosso subdesenvolvimento. Neste sentido, é muito sintomático o título do capítulo final deste extenso livro (mais de 1.000 páginas), “a viagem redonda”. Ele deriva da convicção de Faoro de que o Estado patrimonial é um defeito que esteve presente durante todo o período colonial e imperial, mas, em nível federal, começou a ser desmontado durante os primeiros 40 anos da República. Infelizmente, o gérmen desse mal teria sobrevivido no Rio Grande do Sul, de onde foi reinstaurado no restante do país, com a Revolução de 1930 – e voltamos à estaca zero!

Aqui entram agora as considerações de Targa. Ele, ao contrário das posições críticas de Faoro e de Schwartzman, diz que nós devemos recuperar a diferença que o Simon Schwartzman apresenta como negativa, para transformá-la em uma coisa muito positiva, até salvífica para o país. Vou citar só um pequeno trecho: “é evidente para qualquer pessoa de bom senso, seja ela um sul rio-grandense, seja um outro brasileiro, que o mundo do sul, mesmo hoje em dia, continua sendo muito distinto dos demais mundos brasileiros e muito mais do que eles estão entre si. Porque é no Rio Grande do Sul que surge uma ideologia e uma forma de governar, que depois se transfere para o Brasil como um todo, com Getúlio Vargas, a partir de 30”.

Mas não é tanto Targa que eu critico na minha citada resenha, e, sim, um colega alemão que se chama Jens Hentschke. Recupero uma questão comparando Alemanha e Rio Grande do Sul. Na historiografia alemã, está muito presente a famosa palavra *Sonderweg*, que utilizo no título de minha resenha, isto é, um caminho (uma maneira)

peculiar da constituição do Estado alemão. Na historiografia e na ciência política brasileiras, é mais conhecida a expressão “via prussiana”.

Para uma intelectualidade alemã crítica, o conceito e a realidade ligada ao *Sonderweg* constituem um pesadelo, pois esta realidade não só teria dificultado a instauração de uma democracia liberal na Alemanha, como teria aberto o caminho para o nazismo. Um conhecido historiador alemão, Jürgen Kocka, escreveu, quando caiu o muro de Berlim, no jornal *Zeit*, um semanário muito importante na Alemanha, algo como: “não me venham com um novo *Sonderweg*”, com um novo caminho peculiar, após a reunificação, após a queda do muro, “nós somos ocidentais e queremos ser ocidentais e, portanto, nós não queremos ter nenhum padrão especial”.

Minha estranheza com o Jens Hentschke é que ele, como historiador alemão, escreveu um livro enorme, de 723 páginas, sobre o Estado Novo no Brasil (1937 a 1945), onde diz mais ou menos o seguinte: “*glorioso o Brasil pela existência do Rio Grande do Sul, porque tudo começou lá*”, é lá que surgiu e de lá se espalhou para todo o Brasil a estatolatria que domina amplos setores da população brasileira. A PUCRS publicou, em 2015, a tradução de outro livro dele, *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*, ou seja, a glorificação do *Sonderweg*, do caminho peculiar do Rio Grande do Sul. Na opinião de Hentschke, uma situação que deve ser festejada – uma afirmação que, em meu modo de ver, infelizmente, está muito presente na atual historiografia brasileira dominante.

Nós temos, por exemplo, um historiador chamado Jorge Ferreira, que é um pesquisador importante sobre o período republicano brasileiro, e que retoma isso. Referindo ao grande discípulo de Júlio de Castilhos chamado Getúlio Vargas, escreveu, em um livro intitulado *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*: “Não há propaganda que transforme um personagem em líder polí-

tico, em figura lendária, sem realizações que afetam a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciaram. O reconhecimento político e a valorização simbólica que os trabalhadores dedicaram a Getúlio Vargas, bem como a permanência de seus efeitos e realizações na memória popular por tanto tempo, não podem ser apenas reduzidos a uma eficiente máquina de fabricar mitos”. O problema que enxergo nesta afirmação é que não encontro argumento racional para não aplicá-la também a Adolf Hitler.

Para terminar, eu diria que essa questão ainda fica mais problemática na medida em que há uma convergência pela direita e pela esquerda em relação a essa avaliação. Eu não vou avançar, aqui e agora. Em minha resenha, avancei até Luiz Inácio Lula da Silva, quando ele, em determinado momento, disse: “o último, antes de mim, que fez a coisa certa se chamou Ernesto Geisel” – ou seja, mesmo que Geisel, eventualmente, tenha mandado prender o metalúrgico Lula, ele foi bom por ter turbinado o “Estado forte”.

Sem aprofundar situações de um passado mais recente, refiro aqui apenas uma situação, um pouco mais recuada, da década de 1950. Neste momento, se criou uma escola de esquerda para pensar o Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Já havia, desde o final da década de 1940, a ESG, a famosa Escola Superior de Guerra, considerada um local de elaboração de um pensamento claramente conservador, de direita. E o ISEB tentou reunir justamente a esquerda, a esquerda em um sentido amplo, desde Cândido Mendes, digamos assim, um cristão progressista, até um marxista ortodoxo como Nelson Werneck Sodré.

De todos eles, eu só quero pinçar uma pessoa que se chamava Alberto Guerreiro Ramos. Ele, em 1961, publicou um livro chamado *A crise do poder no Brasil*, que, na primeira parte, reúne artigos que já tinha publicado em outro lugar, e, na outra parte, basicamente textos sobre a eleição de Jânio Quadros. Na primeira parte, republicou um artigo sobre o pensamento político-social brasileiro, tra-

tando, sobretudo, das décadas de 1920 e 1930, isto é, do entorno da Revolução de 1930. Ali interessa aquela parte do texto que trata daquilo que Bolivar Lamounier, num capítulo clássico do volume IX da *História geral da civilização brasileira*, editada por Sérgio Buarque de Holanda, chamou de “ideologia de Estado”. A trindade famosa representativa desta ideologia é composta por Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

Interessante é que o esquerdista Guerreiro Ramos escreveu que, ao ler os trabalhos de Azevedo Amaral, um daqueles ideólogos muitas vezes classificados de “proto-fascistas”, defensores da ditadura do Estado Novo brasileiro, ninguém pode negar que ele foi um dos mais lúcidos analistas a destacar que o Brasil só teria conserto com um “Estado forte” a comandar o processo, pois sua “sociedade civil” seria, por razões históricas, invertebrada, “ameboide” (esta última expressão não é de Azevedo Amaral nem de Guerreiro Ramos, mas de Bolivar Lamounier). O esquerdista Guerreiro Ramos, portanto, dá aval e valoriza um pensamento claramente de direita, antiliberal.

Luiz Roberto Targa certamente também não se considera de direita, mas igualmente glorifica Júlio de Castilhos e seus sucessores pelo “Estado forte” implantado e consolidado no Rio Grande do Sul. Neste caso, inclusive, a violência praticada durante a Revolução Federalista (1893-1895) foi expressamente endossada, até festejada, porque, supostamente, garantiu a sobrevivência deste projeto salvífico, e sua posterior expansão para todo o país. O autor foi claro: “a ditadura [então] instalada pelos positivistas possui[u] a função *necessária* de afastar a oligarquia tradicional do poder regional”.

Conforme prometido, não fiz nenhuma única afirmação sobre Assis Brasil, mas tentei delinear algumas consequências de sua derrota, quando o projeto de seu cunhado Júlio de Castilhos saiu vitorioso, e ele teve de passar para a oposição.

Agradeço pela atenção com que me ouviram.

Desembargador Gerson Fishmann: Queria agradecer e cumprimentar o professor pela brilhante exposição. Recebemos a virtude da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em um momento importante da nação, e como esses fatos pretéritos estão muito próximos, presentes, para nós avaliarmos o contexto.

DA PROPAGANDA REPUBLICANA À DISSIDÊNCIA: REDES DE SOLIDARIEDADE E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO SÓCIO- POLÍTICA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE J. F. DE ASSIS BRASIL

Tassiana Saccol¹

Gostaria de iniciar agradecendo pelo convite e pela oportunidade de fazer parte desse encontro, que busca discutir o legado de um personagem que foi extremamente importante para a história do Rio Grande do Sul e que, eu, particularmente, tive a oportunidade de investigar ao longo da minha trajetória acadêmica. Agradeço, então, ao Wagner, que esteve envolvido com a organização e, gentilmente, me fez o convite. Aproveito para cumprimentar ao desembargador Jorge Dallagnol e ao Doutor Alfredo Flores, que fizeram a abertura do evento; também cumprimento os professores René Gertz e Paulo Visentini, com quem tenho a honra de dividir a mesa, e os demais palestrantes aqui presentes.

Discorrer sobre a trajetória do Joaquim Francisco de Assis Brasil é sempre uma alegria para mim, pois tenho, ao longo dos últimos anos, me dedicado a estudar a ação desempenhada por alguns dos principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com o objetivo de refletir sobre a dinâmica e/ou o jogo político e partidário regional de fins do século XIX e princípios do século XX.

Em minha pesquisa de mestrado, trabalhei especificamente com o personagem que está em debate aqui hoje - Assis Brasil - e utilizei-me de suas experiências para analisar o período da propaganda republicana no Rio Grande do Sul (década de 1880). Portanto, me dediquei a pensar so-

1 Doutora e Mestre em História pela PUCRS. Dedicou-se a pesquisa da história política no Brasil da segunda metade século XIX até a Primeira República, com ênfase nas instituições político partidárias e nas trajetórias de seus líderes.

bre um período em que o PRR ainda não havia assumido o poder no estado. Nesse sentido, me interessava saber quais eram as práticas empregadas para disseminar as ideias republicanas, como seus candidatos atuavam em contextos eleitorais, qual era o perfil dos eleitores da agremiação, dentre outros aspectos.²

No doutorado, avancei temporalmente, visando analisar o momento em que o PRR já havia assumido o comando estadual. Naquela oportunidade, me propus a pesquisar as várias rupturas que ocorreram dentro do partido, quais as suas motivações e de que maneira elas se processavam. Assis Brasil, dissidente do PRR desde 1891, foi um dos personagens investigados. Apolinário Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Barros Cassal e Fernando Abott também foram protagonistas dessa pesquisa que, de um certo modo, deu prosseguimento aos estudos iniciados no Mestrado.³

Feita essa apresentação inicial, a rica trajetória do Assis Brasil me permitiria abordar, nessa mesa, a sua ação como propagandista da República, o momento de rompimento com o PRR, ou ainda sua atuação como opositor da agremiação. Dentro destes possíveis enfoques, acabei optando por uma fala que privilegia os primeiros passos da carreira de Assis Brasil como político, algo que só pode ser melhor compreendido se fizermos referência à atividade intelectual que ele desempenhou. Em outras palavras, ele realizou uma atividade intelectual que tinha finalidade política e acabou se tornando reconhecido no campo político, em boa medida, devido a essa ação intelectual.⁴

2 SACCOL, Tassiana M. P. **Um propagandista da República**: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

3 SACCOL, Tassiana. **De líderes históricos à opositores**: as dissidências republicanas e o jogo político regional (1980-1907). 2018. 190 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2018.

4 É importante ressaltar que as esferas intelectual e política estavam

Desse modo, minha fala estará centrada no período da propaganda, procurando analisar de que modo Assis Brasil se colocou no espaço político a partir de um investimento que foi feito na escrita de obras de divulgação das ideias republicanas que ele defendia. Logo, minha exposição estará focada em demonstrar os bastidores da publicação de alguns de seus livros e as estratégias mobilizadas pelo autor para fazer-se conhecido entre os pares republicanos e o público leitor.

É importante ressaltar que o nosso protagonista faz parte de um modelo de sociedade predominante agrária – o Brasil do século XIX – e, nesse tipo de organização social as relações interpessoais tinham grande peso, ajudando a orientar e/ou ordenar os mais diversos espaços, dentre eles o político e intelectual. Sendo assim, para que sua produção intelectual alcançasse sucesso, Assis Brasil mobilizou redes de solidariedade e amigos influentes no sentido de facilitar tanto a publicação quanto a circulação de suas obras.⁵ Com o intuito de explorar esse viés, selecionei algumas das correspondências que foram trocadas entre ele e o escritor João Capistrano de Abreu, pois muitas das tratativas referentes às primeiras publicações de Assis Brasil se encontram ali referenciadas.⁶

muito imbrincadas no século XIX e mesmo em princípios do século XX. Angela Alonso, em sua pesquisa sobre a geração de 1870, destaca que a produção de jornais e livros e a realização de conferências públicas eram as principais formas de intervenção no debate político, sendo frequentemente mobilizados pelos membros do grupo reformista. Para mais informações, ver: ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

5 Nos últimos anos, a ideia de rede social tem sido bastante utilizado na pesquisa histórica. Para mais informações sobre o conceito, sua definição e seus usos, veja-se os trabalhos de MITCHELL, J. Clyde. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, v. 3, p. 279-299, 1974; ou ainda de IMIZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III série, v. 5, p. 1-28, 2004.

6 O conjunto de correspondências aqui utilizado foi organizado e publicado por José Honório Rodrigues. Para mais informações, ver: RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de**

Nos primeiros anos da década de 1880 – momento de iniciação de Assis Brasil no universo intelectual – o cearense Capistrano de Abreu já não era mais o que poderíamos chamar de um ‘principiante’ naquele meio. Residia na Corte e era o funcionário responsável pelas publicações da Biblioteca Nacional. Portanto, pode-se dizer que já conhecia os meandros do ainda incipiente mercado editorial, o mesmo em que Assis Brasil tentava se colocar ao escrever o seu primeiro livro.

A República Federal e História da República Rio-grandense foram os dois primeiros livros publicados por Assis Brasil. As duas obras vieram a lume nos anos de 1881 e 1882, respectivamente, e certamente exigiram do autor maior imersão do que os artigos de jornal, panfletos e poesias que estava acostumado a publicar. No contexto referido, Assis Brasil era um jovem de 20 e poucos anos, recém-chegado em São Paulo, onde cursava Direito no Largo de São Francisco. Antes disso, Assis Brasil havia passado pelo Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre, instituição reconhecidamente envolvida com o republicanismo. Ali, conheceu alguns e estreitou laços com outros daqueles que seriam seus companheiros de propaganda, dentre eles, Júlio de Castilhos.

Na Faculdade de Direito de São Paulo, junto de outros colegas, participava de jornais, agremiações acadêmicas, organizavam conferências públicas, estreando, portanto, no debate público fora do circuito regional. As academias imperiais, como é sabido, eram locais onde as ideias republicanas, federativas e abolicionistas ganhavam força. Além de serem espaços de recepção e propagação dessas novas ideias, elas também eram importantes espaços de socialização. Era o lugar onde se criavam laços que podiam ser importantes não só para o período acadêmico, mas também para o período posterior a ele.⁷

Abreu. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. V. I.
7 ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ALONSO, Angela. Op. Cit.

Foi na Faculdade que Assis Brasil tornou-se colega e amigo de Valentim Magalhães, com quem, inclusive, dividia tarefas jornalísticas. O mesmo Valentim Magalhães foi quem intermediou seu contato com João Capistrano de Abreu, conforme atesta a correspondência trocada entre eles. As cartas revelam que Assis e Capistrano teriam se conhecido na fazenda de Valentim Magalhães, onde estiveram durante alguns dias, em férias de verão.

Diferentemente de Assis Brasil, que recém havia chegado ao centro do país, Capistrano de Abreu, naquele momento, já era uma pessoa bem posicionada no círculo intelectual da Corte. O cearense havia frequentado o curso de Direito no Recife, trabalhado em várias tipografias e, no momento em que o contato foi travado, tinha um importante posto na Biblioteca Nacional. Como funcionário da biblioteca, ele era o responsável pela organização de publicações e conferências, proporcionando, pois, meios e espaços de debate para a intelectualidade do período.

Para além dos artigos de jornais, que tinham uma vida curta, um importante instrumento de inserção no debate político da época era a escrita de livros doutrinários. Esse tipo de produção representava um investimento maior por parte do autor, seja em termos financeiros, seja no que diz respeito ao esforço intelectual empregado. Por isso mesmo, seu processo de publicação e, posteriormente, de divulgação, era permeado por uma série de estratégias. A bem da verdade, foi através da publicação de seus dois primeiros livros – no que contou com a valiosa contribuição de Capistrano de Abreu, que Assis Brasil começou a adquirir um certo prestígio diante dos pares republicanos ainda na década da propaganda.

Vejam, de modo pormenorizado, o caso da primeira publicação. No que diz respeito à *A República Federal* (1881), a leitura da correspondência deixa claro que Capistrano de Abreu teria se encarregado pessoalmente de entrar em contato com as principais tipografias do centro do país, orçando os custos da publicação em nome de Assis Brasil. Numa das cartas trocadas, Capistrano de Abreu afir-

mou o seguinte:

Deixei cair a alma aos pés... quando soube que Leuzinger, que eu julgava ser o mais caro de todos, é exatamente o mais barato.

Um colega meu, que com ele falou, disse que ele fará a impressão por 35\$ - incluindo a brochura. À vista disso, nem é bom pensar nos outros dois, que, inferiores como artistas, só levam-lhe vantagem por serem mais careiros. [...] À vista disso, ainda tendo-lhe submetido as propostas das três melhores tipografias, fico à espera de sua decisão.⁸

O fragmento acima demonstra que a escolha da tipografia era uma decisão importante a ser tomada. Não à toa Capistrano de Abreu teria simulado valores daquelas que considerava as três melhores tipografias do Rio de Janeiro. A referência à questão estética também chama atenção, à medida que ele considerava “Leuzinger melhor artista do que os outros dois”. Esse elemento é igualmente importante, já que o público que teria acesso e contato com o livro era bastante seletivo.⁹

Uma segunda correspondência trocada entre os dois amigos deixa evidente a falta de entendimento de Assis Brasil sobre alguns detalhes como o tipo de folha e brochura mais convenientes para a publicação. Também nesses pormenores, Capistrano de Abreu, imbuído de sua *expertise*, prestou auxílio ao amigo, como evidencia em correspondência de seis de abril de 1881:

[...] o tipo de papel escolhido para *A República Federal* tem todas as qualidades, menos uma: servir para ela. É muito grande e, feita com

8 Correspondência de Capistrano de Abreu a Assis Brasil. 15 de março de 1881. In: RODRIGUES, José. Op. Cit., p. 74.

9 Além dos livros serem artigos caros naquele momento, é preciso considerar que a grande maioria da população brasileira não era alfabetizada.

ele, a impressão não teria o *chic e o fini*, que V. gostaria como artista.

À vista disso, resolvi sustar a impressão até receber resposta sua. Leuzinger tem muitos bons e elegantes tipos, excetuando os dois que V. exige.

Se não faz questão do *elzevier*, passamos para o Lombaerts que o tem. Se não ficamos mesmo no Leuzinger, que lhe imprimira melhor do que qualquer outro e com mais brevidade e barateza.¹⁰

A missiva chama atenção para o fato de Capistrano de Abreu estar bastante à vontade para sugerir e interferir nas decisões tomadas, inclusive, porque o conhecimento de Assis Brasil sobre as questões estéticas parecia um tanto restrito. Em outra carta, Capistrano de Abreu novamente demonstra ter tomado decisões em nome do amigo, dessa vez, em relação à confecção dos exemplares especiais. Segundo ele:

Em sua última carta mandou-me amostra do papel que prefere para os números especiais. Não escolhi, porém, daquele, porque no Leuzinger há superiores. O número de exemplares especiais V. não fixou precisamente por isso contratei com o Leuzinger que seriam 50.

A partir dos excertos aqui trazidos, é possível perceber que a publicação de *A República Federal* teve acompanhamento constante por parte de Capistrano de Abreu. Várias decisões relativas ao conjunto da obra - fossem elas de maior ou menor complexidade -, contaram com sua opinião, quando não ele mesmo as tomou sozinho. É preciso considerar que a demora na comunicação ou mesmo extravio de algumas cartas, algo muito comum na época, podem tê-lo levado a tomar tais atitudes. Não obstante,

10 Correspondência de Capistrano de Abreu a Assis Brasil. 06 de abril de 1881. In: RODRIGUES, José. Op. Cit., p. 75.

Capistrano era um amigo de confiança que havia recebido um encargo para o qual tinha conhecimento prévio, logo, parece natural a liberdade com que conduziu algumas tomadas de decisões.

Os momentos em que Capistrano de Abreu não esteve tão disponível para auxiliar Assis Brasil no que diz respeito ao andamento da publicação, mostram o quanto sua colaboração era valiosa. Envolvido com questões pessoais, Capistrano de Abreu buscou acalmar ao amigo pontuando em carta: “[...] já vê portanto que não há perigo de que, no meio de um noivado que já passou, esqueça-me da sua incumbência, ao contrário, a probabilidade de que quantas incumbências me forem cometidas sejam melhores executadas porque duplicaram os órgãos”.¹¹

Publicada, finalmente, em 1881, *A República Federal* foi muito bem recebida pela crítica. O título acabou se tornando uma referência entre os livros de propaganda republicana, tendo circulado por vários espaços ao longo da década de 1880. Vários jornais teceram comentários elogiosos sobre a obra e o autor. Em artigo publicado no jornal *O Colombo*, o mineiro Lúcio de Mendonça, também republicano, se referiu ao livro como “uma bela obra de traços largos e vigorosos, e tão claros e firmes que maravilham em um escritor de tão poucos anos”, concluindo que o título “magnificamente escrito, magnificamente impresso, pode com muita justiça contar-se entre os melhores da nossa escassa literatura científica”.¹²

Tal foi o êxito quanto a circulação do livro, que o mesmo chegou a ser indicado como leitura obrigatória na Academia Militar do Rio de Janeiro. Já em São Paulo, o Partido Republicano Paulista subsidiou e distribuiu gratuitamente uma segunda versão da obra a todos os seus filiados. Angela Alonso, em seu livro sobre a geração de 1870, refere que, em 1889, *A República Federal*, de Assis Brasil, já havia

11 Correspondência de Capistrano de Abreu a Assis Brasil. 11 de abril de 1881. In: RODRIGUES, José. Op. Cit., p. 77.

12 Jornal *O Colombo*. 26.07.1881. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

sido reeditada seis vezes.¹³

O sucesso do livro está evidentemente relacionado à capacidade intelectual de seu autor; contudo, não pode ser compreendido integralmente, se não se pensar na eficácia da estratégia colocada em prática por Assis Brasil ao solicitar auxílio do amigo e, igualmente, na disposição de Capistrano de Abreu em ajudar com a publicação. Leitor atento e profissional estrategicamente bem posicionado no círculo intelectual da Corte, Capistrano enxergou as capacidades intelectuais do jovem rio-grandense e ofereceu um voto de confiança apadrinhando a nova obra.¹⁴

O auxílio prestado por Capistrano de Abreu foi tão essencial que, um ano depois, o laço de amizade foi novamente mobilizado por Assis Brasil, visando a publicação de seu segundo livro: *História da República Rio-grandense*. Tal produção tinha como objetivo, nas palavras do próprio autor, “narrar a história da Revolução Farroupilha a partir de critérios científicos”. Nessa oportunidade, Capistrano de Abreu colaborou ainda mais, ajudando na busca por fontes, documentos e depoimentos de pessoas que teriam testemunhado os fatos da revolução.¹⁵ Portanto, é possível dizer que, neste caso, ele teve papel importante na construção do texto propriamente dito e não somente na publicação de seu resultado final.

No caso de *História da República Rio-Grandense*, os esforços realizados por Capistrano de Abreu no sentido de

13 Tais informações estão presentes no trabalho de ALONSO, Angela. Op. cit. p. 223.

14 Além de ter apadrinhado os dois primeiros livros de Assis Brasil, Capistrano de Abreu também auxiliou o amigo em sua inserção social no centro do país. De acordo com a correspondência analisada, o cearense teria apresentado várias pessoas à Assis Brasil, dentre elas o renomado José do Patrocínio.

15 Exemplo disso é o excerto em que narra o seguinte: “Estive ontem conversando sobre a Revolução com o Major Fausto de Souza; disse-me ele que na restauração de Porto Alegre Manuel Marques não passou de instrumento e que os documentos comprobatórios dessa asserção estão no arquivo público” (Correspondência de Capistrano de Abreu a Assis Brasil. 19 de setembro de 1882. In: RODRIGUES, José. Op. Cit., p. 81.)

impulsionar a circulação do livro são bastante evidentes pois, de acordo com a correspondência, ele mesmo teria distribuído exemplares às pessoas que considerava influentes, bem como a algumas livrarias e jornais de prestígio na Corte. Em suas palavras:

Acabo de chegar da casa do Leuzinger, donde trouxe 10 exemplares para distribuir pelos jornais. Já entreguei o do Globo; vou entregar ao Araripe Jr. o dele, que servirá ao mesmo tempo para a Gazeta da Tarde; o que assim economizei darei ao Teixeira de Melo. Os outros distribuirei amanhã. Deixei um na vitrine da Faro e Lino para ser exposto.¹⁶

No auge da propaganda republicana, o objetivo daqueles que escreviam as obras doutrinárias não era o de obter lucro com as publicações, mas sim fazê-las circular, veiculando as ideias e os valores defendidos. Nesse sentido, algumas práticas eram comuns no que diz respeito aos livros recém-publicados. O envio de exemplares a jornalistas notáveis, especialmente aqueles com que se tinha uma relação amistosa, sem dúvida, era uma estratégia inteligente. Através de comentários elogiosos nas páginas dos periódicos em que escreviam, os jornalistas poderiam agregar valor simbólico às recentes publicações, aumentando a curiosidade do público a respeito do seu conteúdo.

Conhecer essas “regras” era um passo importante para aqueles que, de algum modo, buscavam inserir-se no universo político e intelectual naquela época. Recém-chegado à Academia e ao centro do país e inexperiente no “mercado editorial”, Assis Brasil agiu de forma pragmática e inteligente ao mobilizar o laço existente com o amigo Capistrano de Abreu, aproveitando-se do conhecimento prático e também das relações pessoais que o cearense possuía, em favor de suas primeiras publicações.

16 Correspondência de Capistrano de Abreu a Assis Brasil. 05 de maio de 1882. In: RODRIGUES, José. Op. Cit., p. 80.

É importante ressaltar que Capistrano de Abreu - talvez o contato de maior importância e também o que mais vezes foi acionado pelo rio-grandense -, era apenas um dos tantos indivíduos que integravam uma rede de relações maior, da qual Assis Brasil fazia parte. Essa rede era formada por republicanos de várias partes do Brasil e constantemente mobilizada no sentido de propagandear as novas ideias e fazer circular os escritos políticos dos seus membros. Através desses laços e desse fluxo, as novas ideias eram divulgadas com maior rapidez, a produção intelectual ganhava visibilidade e, assim, era possível atrair mais pessoas para as hostes republicanas.

Buscando concluir minha fala, procurei demonstrar ao longo da exposição que, para além da inquestionável competência intelectual de Assis Brasil, os laços interpessoais e a capacidade de mobilizá-los também eram importantes, se não determinantes, para a inserção e projeção dentro de universos tão melindrosos, como eram os espaços político e intelectual de fins do século XIX. Assim, o indivíduo que tivesse os melhores contatos, possivelmente, tinha melhores chances de sucesso seja no campo intelectual, seja no político, seja em ambos.

Se no encontro de hoje nos propomos a discutir o legado de Joaquim Francisco de Assis Brasil, é porque ao longo da sua trajetória, dentro de um espectro de ações possíveis, ele soube tomar algumas decisões acertadas. Não é possível dizer que existia um percurso adequado que garantia o sucesso no que se referia às publicações e a projeção no espaço intelectual e político. Entretanto, os passos que ele seguiu - buscando o auxílio de um amigo experiente no meio editorial, escolhendo uma tipografia de renome, tomando o cuidado de fazer com que seus livros chegassem até pessoas influentes e periódicos de grande circulação - parecem ter surtido bons resultados.

O início produtivo da carreira lhe permitiu dar continuidade a sua ação política e intelectual, publicando novos livros e, agindo, ao mesmo tempo, de forma menos teórica e mais pragmática no campo político.

Desembargador Gerson Fishmann - Queria agradecer à professora Tassiana, que traz elementos interessantes, como o trabalho intelectual daquela época era também artesanal, o ponto da importância da própria tipografia e o peso das relações. De imediato, então, e para concluir essa nossa primeira mesa, vou passar a palavra para o professor Paulo Visentini e o tema será O Rio Grande do Sul, a política nacional e Joaquim Francisco de Assis Brasil

O RIO GRANDE DO SUL, A POLÍTICA NACIONAL E JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL: ASCENSÃO E QUEDA DO LIBERALISMO REGENERADOR

Paulo Visentini¹

Senhoras e senhores boa tarde para todos os presentes, queria cumprimentar meus colegas de mesa e os demais palestrantes que vão participar da segunda mesa e o nosso presidente, o desembargador Gerson. O subtítulo que coloquei nesse trabalho é “Ascensão e queda do liberalismo regenerador”. E vou trabalhar mais o período da crise da República Velha e do papel que Assis Brasil teve. Eu acho, em primeiro lugar, que essa iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral e sua escola, o Instituto Histórico Geográfico, inclusive a Faculdade de Direito da UFRGS, é uma iniciativa muito necessária nos dias de hoje.

A academia produz muito conhecimento, mas depois de 40 anos de conviver na academia, com toda honestidade, diria que ela é muito fechada em si mesma e fala para si mesma. Ela gera um grande volume de conhecimento que não interage muito com outras esferas do fazer social, político, econômico do país. E acho que nos encontramos em um momento, para dizer um chavão, histórico. Esse contato entre as instituições, por exemplo, nós temos convênio com instituições militares, e temos trabalhado juntos, e de vários outros tipos também, tem tido um

1 Professor titular de Relações Internacionais da UFRGS, atua nos programas de ciência política e estudos estratégicos internacionais da UFRGS e do doutorado em ciências militares da ESM, pós-doutorado em relações internacionais pela London School of Economics, doutor em história econômica pela USP, mestre em ciência política pela UFRGS, bacharel em história pela mesma universidade. Foi coordenador do programa de pós-graduação em estudos estratégicos internacionais da FECE - UFRGS de 2010 a 2014, diretor do Instituto Latino Americano de Estudos Avançados da UFRGS, de 1998 a 2002 e secretário de relações internacionais da reitoria da UFRGS de 2004 a 2008. Foi professor visitante em diversas instituições no Brasil e exterior.

resultado interessante porque ensinando nós acabamos também aprendendo. Então estou muito honrado de participar de um evento em que exista essa cooperação. Para mim também é uma viagem no tempo. Porque lá em 1979, com a minha mestra e mentora, a professora Helga Landgraf Piccolo, trabalhávamos sobre política rio-grandense no Império, e o professor Hélio Trindade, e mais algumas pessoas, fomos ao Castelo de Pedras Altas recolher uma documentação para o centro de estudos da política rio-grandense da Universidade. E, na saída, a dona “Kinkin”, a dona Lídia, as filhas ainda vivas, estávamos em 1979, mostraram que no porão havia uns baús de documento.

Eu tive a oportunidade de passar meses hospedado, primeiro no chalé Sueco, que ficava ao lado, um chalé de madeira importado da Suécia, que era para os visitantes, onde tinha justamente a rede do historiador Capistrano de Abreu. No decorrer da pesquisa, elas me albergaram no próprio castelo, o que mostrava uma relação de confiança. Essa pesquisa permitiu fazer o meu trabalho de conclusão, que acabou sendo publicado e teve versões atualizadas depois pela Brasiliense e pela editora da UFRGS.

Eu queria dizer aqui ao meu colega de mesa, o professor René, contente de ele saber como eu penso, e depois eu gostaria que você me avisasse como é que eu penso, porque depois de 40 anos, quanto mais eu estudo, mais eu vejo que me falta e mais difícil fica fazer um juízo definitivo sobre qualquer coisa. Como cidadão, eu acho que tivemos três presidentes, completamente diferentes, que contribuíram para construir a nação. Outros administram. É diferente trabalhar para construir uma nação. Isso eu digo como cidadão. Na verdade, o juízo histórico se faz sempre a partir do lugar e da época de onde se fala, tudo é relativo, o herói de ontem pode virar o vilão de amanhã. Nunca se sabe.

Assis Brasil era um liberal de cunho presidencialista que conviveu com um grupo de colegas na Faculdade de Direito que acabaram sendo predominantemente positivistas. Como a colega mencionou, foi necessário pouco

tempo de convívio prático da política para que ele se separasse desse grupo e fizesse oposição, a partir de uma das coisas que eu mais respeito nele, a possibilidade de ficar sozinho, contra tudo e contra todos, defendendo, com coerência, as suas opiniões. Eu acho esse um traço humano pessoal da mais alta relevância e que nos dias de hoje faz muita falta, infelizmente.

A colega já se referiu a um afastamento do grupo do PRR logo no início da República. O Rio Grande do Sul tinha algumas características próprias. Nós estávamos passando por uma grande transformação socioeconômica, porque até então o estado tinha, exatamente na região deprimida de hoje, que é a metade sul, a região mais próspera, mais rica, onde estava a pecuária e o poderoso Partido Liberal. Ele foi muito forte ao longo do século XIX, e que ainda teria muita força como oposição na República.

O Rio Grande do Sul teve uma implantação da República absolutamente peculiar. Primeiro, pela existência de um partido dominante, que tinha uma doutrina absolutamente diferente da que existia antes, e um partido que detinha traços “leninista”, que não aceitava adesão de pessoas que há três meses antes estava defendendo o Império. Era muito intransigente o grupo do de Castilho e os demais republicanos positivistas. E por outro lado, além de termos uma constituição diferente das demais, nós tivemos naquele momento uma oposição que era ainda a mais rica, a mais poderosa, mas que não foi incluída no sistema político, foi completamente excluída. E houve então uma guerra civil sangrenta aqui no estado, a revolução de 1893 a 1895. E não encontramos paralelo a isso em termos de uma realidade estadual na qual uma república, que era absolutamente federal, no sentido mais estrito do termo na época. Os estados tinham grande autonomia, e não houve outro caso assim na implantação republicana brasileira.

Como foi lembrado também pela colega que me antecedeu, Assis Brasil teve, durante esse período de desgosto com a vida política, a oportunidade de prestar um grande serviço ao país como diplomata. Eu recordo bem, no

Castelo de Peras Altas, os inúmeros objetos trazidos desses países onde ele serviu e teve missões diplomáticas. Além de ter algo absolutamente encantador, que é uma biblioteca fantástica, com livros inclusive da renascença em edição original, livros do século XV, XVI, verdadeiras raridades, livros de anatomia do século XIX, que tinham uma capa de madeira e cadeado com chave para que alguém menor de idade, não pudesse olhar umas imagens como aquelas que havia dentro. Tudo era mágico e encantador para um jovem historiador.

Por volta de 1907 Assis Brasil retornou. Vai construir o Castelo de Pedras Altas e retorna à vida política apoiando Fernando Abott contra o grupo borgista, que pretendia mais um mandato. Evidentemente que não conseguiu, existia uma máquina política oficialista que funcionava muito bem. E essa situação só vai se alterar com o final da Primeira Guerra Mundial. A grande demanda que houve por produtos agropecuários exigiu investimentos muito grandes dos produtores. E quando a guerra acabou estava começando o período de amortização desses investimentos e era o período em que a demanda por esses produtos, principalmente a carne frigorificada, caiu muito. E a atitude que o governo do estado tinha, por razão doutrinária, era não auxiliar um setor específico.

De fato, isso criou uma situação muito difícil no estado, que já existia no país também, e no mundo. O mundo havia mudado, havia acontecido a matança da Primeira Guerra, a desestruturação da ordem mundial e inclusive a revolução soviética. Não posso deixar de traçar alguns paralelos. Mas entre a posição que Assis Brasil tinha, com a posição de Rui Barbosa, embora de uma outra geração, tinha também. Rui Barbosa chegou dizer nessa época, no início dos anos 1920, que ele como liberal se sentia muito mal, porque o seu objetivo liberal era fazer críticas aos sistemas autoritários que existiam. Mas agora, se ele fosse criticar demais o sistema que existia, ele podia estar contribuindo para um sistema pior ainda, que era o comunismo; é a chamada “angústia liberal” de Rui Barbosa.

Talvez Assis Brasil operasse de uma forma muito mais pragmática e ligada à sua realidade naquela época. Essa situação se agravou porque Borges de Medeiros não apoiou a candidatura oficialista de Arthur Bernardes à presidência da República. Apoiou Nilo Peçanha, o que poderia levar à possibilidade de o Rio Grande do Sul ser castigado, justamente porque havia o reconhecimento dos deputados eleitos pelo Congresso, onde poderia haver o “processo de degola”. Os partidos dos estados que apoiaram candidato de oposição corriam o risco de a comissão eleitoral invalidar a bancada inteira, argumentando que seus votos eram nulos e outros deputados eram convocados. Havia essa possibilidade, mas o Rio Grande do Sul era um estado poderoso, bem armado e muito bem visto pelos militares e não seria algo tão fácil de fazer.

Mas isso permitiu que os antigos liberais do Império, articulados agora como Partido Federalista, pudessem se unir a esses dissidentes republicanos. A máquina autoritária e centralizada do governo do PRR foi produzindo dissidências ao longo do tempo. Desde uma dissidência mais ideológica, de princípios, como a de Assis Brasil, lá no início, como outras dissidências que se deram simplesmente porque, como dizia César, “cada vez que eu aponto uma pessoa para um cargo, eu crio nove inimigos e um ingrato”. Ou seja, havia muitos que, simplesmente por não terem conseguido lugar na máquina, ficavam ressentidos e partiam para a oposição. É muito comum isso, até os dias de hoje e assim será no futuro.

De fato, foi apresentada uma candidatura em 1922, que coincidia exatamente com a candidatura liderada por Assis Brasil, que conseguiu reunir em uma frente esses dois grupos para apoiá-lo contra o Borges. Isso coincidia com uma situação de crise socioeconômica, como vimos, de continuísmos já sem muita criatividade, por parte do regime e uma crise nacional muito grande. O ano de 1922 viria a ser o ano do primeiro levante tenentista, da Semana de Arte Moderna, da fundação do Partido Comunista e o ano em que os católicos vão começar a se reorganizar no

centro Dom Vital, que vai ser uma força importante. Há um conjunto de fatos que marcam muito aquele ano e o governo de Arthur Bernardes vai começar instaurando o estado de sítio, que vai perdurar por quase todo o seu mandato.

As eleições mais uma vez confirmaram Borges de Medeiros, embora tenha havido um incidente, porque os flashes da foto que ia ser tirada na cerimônia de posse do eleito explodiram e incendiou uma cortina do Palácio. O fogo foi debelado rapidamente, mas foi dado como sinal de mau agouro. De fato, no fim da cerimônia já corria a notícia de que os maragatos, como haviam sido chamados, haviam se rebelado em armas contra o governo.

Segue-se a revolução de 1923, Assis Brasil vai para o Rio de Janeiro, não só para fugir dos combates, pois ele estava lá juntamente para exercer algum tipo de atividade política junto ao governo federal, para que fizesse uma intervenção no Rio Grande do Sul. Ou seja, aquilo que talvez por meios ordinários o presidente não pudesse fazer com relação ao Rio Grande do Sul, por ser um estado que tinha um capital político muito mais forte que outros menores, ele poderia talvez fazer em um processo de mediação ou até de intervenção no estado por causa da sua guerra civil. E, de fato, o resultado da guerra civil, com o Acordo de Pedras Altas, que foi assinado em dezembro de 1923, colocou alguns limites ao poder em termos do que então existia.

Como vai ter pessoas que vão falar especificamente sobre aspectos políticos eleitorais, as formulações jurídicas que ele fez, o que eu mencionei aqui estava lá entre os papéis de Assis Brasil, que pesquisei. A Justiça Federal existira durante um tempo e depois fora extinta e naquela época não tinha um grande arquivo. Quando terminava o processo, as partes levavam o processo embora. Então, eu coloquei como anexo do meu livro, infelizmente, não tínhamos na época scanner, uma cópia do processo que o Assis Brasil moveu na Justiça Federal contra o Borges de Medeiros em relação ao processo eleitoral, isso estava em um dos tais baús no porão do Castelo de Pedras Altas.

Assis Brasil, voltando, vai criar e consolidar uma

frente oposicionista através da sua transformação, em 1924, a Aliança Libertadora. Mas a situação política não estava pacificada, pois o Rio Grande do Sul teve novos levantes. Em 1924 houve a revolta tenentista e levantes remanescentes em 1925, que acabaram contribuindo para a formação da Coluna Prestes. Mas é interessante que nesses levantes estavam elementos militares dissidentes e representantes dessa oligarquia pecuarista da fronteira, de inspiração liberal.

Aqui há um ponto interessante, porque em 1927 foi criado o Partido Democrático, em São Paulo, um partido de oposição, um partido agrarista e com um programa muito semelhante ao da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. Na criação desse outro partido Assis Brasil teve uma atuação muito intensa. Na sequência, foi criado em 1928 o Partido Democrático Nacional, que era, basicamente, uma federação de partidos, principalmente dos libertadores do Rio Grande do Sul e dos democratas de São Paulo. E, na maioria dos estados, nos grandes centros urbanos, havia núcleos de liberais que faziam oposição e que agora encontravam um canal de expressão. Assis Brasil foi presidente desse partido. Ele aproveitou para transformar a Aliança Libertadora no Partido Libertador, fazendo com que efetivamente os maragatos históricos se fundissem com os democratas e criassem um grupo coeso e articulado no Rio Grande do Sul. E não por nada o lema de todas essas forças era “Representação e Justiça”.

Só que em 1928 Getúlio Vargas, um homem amado e odiado, mas jamais ignorado, assumiu o estado do Rio Grande do Sul depois de já ter tido algumas experiências no governo federal como Ministro da Fazenda. Vargas promoveu uma pacificação política do Rio Grande do Sul, criando espaço para atuação dessa oposição, acabando com as perseguições e criando um programa econômico na base dos sindicatos patronais que contentavam, como classe, esses elementos da oposição. Ele conseguiu, de alguma maneira, reunir essas forças políticas com foco em um projeto nacional adiante. De fato, o Assis Brasil que em

1922 queria usar o governo federal para alterar a situação política no Rio Grande do Sul, no final da década já estava trabalhando em uma direção completamente oposta. Ou seja, ele estava aproveitando a unificação política do Rio Grande do Sul, ou pelo menos o fim da oposição sistemática, para alterar a situação no plano federal.

Talvez o que ele não tenha percebido era o “pragmatismo” de Getúlio Vargas, que vai abraçar, inclusive, essas bandeiras, que eram bandeiras muito atrativas, de regeneração da República. O lema, “Representação e Justiça”, ecoava com muita força na opinião pública, as palavras certas que se queria ouvir, em uma época que não existia marketing político. O que ele não percebeu, talvez, foi que Getúlio, apesar de ser de São Borja, onde não há muitas ondas, era um bom “surfista” da política, e ele vai surfar nessa onda liberal, que era o que se queria ouvir. Inclusive na sua campanha ele vai criar a Aliança Liberal para fazer frente à candidatura de Júlio Prestes, candidato situacionista. Mas os arranjos políticos de Vargas eram táticos, pois ele possuía, desde o início, um projeto de desenvolvimento e modernização. No PRR ele reverenciava Augusto Comte, mas em sua biblioteca ele lia Saint-Simon, como constatou Décio Freitas, quando jovem jornalista.

Agora, é importante dizer que esse liberalismo é um liberalismo que vai estar fora de um foco temporal adequado. Isso porque o Brasil caminhava, já havia muitos indícios disso, para uma economia cada vez mais diversificada e teria que ter industrialização. Já estava havendo uma certa urbanização, e obviamente o espaço para que o país fosse governado por coronéis estaduais já não tinha mais tanto espaço. Ou seja, para fazer frente a isso, não esqueçamos que estamos falando de um momento em que eclodiu a crise de 1929 em Nova Iorque, a qual atingiu o Brasil. As pessoas com que pude conversar na juventude, que eram vivas e atuantes naquele momento, diziam assim, “a gente até plantava, tinha animais, mas não se conseguia vender nada porque ninguém tinha dinheiro”. Estamos falando de um momento que vai requerer uma resposta forte porque

na Europa está o fascismo se radicalizando, a ascensão do nazismo, a União Soviética se industrializando; havia uma série de indicadores que viria alguma forma de centralização política.

Mas o que toda a opinião pública tinha naquele momento era o foco em acabar com a manipulação e com a corrupção de uma República que se dizia liberal, mas que era, essencialmente, oligarca nos seus meios e fins como era a República Velha. Então esses liberais tinham um programa que era essencialmente agrarista. A ideia de que ele tinha um programa do ponto de vista social e econômico, um programa completamente renovador, não era um programa que queria respeitar aquilo que eles chamavam de a verdadeira vocação do Brasil, a vocação agrária. Getúlio sabia que essas eram as forças mais poderosas naquele momento, mas ele sabia que isso não ia durar para sempre, alguém teria que ser o criador de uma estrutura que viesse em direção ao futuro, que seria um futuro que estava caminhando para a centralização, para o desenvolvimento social, econômico, e para uma forma autoritária de gerir esse período de transição.

Eu termino dizendo um bom adágio gauchesco: “os liberais naquele momento esquentaram a água para os outros tomarem o mate”.

Desembargador Gerson Fishmann - Eu queria encaminhar o encerramento da primeira mesa, faremos um breve intervalo. Mas mais uma vez dizer como passa rápido o tempo quando recebemos palestras, informações, dados tão importantes, tão generosos. Dessa forma, em nome do Tribunal Eleitoral, em nome da própria Universidade Federal, pedindo licença ao professor, eu quero agradecer muito aos nossos palestrantes, que contribuíram para enriquecer um pouco esses tempos, como disse o professor Paulo, que necessitamos haurir cada vez mais de conhecimento e repensar e refletir com base na história e no nosso passado recente. Muito obrigado.

ASSIS BRASIL A ELABORAÇÃO DO CÓDIGO ELEITORAL E O VOTO FEMININO - UM ESTUDO DE CASO

Mônica Karawejczyk¹

Primeiro, boa tarde a todos e a todas, agradeço o convite para participar desse seminário, é um prazer estar aqui dividindo a mesa com vocês. Agradecimento especial ao Wagner, que fez essa intermediação para eu estar aqui. Dizer também que é um prazer dividir esse dia com o professor René que, muito por culpa dele, eu até hoje estou estudando essa questão do voto feminino, que foi com ele que eu comecei a pesquisar sobre o tema, no meu trabalho de conclusão em história na UFRGS.

Essa pesquisa especial que eu venho apresentar para vocês hoje é um estudo de caso que foi elaborado entre os anos 2014/2015 quando eu tive a oportunidade de fazer parte da primeira turma do Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores Residentes na Fundação Biblioteca Nacional (PNAP-R). Foi uma tentativa de se fazer um estudo mais aprofundado e pormenorizado sobre as discussões que ocorreram durante a feitura do novo Código Eleitoral e que levaram as brasileiras a serem incluídas como eleitoras da República. Apesar da relevância desse tema, pouco se conhece do teor desses debates. A bibliografia especializada quase não se refere aos embates ocorridos em torno da aprovação do voto feminino, procurando dar destaque mais aos resultados obtidos do que realmente aos debates em si.

Então, foi um tópico que não foi possível me apro-

1 Pós-doutoranda na PUCRS, pesquisadora e professora colaboradora do PPG História. Doutora em história pela UFRGS, e mestra pela PUCRS em História. Também bolsista do programa de pesquisadores residentes na Fundação Biblioteca Nacional no qual desenvolveu a pesquisa intitulada “Mulher deve votar?”. Tem experiência na área de história, com ênfase em história do Brasil, República atuando no tema conquista no sufrágio feminino no Brasil.

fundar durante o meu doutorado e para o qual eu tive a oportunidade de me dedicar, contando com uma bolsa de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, e que gerou como resultado um livro, publicado em 2019, pela Paco Editorial cujo título é **Mulher deve votar? O Código Eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e A Noite.**

As fontes principais de pesquisa foram os jornais de época, que eu consultei, entre os meses de dezembro de 1930 e fevereiro de 1932, o período que concentrou essas discussões para elaboração da nova lei eleitoral. Eu também consultei o Código Eleitoral anotado de 1932, que foi publicado por João Cabral (a edição fac-símile de 2004) e o livro de Assis Brasil, **Democracia representativa: do voto e do modo de votar**, em especial a quarta edição, publicado em 1931.

Na fala de hoje, eu procuro destacar essa figura do Assis Brasil na elaboração do Código Eleitoral e a influência dele na questão da aprovação do voto feminino. Nesse sentido, eu destaco para vocês que o Brasil é um dos países pioneiros na América Latina a reconhecer o direito de votar e ser votada para suas cidadãs, no início da década de 1930. Na questão do voto feminino, temos também algumas peculiaridades que nos destacam em relação aos outros países, tal como o fato da nossa legislação eleitoral em nenhum momento negar explicitamente às mulheres o direito de votar. De modo que, mesmo no Período Imperial, encontramos tentativas de alistamento feminino baseadas nas leis vigentes, que exigiam renda ou saber ler e escrever para ser eleitor. Algumas mulheres conseguiram se alistar, outras não. Tudo dependia do entendimento do juiz eleitoral consultado.

Não sabemos com certeza até hoje o número de mulheres que se alistaram para votar, nem durante o Período Imperial nem mesmo durante a vigência da Primeira República, mas podemos afirmar que eram tentativas isoladas, que quase nada influenciaram nas leis e nos costumes, que continuavam vetando esse mundo público e político para

as mulheres.

Um outro fator a ser destacado é que durante as discussões para a feitura da nossa primeira Constituição republicana, que ocorreram entre os meses de novembro de 1890 e fevereiro de 1891, foram apresentadas algumas emendas que versavam sobre essa possibilidade de se estender o sufrágio para algumas brasileiras que pudessem comprovar ter renda própria ou que tivessem posse de diploma universitário. Mas é bom destacar também que, nesse momento, em nenhum lugar no mundo, fosse ele regido pelo sistema republicano ou pelo sistema monárquico, era permitido o voto para as mulheres. Somente em 1893 que a Nova Zelândia aprova, pela primeira vez, o voto para as mulheres no mundo.

Mas mesmo que tais propostas na constituinte não tenham sido aprovadas, o simples fato delas terem sido apresentadas, no meu ver, já mostra que havia alguns políticos que estavam dispostos a repensar o papel feminino nessa questão. O artigo que acabou sendo aprovado na Constituição de 1891, o de número 70, acabou por estabelecer que fossem eleitores no Brasil os *cidadãos maiores de 21 anos*. De modo que até a dissolução dessa Constituição em 1930, o artigo 70 passou a ser questionado pelos que eram favoráveis a inserção das mulheres no mundo político, pois ele não vetou expressamente a participação feminina nas lides eleitorais. A grande questão passou a ser, a brasileira deveria, ou poderia, ser considerada cidadã? Essa foi a grande questão a partir de então.

Também um dos argumentos mais propalados contra o voto feminino, durante todo esse período, era de que o exercício de voto por parte das mulheres ia trazer conflito para os lares, desviando as funções de que eram ditas “naturais”, ou ainda que uma pretensa natureza feminina as tornavam incapazes de escolher racionalmente.

Esse movimento em prol do voto feminino no Brasil pode ser observado desde o período anterior, da proclamação da República. Ele aderiu ao movimento igualitário, buscando o reconhecimento como cidadãs pelo caminho

legal. Então, as feministas brasileiras exigiam o reconhecimento do seu direito de participar dessa vida pública e política do país, mas elas também garantiam que esse novo papel em nada ia afetar a sua feminilidade e as suas tarefas domésticas e maternas, procurando destacar que não iam competir com os homens, mas que se colocariam ao lado deles como companheiras, lutando assim pelo direito ao sufrágio pela via legal.

Entre os constituintes que estavam lá, em 1891, estava Assis Brasil, que, na ocasião, elaborou arrazoado negando o direito de voto para as mulheres, publicado em 1893, no livro **Democracia Representativa**. Assis Brasil, como outros políticos da época, comungava da ideia de que a mulher não teria direito de participar do mundo político por incapacidade. Para ele, o problema estaria, eu vou citar: “*não tanto na falta de cultura intelectual, como na índole da educação em vigor*”. Ele conclui que no Brasil do final do século dezenove, cito novamente: “*a mulher ainda não tem competência para imiscuir-se em eleições. O sufrágio deve ser realmente universal, mas ...só para os homens*”. Era universal, *pero no mucho*.

Então, devido a essa publicação, Assis Brasil tem sido acusado, até hoje, de ser antifeminista convicto e contrário ao voto feminino, tal como faz a professora Teresa Marques, da Universidade de Brasília em suas publicações. De forma que um dos objetivos da minha fala de hoje também é verificar se ela está correta ou não ao fazer essa afirmação tão convicta. Para tanto, eu percorri todas as edições de dois jornais que foram publicados no Distrito Federal, o matutino *Correio da Manhã* e o vespertino *A Noite* em busca da evidência desse debate do Código Eleitoral.

Uma das primeiras providências de Getúlio Vargas, quando assumiu o governo provisório, em 1930, foi de solicitar a implantação de uma comissão legislativa para elaborar projetos de revisão ou reforma da legislação civil do Brasil, colocado em prática com publicação do Decreto 19.459, de 6 de dezembro de 1930. Essa comissão foi dividida em 19 subcomissões compostas, cada uma delas, de três

membros, e cuja nomeação foi em fevereiro de 1931. Para a subcomissão da legislação eleitoral, lei e processo, foram nomeados Assis Brasil, do Rio Grande do Sul; João da Rocha Cabral, do Rio de Janeiro; e Mário Pinto Serva, de São Paulo.

Logo após ser nomeado presidente da subcomissão eleitoral, Assis Brasil, que na ocasião também era Ministro da Agricultura, foi enviado para Buenos Aires, em missão especial, no mês de março, para resolver a questão do mate, lá permanecendo até julho. O que fez, então, com que esses membros da subcomissão elaborassem cada um as suas próprias considerações sobre as mudanças da lei eleitoral, e eles se correspondiam via carta para trocar ideias. Mário Pinto Serva pouco participou, alegou que estava enfermo, não poderia participar e pediu desligamento da tarefa. Mas nem Assis Brasil, nem João Cabral aceitaram tal desligamento.

Saliento também que pouco tempo antes da partida de Assis Brasil para a Argentina, uma comissão de uma das associações femininas mais atuantes da época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fez uma visita para o casal Assis Brasil para solicitar-lhes apoio para a causa do voto feminino. Na ocasião, Lídia, a segunda esposa de Assis Brasil, foi descrita, por um jornal, vou citar: *“como entusiasta das reivindicações feministas, que teve o ensejo de acompanhar com simpatia no Brasil e no estrangeiro, prometendo o seu apoio moral à Federação”*. Nessa mesma ocasião, é relatado que Assis Brasil teria conversado largamente com essa comissão de feministas, vou citar: *“deixando-a esperançosa de que o voto feminino será brevemente uma realidade no Brasil”* (A Noite, 20.março.1931).

Até o retorno de Assis Brasil ao Rio de Janeiro, que aconteceu nos finais de julho de 1931, o que mais aparece na imprensa é, realmente, a pressão que os grupos femininos da época, tal como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a Aliança Nacional de Mulheres, estavam fazendo para que o voto feminino fosse considerado pelos membros da subcomissão eleitoral. As deliberações

da subcomissão estavam quase todas sendo feitas em sigilo, e era uma das únicas subcomissões que ninguém sabia sobre o que estava tratando, o que acabou dando ensejo a muitas especulações e muitos boatos na imprensa. Um desses boatos era de que o voto feminino e o voto secreto estavam sendo cogitados nessa reforma das leis eleitorais.

Em agosto, Assis Brasil já se encontra na capital federal e passa a se reunir novamente, a portas fechadas, com João Cabral para dar os últimos retoques na lei eleitoral. Em entrevistas concedidas para os jornais, ambos alegam que havia algumas controvérsias a serem resolvidas e, entre elas, estavam as referentes ao voto feminino, destacando que eles não eram desfavoráveis ao fato, mas que havia, sim, correntes no governo que acreditavam que ele não deveria ser concedido imediatamente, ou só ser com grandes restrições, por entender-se que a mulher no Brasil não estava ainda preparada para o exercício desse direito.

Em setembro, ocorre a publicação da parte do alistamento do anteprojeto eleitoral, no qual é mantida a mesma redação da Constituição de 1891, mas com o acréscimo do alistamento feminino. Mas somente para mulheres que pudessem comprovar - é uma lista imensa, dei uma reduzida - terem renda própria, sendo que as casadas que não trabalhavam estavam fora dessa proposta. O anteprojeto, ele apresenta, assim, um tipo de sufrágio restritivo para as mulheres, baseado em partes no Código Civil que considerava a mulher casada incapaz perante a Justiça.

Assis Brasil, nesse sentido, quando reeditou a sua obra **Democracia Representativa**, em dezembro de 1931, aproveita para inserir um capítulo a mais para esclarecer que ele não elaborou essas restrições para o voto feminino no anteprojeto eleitoral, que elas haviam sido todas feitas por João Cabral. Segundo ele, apesar de ter votado contra o sufrágio feminino na Constituinte de 1891, havia mudado de opinião e considerava que o momento para se reconhecer o direito de voto para as mulheres brasileiras havia realmente chegado.

De modo que ele discordava da elaboração que foi

feita por Cabral, mas como o anteprojeto tinha sido elaborado para servir de base para discussão do público e do governo sobre aquela temática, antes de realmente ser elaborado o projeto final, acrescenta que achou melhor não opinar sobre a questão. Mas que, para ele, a melhor redação do artigo seria, cito: “a que reconhecesse na mulher as mesmas possibilidades de exercício do sufrágio que se atribuem aos homens. Bastaria escrever no sítio oportuno a advertência que tornasse claro tratar-se de ambos os sexos, na expressão Cidadãos brasileiros” (ASSIS BRASIL, 1931).

A consulta popular foi aberta com a publicação do anteprojeto da lei eleitoral, tendo recebido as opiniões do público até o final de novembro. A maior crítica que eu encontrei sobre essa redação do anteprojeto, referente ao alistamento feminino, foi a questão de não reconhecer o voto para as mulheres casadas que não trabalhavam fora de casa, não tinham um emprego remunerado. As associações femininas da época também publicitam a sua opinião de que o voto deveria ser reconhecido nas mesmas condições para homens e mulheres, solicitando que as restrições às mulheres casadas fossem retiradas do projeto final em elaboração.

No começo de dezembro de 1931, Assis Brasil retorna para o Rio Grande do Sul para passar uma temporada em sua estância de Pedras Altas e para participar de conferências na cidade de Pelotas com políticos rio-grandenses. Na mesma época, Maurício Cardoso é empossado como novo Ministro da Justiça em lugar de Osvaldo Aranha. Na ocasião, a imprensa relata que Assis Brasil havia levado para o sul o projeto de reforma eleitoral para terminá-lo. Contudo, em 23 de dezembro, é noticiado modificações que foram introduzidas na subcomissão eleitoral, que seria a partir de então presidida pelo novo Ministro da Justiça, sendo que sete novos membros são nomeados para agilizar a feitura da lei. Juiz Otavio Kelly, Dr. Sergio de Oliveira e dr. Adhemar de Farias, do Distrito Federal; Prof. Sampaio Doria, de São Paulo; Prof. Mario de Castro, de Pernambu-

co; Prof. Juscelino Barbosa, de Minas Gerais e dr. Bruno de Mendonça Lima, do Rio Grande do Sul. Foi mantido apenas João Cabral como um dos membros dessa nova comissão revisora.

Assis Brasil, em um telegrama que enviou para o João Cabral, em janeiro de 1932, deixa entrever que ele havia escolhido e convidado esses novos membros da comissão. Essa comissão revisora, reunindo-se diariamente, passou a trabalhar de forma acelerada para dar fim ao projeto de reforma eleitoral. Na questão do alistamento feminino, a comissão retirou todas as restrições apresentadas e, curiosamente, decidiu pela redação que foi proposta por Assis Brasil, sendo assim redigida - são eleitores os cidadãos “sem distinção de sexo”, maiores de 21 anos e com a ressalva de que o alistamento feminino seria facultativo.

Em 24 de fevereiro de 1932, a nova lei eleitoral é publicada, e o alistamento feminino é reconhecido nas mesmas condições que o masculino. Eu destaco que no caso específico do voto feminino, essa parece ter sido uma das raras ocasiões em que Assis Brasil mudou de opinião, talvez influenciado pela esposa Lídia, pois como ele mesmo destacou em uma entrevista concedida para o jornal *A Noite*, em julho de 1931, vou citar, ele falou assim: “sou um homem que raramente muda de opiniões, as minhas ideias sobre a reforma eleitoral estão publicada em volume, são mais velhas que vocês, tem uns 40 anos”, referindo-se aqui ao livro que publicou em 1893, **Democracia Representativa**, no qual ele afirmava que era contra o voto feminino.

Através da análise do que foi publicado nos jornais da época, foi possível acompanhar os debates e as reviravoltas que ocorreram no interior dessa subcomissão eleitoral e que determinaram que, de uma proposta inicial que restringia o acesso feminino ao alistamento eleitoral, fosse decretado o amplo acesso das brasileiras no quesito eleitoral. Nesse sentido, Assis Brasil, desde o início do período em que a mudança da lei eleitoral foi cogitada, em finais de 1930, 1931, sempre que era procurado pela imprensa, assegurava que o voto feminino iria fazer parte da nova lei. O

que se provou verdadeiro, mesmo com as mudanças que ocorreram nessa subcomissão eleitoral, que resultaram na revisão do projeto elaborado por Assis Brasil e por João Cabral.

A proposta da minha fala, hoje, foi no sentido de recuperar as evidências do debate que levaram à incorporação das brasileiras ao mundo político. De forma especial, procurei destacar a influência de Assis Brasil na elaboração final da lei que acabou por reconhecer o alistamento feminino nas mesmas condições que o masculino em 1932.

Professor Alfredo J. Flores - professor de direito da UFRGS, representando a desembargadora que teve que se ausentar. Peço ao professor Wagner que faça sua fala.

O SISTEMA ELEITORAL DE ASSIS BRASIL

Wagner Feloniuk¹

Tenho como proposta hoje falar do sistema eleitoral de Assis Brasil. Havia diversas formas de abordar o assunto. Decidi abordar a partir do que o autor considerava mais importante. Então, mais do que tentar fazer um comentário ao código, vou tentar trazer o que Assis Brasil tratava e mostrar, de uma maneira comparada, primeiro, como ele defendeu os assuntos; depois, como foi o Código Eleitoral de 1932. E, quando possível, mostrar até onde as normas se fizeram efetivas socialmente, se foi como ele planejava ou não, e que tipos de alterações no sistema eleitoral brasileiro foram trazidas.

Carmen Aita, uma historiadora que ficou muito tempo no castelo, provavelmente junto com o professor Paulo Visentini, trata três documentos como os principais dele nessa trajetória. Primeiro, a proposta de reforma eleitoral que ele iria defender na Câmara, em 1893, inclusive tendo o livro **Democracia Representativa do voto e do modo de votar** como um elemento introdutório ao projeto de lei e, ao mesmo tempo, uma forma de defesa do sistema como um todo. Então, tanto um livro de doutrina de grande impacto, mas também algo que acompanharia uma proposta

1 Professor Adjunto de Direito no Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2019-Atual). Doutorado em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016) e, pela mesma instituição, Mestrado Acadêmico (2012), Especialização em Direito do Estado (2011) e Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (2010). Editor-Executivo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa CAPES: A formação de ordens normativas no plano internacional (FURG), A metodologia jurídica na Pós-Modernidade (UFRGS) e Direito e Filosofia (UFRGS). Membro da Associação Nacional de História, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Associação Brasileira de Editores Científicos, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Grupo História e Direito da ANPUH/RS.

concreta. Depois, um projeto eleitoral para Minas Gerais. Por fim, o projeto feito a pedido de Getúlio Vargas para criação de um Projeto de Código Eleitoral - ele nem ia estar no Brasil no final dessa trajetória, mas o projeto viraria efetivamente código.

Os livros a serem citados são dois. O primeiro, **Democracia Representativa do voto e do modo de votar**, trazendo o sistema eleitoral, tanto um projeto no final, quanto uma fundamentação profunda dos principais pontos de alteração propostos. E o segundo livro, **Do Governo Presidencial na República Brasileira**, uma defesa do presidencialismo e de um sistema federal. Esse segundo, vou comentar principalmente quando tratar brevemente do que ele entendia por representação, a importância que via de a sociedade brasileira ter representação de minorias políticas de maneira efetiva, e como o sistema anterior, no Império e na Primeira República, não tinham contemplado isso na sua visão.

Antes de entrar no sistema, como chegamos ao sistema eleitoral? O projeto começa a ser elaborado em 06 de dezembro de 1930, por meio de um decreto. Getúlio Vargas já estava no poder, chama um grupo de especialistas com três nomes principais para elaborar o projeto. Integrando a 19ª subcomissão legislativa, Assis Brasil, que seria chamado de principal redator, Mário Pinto Serva, que acabou aceitando inicialmente, mas não participando dos trabalhos, e João Crisóstomo da Rocha Cabral (João Cabral). Todos esses eram caracterizados como defensores históricos de um novo sistema, críticos da Primeira República, críticos do sistema que depois seria chamado de coronelismo. Então, eram pessoas que estavam defendendo um sistema liberal novo em contraposição a política que havia sido feita até aquele momento.

Começou com um grupo de estudos, não teve muitos efeitos até 1931, e a participação concreta de Assis Brasil é inclusive contestada nesse período, pois ele estava em Buenos Aires em missão diplomática. Quando Maurício Cardoso, outro gaúcho, vem a ser o Ministro da Justiça em

dezembro de 31, ele dá um novo impulso e, em alguns meses de trabalho, toda a conjuntura do novo código eleitoral se forma. E, por fim, Getúlio Vargas, de fato converteria o projeto apresentado em lei.

Agora entramos no sistema eleitoral de Assis Brasil. O principal elemento eleitoral é chamado, por ele, sistema proporcional. Era um contraponto ao que? Era um contraponto ao sistema que estava sendo testado e estava sendo melhorado desde o segundo Império e que era marcado, então, por distritos eleitorais pequenos. Por certo tempo, um só eleito por distrito. E, depois, por diversas leis que se sucedem, especialmente na metade final do segundo Império, com distritos maiores, de três ou de cinco, e diversas formas de tentar organizar os distritos. Às vezes, um terço deveria ser ocupado pela minoria, e as formas de votação variavam bastante.

Apesar dos graves problemas na votação do segundo Império, as tentativas de melhoria foram constantes. A crítica era de que o sistema como um todo devia ser substituído. Então, se afasta a ideia de sistema eleitoral próximo da comunidade local, se tenta dificultar que haja influência de pessoas com poder local sobre eleitores e se tenta partir para um sistema de distritos maiores - distritos bem maiores.

Por que Assis Brasil propõe isso? Uma parte principal dessa proposta é que esse voto traria um resultado mais fidedigno da sociedade que estivesse votando. Porque haveria mais pluralidade de opiniões. No sistema anterior, e ainda mais quando os candidatos tinham acesso aos eleitores (nem sempre no bom sentido), havia tendência de formarem-se maiorias ou até unanimidades nas eleições, cada distrito elegendo as pessoas do mesmo partido. Tendo um distrito grande, as minorias conseguiriam afluir mais e serem mais representativas, mesmo que uma maioria continuasse se formando. E também para dificultar todas as formas de fraudes eleitorais que o Brasil tinha até aquele momento, ver a tese do Victor Nunes Leal.

Então, ele defende esse sistema eleitoral como uma

nova forma de haver democracia, de defender minorias e também de ter partidos nacionalizados mais fortes, que iam disputar por estados, seriam partidos nacionais disputando em cada um deles. Como foi isso prática? O que aparece no projeto de Assis Brasil e, depois, o que aparece no próprio Código Eleitoral? Os dois, com uma diferença bem pequena, são sistemas parecidos. Ele cria um sistema proporcional misto. A grande inovação foi trazida de maneira pura? Não. Ele cria um sistema proporcional e une com um sistema majoritário.

O sistema se materializava em três fases, em um turno com duas fases e um turno com apenas uma. Primeiro, algo que ele chamava de primeiro turno simultâneo, no qual se elegiam candidatos de partidos “sozinhos”, apenas pelo quociente eleitoral e, em segunda fase, as vagas restantes seriam decididas pela quota do partido (estabelecida pelo quociente partidário). Os mais votados que não alcançassem votos para se eleger apenas pelo quociente eleitoral seriam eleitos pelo partidário caso houvesse mais vagas para a legenda pelo quociente partidário, assim até se completarem as vagas para o partido. Dois conceitos utilizadas por ele que continuariam na nossa tradição eleitoral para frente. Em segundo momento, todos os cargos que não fossem ocupados pelo primeiro turno seriam eleitos no segundo, também realizado por meio do mesmo voto, também simultâneo. Ou seja, na mesma votação se decidiria o pleito. Mas essa segunda fase seria majoritária, os mais votados, inclusive candidatos sem partido, assumiriam os cargos no segundo momento - mas no segundo turno só restavam para ocupar aquelas vagas que não fossem ocupadas no primeiro, seriam muito poucas.

E quem podia ser votado? Primeiro e principal, os partidos apresentavam uma lista de candidatos. Havia posicionamento em listas: primeiro, segundo, terceiro candidatos. Os partidos também poderiam se unir em coligações. Igualmente, foi estabelecido que um grupo de, ao menos, 100 eleitores podiam apresentar uma lista de candidatos. E, por fim, muito interessante, candidatos avulsos

poderiam se apresentar até cinco dias antes da eleição e, sem nenhuma participação dentro de partidos, tentar se eleger.

Fazemos abaixo a descrição da cédula eleitoral. Algumas ideias narradas no livro de Assis Brasil foram levadas para a legislação e outras só aparecem no livro. Por exemplo, essa linha no meio da cédula é descrita no livro com grande cuidado e depois no sistema eleitoral, não. Essa imagem razoavelmente forma a cédula do Assis Brasil.

Cédula
Legenda _____
1º Turno Simultâneo
Candidato 1 _____
2º Turno Simultâneo
Candidato 1 _____
Candidato 2 _____
Candidato 3 _____
Candidato 4 _____
Candidato 5 _____

A primeira linha é a legenda, é o partido, e vai ser utilizado para formar o quociente partidário na segunda fase do primeiro turno simultâneo. Em segundo lugar, aparece o candidato único, ele é escolhido pelo eleitor para a primeira fase do primeiro turno, por quociente eleitoral, e, para os não eleitos com as votações mais altas de cada partido, para criar a lista de classificação para a eleição por quociente partidário. Assim era o principal sistema de escolha. Então, os candidatos mais votados no quociente eleitoral seriam os primeiros eleitos, mas esses costumam ser muito poucos. Depois, a partir do cálculo de distribuição de vagas gerados pelos votos na legenda, seriam eleitos mais candidatos até concluir as vagas que, descontados os eleitos diretamente, caberiam aos partidos.

Na parte inferior tem uma lista com vários números e para cada vaga que estivesse sendo disputada na eleição, haveria um candidato a ser preenchido pelo eleitor. Os cargos restantes seriam eleitos com aqueles votos pelo sistema majoritário, esse era o segundo turno simultâneo. As pessoas preencheriam na ordem que desejassem e entregariam esse voto na urna.

A cédula precisava ser limpa, precisava estar sem sinais - cuidados do Código Eleitoral. Deveria ser dobrável em quatro para ser inserida dentro da urna. Também tinha alguns dados normativos interessantes sobre esse sistema. Primeiro, os partidos e candidatos podiam levar essas cédulas preenchidas para dentro da cabine indevassável para serem utilizadas pelos eleitores. Algo que não seria imaginável hoje. Também havia o cuidado de salvar os votos, se houvesse um número excessivo de candidatos, não haveria nenhum problema, só seriam desconsiderados os inscritos a mais. Era um papel que podia estar lá ou podia ser feito em casa, se por acaso a Justiça Eleitoral, recém-criada, falhasse de alguma forma na organização.

Havia algumas regras mais detalhadas, é importante uma constante preocupação de Assis Brasil em não anular o voto dos eleitores. Então, se alguém votasse só em um candidato, valeria; se alguém votasse só na legenda, valeria; se houvesse até contradições e erros na hora de preencher, ainda haveria sempre uma prevalência para que fosse escolhido o principal votado, aquele número “um” do primeiro turno. Uma tentativa constante de valorizar os votos. E também o cuidado de não misturar o primeiro e segundo turnos, os votos dados para o primeiro no primeiro turno seriam contados para quocientes e para o segundo eram exclusivamente majoritários.

Encaminhando o final, apresento, a seguir, alguns tópicos relevantes, que ajudam a formar o sistema eleitoral. Primeiro, era um voto direto. No passado, houvera a ideia de votação indireta, que existia no Brasil desde a primeira eleição, desde 1532, de dois graus, primeiro os “homens bons” ou os eleitores escolhendo representantes, e

esses escolhendo os deputados. Houve o breve momento de quatro graus de eleição em 1821. Tudo vai ser organizado por votação direta, algo que se mantém até hoje.

Depois, Assis Brasil propõe que não haja mais voto censitário, também em continuação ao que existia anteriormente. A queda do voto censitário se deu havia quarenta anos, em 1891, e a relevância do voto censitário já estava decaindo mesmo no Império, enquanto ele era previsto. Os valores necessários para votar não tinham sido muito atualizados e uma parcela cada vez maior da população estava incluída. Estima-se, às vezes, que em certa altura do Império, algo nas voltas de 20% da população poderia estar apta a votar, o que era muito mais do que os votantes nas primeiras décadas da República.

Próximo ponto, analfabetos. Outro grande ponto do sistema eleitoral: continuou proibido o voto dos analfabetos no Brasil (assim como mendigos e praças). No entanto, estávamos em um período em que o analfabetismo era muito grande. Como narra José Murilo de Carvalho, nesse ponto, a última votação antes de haver votos apenas para alfabetizados tinha sido no Império e quase 14% da população brasileira votou. Depois que tiraram todo o critério censitário, mas fora proibido o voto dos analfabetos, a taxa de votantes na população caiu para menos de um 1%. E ao longo das próximas décadas, ela vai subindo de 1,5% para 2%, ela vai chegar novamente no seu pico de 13,5% e aumentar mais apenas depois da época de Assis Brasil. Em 1930, 5% da população votou, ou seja, em 1930, um terço do que votava no final do Império com voto censitário - a proibição do voto dos analfabetos foi mantido no código.

O voto era secreto, nesse ponto uma defesa pessoal dele, e ele cita fraudes eleitorais abertamente no livro.

Uma questão interessante, o voto obrigatório. É comum ler nos livros que 1932 foi o momento em que surgiu o voto obrigatório no Brasil, e o interessante é que aparentemente, não. O Assis Brasil disse que o voto não era obrigatório, ele defende com veemência que várias pessoas podiam não querer votar. Algumas por questões de

pensamento defendiam não votar e ele era a favor dessa posição. Comentaristas e juristas de Direito Eleitoral, na época, diziam que não era obrigatório. Talvez, a doutrina eleitoral atual tenha entendido mal. O que havia eram algumas proibições para pessoas que não fizessem o alistamento, e poucos anos depois, então, surgiram proibições para quem não votasse, mas o Código de 1932, em seu texto, não impõe nenhum problema por não votar. Assis Brasil sugeria diminuir impostos para quem vota, dar incentivos para votar, o que só demonstra que provavelmente não era obrigatório, pois se fosse, se não iriam propor incentivos desse gênero.

Depois, o voto feminino. Vou resumir por tempo e porque tivemos uma excelente palestra a esse respeito. Início com “democracia no Brasil”: não há que se falar em democracia no conceito atual antes do voto feminino. Podemos falar em vários outros sentidos, mas uma democracia formal que começa excluindo metade da população não seria aceitável com o conceito aceito agora. Em algum sentido, esse sistema anterior era viável ao redor do mundo, podia buscar a democracia em outros aspectos, mas não haveria democracia como entendida hoje sem voto feminino. Assim, é neste momento que temos sufrágio universal chegando. Incrível que Assis Brasil se sente tão mal de chamar o sufrágio sem mulheres de “universal”, ele usa reticências no livro. Porque, de fato, era um universal pouco universal.

Sobre alistamento obrigatório. Não havia punição explícita na lei para o alistamento, para quem não o fizesse; mas havia limitação de ocupar cargos, de ingressar em cargos, então havia sanções.

Depois, breves comentários sobre a Justiça Eleitoral. Temos um lado bem conhecido, nesse momento surge a Justiça Eleitoral no Brasil, já com uma estrutura em graus. Importante citar que o surgimento da Justiça Eleitoral parece o ápice de um movimento histórico. Quando juízes passaram a contar votos ou ser presidentes das sessões de votação no Brasil? Isso data de 1600 e 1700, as ordenações

portuguesas previam, vários regramentos, leis específicas que os reis portugueses enviavam ao Brasil para organizar as eleições, todos repetiam: o juiz vai ser o responsável por alistar, fazer cadastro, colar nas portas quem podia votar. Então, chegamos ao ápice e nele continuamos, o ápice é a inserção da Justiça Eleitoral na nossa história institucional, algo que se solidificou após a pausa de 1937.

Para falar em efeitos desse Código eleitoral. Inicialmente, um dos efeitos mais desejados por Assis Brasil veio a se realizar. Se olhamos a proporção de eleitos de partidos minoritários no Brasil vemos um salto muito grande, variou de 20%, 30%, às vezes chegando a 40% de eleitos que não eram a posição, nem o grupo ou o clã, dominante nos estados. Também se narra que as primeiras eleições ocorridas, em 1933, uma para Assembleia Constituinte, e em 34, uma eleição geral, foram particularmente limpas e uma melhoria muito grande em relação ao sistema anterior, isso foi atribuído ao novo Código.

Para encerrar, os efeitos, o legado de longo prazo. Esse quociente eleitoral, esse quociente partidário, em parte, vigem até hoje no Brasil. A Justiça Eleitoral é uma instituição consolidada. Assis Brasil trouxe um sistema que se mostraria muito longevo. Então, não apenas um pensador respeitado até o final da sua vida, ministro plenipotenciário em Washington, um diplomata importante para diversas negociações. Ele teve a capacidade de trazer um sistema que seria tão compatível com nossa sociedade que não foi mudado profundamente até hoje, em contraponto a todas as experiências do segundo Império.

ENCERRAMENTO

Professor Alfredo J. Flores - Meus caros e minhas caras, estamos bem adiantados no tempo, será um pouco difícil falarmos em debates nesse momento. Na condição que fiquei aqui, de conduzir esse final da mesa, queria agradecer imensamente à Escola, ao Judiciário Eleitoral, à presidência do TRE-RS, agradecer a presença de todos os expositores e a todos vocês que estão aqui presentes, aqueles que nos acompanham de forma telemática, digital. Terminaríamos com uma proposta de continuar, se o TRE-RS aceitar, esses eventos. O professor Boeira vai, talvez, falar em outro momento, com mais tempo. Queria agradecer a todos os palestrantes, todos eles que engrandeceram esse trabalho, que, como disse, permite pensar em um primeiro momento um diálogo com a Escola, que eu vejo que não só a Escola eleitoral, mas as escolas essas de Estado que estão se articulando para ter uma comunicação com a universidade, isso é um ganho que a universidade vai ter e deve retribuir para a sociedade.

Por fim, para comentar a respeito disso, nós também nos preocupamos com relação a disponibilizar algum tipo de material que sirva como um marco dessas propostas. Por exemplo, o nosso caro doutor Eduardo Silva da Silva começou a se articular para esse efeito. Ele tem aqui, à disposição, uma versão digitalizada da obra que o professor Boeira comentava. Foi feita uma versão digitalizada, tem um pequeno folheto com explicação de que esse material tem a versão digital, muito atual. Há uma versão em **.pdf* que vai ser disponibilizada após, junto com uma apresentação que o nosso colega Wagner auxiliou a preparar com o doutor Miguel. Juntando Instituto Histórico, a UFRGS, fizemos uma breve apresentação dessa obra. A ideia seria que em breve ela estará disponível na sua versão finalizada.

Falava aqui com os expositores de pensarmos em uma obra juntando esses textos, se fosse possível e faço

aqui esse pedido para que consigamos fazer isso. Seria uma opção que nós estamos pensando para o ano que vem, quem sabe março, abril, eu comentei com vários expositores que têm interesse em organizar o livro. Montaríamos um livro, quem sabe faríamos um outro evento, e com isso daríamos uma continuidade a esses debates porque esse resgate da história é uma questão que me parece que o TRE-RS sempre teve atenção e agora, se a universidade puder colaborar, vai ser feito da melhor forma possível. E não digo só para a universidade, mas também para aqueles que estão aposentados como o professor René, que também representa o Instituto Histórico, trazendo a sua contribuição. É também um diálogo entre as gerações porque falar de alguém como Assis Brasil não é apenas uma mera efeméride. É uma questão de sempre voltarmos ao passado e tentar compreender qual é o encaminhamento que nós temos na nossa sociedade, nossas instituições, essa é a ideia. Lastimo que, pelo horário, vai ficar difícil fazer um bom debate, mas fica a proposta que nós nos reunamos novamente ano que vem e quem sabe até com as publicações. Declaro encerrado e agradeço a todos.

ASSIS BRAZIL

○
OPPORTUNISMO
E A
REVOLUÇÃO

CONFERENCIA PUBLICA DO « CLUB REPUBLICANO ACADEMICO »,
REALISADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 1880.

S. PAULO

Typographia A. L. Garraux & Comp.

36.—RUA DA IMPERATRIZ,—38

MDCCCLXXX

*As Cidades Virgínicas da D. O.
Cimeneza*

*off.
Assis Brazil*

○

OPPORTUNISMO

E A

REVOLUÇÃO

CONFERENCIA PUBLICA DO «CLUB REPUBLICANO ACADEMICO»,
REALISADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 1880.

POR

ASSIS BRAZIL

ORADOR DO MESMO «CLUB»



S. PAULO

Typographia A. L. Garraux & Comp.

36.—RUA DA IMPERATRIZ,—38

MDCCLXXX

Triumphante hoje na serena esphera das consciencias, a causa republicana pende apenas de um delgado fio, do mais delgado de todos: o «opportunismo».

Neste discurso esforço-me por fazer sentir este facto.

Tendo conseguido, como creio, demonstrar a improcedencia dos argumentos contrarios propuz o unico meio que me parece racional, para a completa eliminção do regimen monarchico: a «revolta».

Bem se vê que este assumpto — Opportunismo e Revolução — fornece materia, não para um discurso, mas para muitos volumes; procurei discutil-o o mais syntheticamente que me foi possivel.

Todas as questões são aqui apenas tocadas de leve. Julguei-me obrigado a tocar em todas ellas, porque são todas tão urgentes e tão intimamente ligadas, que uma não pôde apparecer sem outra. Sirva isto de explicação aos que exprobrarem o meo extremo laconismo.

Ha alguns mezés, realisei na illustrada cidade de Pelotas, em minha provincia, o Rio Grande do Sul, uma outra conferencia publica sobre assumpto similhante (As formas de governo e a opportunidade da forma republicana no Brazil); 'nessa occasião, porem, a materia foi desenvolvida por modo muito diverso, como se poderá ver dos resumos feitos por alguns jornaes.

Alem d'isso, quasi todos os ponctos d'este discurso ja foram desenvolvidos com mais amplitude na «Evolução», por mim e pelos meus dois valentes companheiros na redacção d'aquelle periodico, os Snrs. Pereira da Costa e Julio de Castilhos, especialmente por este ultimo, cujas idéas se encontrarão aqui em muitos logares.

Não concluirei sem deixar aqui um voto de profunda gratidão aos meus distinctos correligionarios, amigos e comprovincianos E. Fernandes Lima, J. de Barros Cassal e Argemiro Galvão, pelo obzequio generoso que me prestaram tomando as notas tachygraphicas ás quaes devo o poder hoje publicar este obscuro discurso.

S. Paulo, Julho de 1880.

A. B.





Opportunismo e a Revolução



(Ao apparecer na tribuna, o Orador é recebido com uma grande salva de palmas.)

— Recebo, Cidadãos, profundamente penhorado esta generosa manifestação com que saudais o meu accesso a esta tribuna, manifestação que, para mim, significa mais do que uma ovação dirigida ao individuo: significa que a grandiosa idéa pela qual me venho bater aqui se acha tão arraigada no espirito de grande parte dos que vão ouvir como no d'aquelle que vai falar. *(Muito bem.)*

De facto, Cidadãos, si ha uma idéa, si ha uma doutrina, si ha uma verdade profundamente radicada na opinião publica, em nossa Patria, consciente ou inconscientemente, — é sem duvida a idéa, a doutrina, a verdade republicana. Este facto tão verda-

deiro, tão simples em si, este facto demonstra, para aquelles que sinceramente deitam os olhos para a Historia, um grande progresso em favor da victoria definitiva da causa democratica.

Não vão longe os tempos em que aquelles que se batiam pela idéa republicana eram perseguidos, assassinados, arrastados nas praças publicas. Em toda a historia deste paiz enxergam-se horrendas manchas de sangue; não ha ainda um seculo que a cabeça do primeiro que 'nesta terra se levantou pela liberdade, que a cabeça do Tira-Dentes cahiu do cadafalso aos pés da tyrannia oppressora; generoso martyr, que quiz deixar uma nodoa do proprio sangue no solo da patria abatida, talvez para que as futuras tyrannias recuassem de horror e de remorso, diante d'aquelle sagrado, d'aquelle glorioso despojo. (*Applausos.*)

E' assim que foi sempre combatida a causa da Republica com desmedido furor. Ella, porém, desarmada, sem soldados, sem exercitos (; vêde a imponente força da verdade !) sempre defendeu-se victoriosa dos mais desesperados botes da vibora que a assaltava. Triumphou primeiramente d'aquelles que se levantaram em nome da *soberania de Deus*, de um Deus que não se conhece, que não se sabe si existe, de um Deus talvez por elles creado, — e que apresentaram certos homens como representantes da vontade divina; triumphou — mostrando que tal soberania por si mesma se destróe, mostrando que o que está acima dos dados do nosso conhecimento, acima do nosso criterio, nunca servirá de dado, de criterio para a demonstração de uma verdade qualquer, mostrando que similhante soberania se traduz em uma Providencia irrisoriamente contradictoria, todos os dias

vencida pela inflexibilidade das inabalaveis leis que governam o mundo.

Triumphou ainda dos que, batidos 'neste terreno, se levantaram pela *soberania da Razão*, em nome da qual proclamaram que ao Povo, essencialmente fraco e ignorante, não compete a soberania, que os verdadeiros directores da sociedade são aquelles que a razão, localisada nos *capazes*, para esse fim determinar. D'estes triumphou a causa republicana demonstrando que, dado mesmo o caso de ser exacta a existencia de tal razão, não haveria um criterio para determinar quaes os que a possuíam, que essa *razão social* havia de ser necessariamente formada da somma das razões individuaes, e, por consequencia, tão fraca, tão fallivel como a de cada um dos indivíduos.

Finalmente, Cidadãos, o resultado de tão aspéras batalhas foi chegar-se a esta verdade suprema: — acima da vontade nacional nada existe, pelo menos que se conheça; nada ha conhecido acima do homem; e, portanto, todos os homens são eguaes e livres. As sociedades, pois, não encontram diante de si, para dirigir seus passos, poder de qualidade alguma; dirigem-se por si mesmas. A esta suprema faculdade chamou-se — *soberania nacional* ou *soberania do Povo*, segundo uma linguagem mais antiga e menos scientifica. Traduzindo-se 'numa forma politica, esta soberania produz o que se chama — *Republica*. (*Muito bem.*)

Foi então que os nossos adversarios, que sempre viveram de subtilezas e de embustes, foram buscar um novo argumento, uma nova arma de ataque. Disseram: «Pois que a soberania pertence á nação, quando essa nação disser que tal forma de governo (a Monarchia, por exemplo) lhe agrada, essa forma de governo será legitima.» Sophisma grosseiro foi esse, Cidadãos, que, como

todo o sophisma, cahirá por terra com duas palavras. A Humanidade, perpétua em si, extingue-se por partes; as gerações renovam-se; os homens atravessam a superficie da terra para sumirem-se na morte, não deixando mesmo muitas vezes o vestigio da passagem; dentro de meio seculo uma geração tem sido completamente substituida. Ora, estabelecer a geração de hontem o que deve fazer a de hoje, determinar a geração de hoje o que deve adoptar a de amanhã — é simplesmente a geração de hontem quebrar a liberdade da geração de hoje, como esta annullar a da geração de amanhã. Ora, todas as monarchias, desde o mais torpe absolutismo até a monarchia constitucional representativa, arrogam-se o titulo de perpétuas. Mas as gerações não são perpétuas, não podem estatuir sinão para o que lhes pertence, para o que lhes é *actual*, nada podem estabelecer com character de perpetuidade. Logo não podem estabelecer a Monarchia.

Hoje, Cidadãos, esta grande evidencia penetrou victoriosa no animo de todos os monarchistas brasileiros, ou da maior parte d'elles. Batidos assim, levados de derrota em derrota, sempre infelizes nos subterfugios que buscam, voltam novamente os seus exercitos contra nós, e fazem um ultimo appello, o appello dos desesperados, o appello do naufrago, que lança mão da primeira taboa. «E' verdade», dizem elles, «é verdade que a Republica é o mais legitimo governo, a mais legitima forma politica, a unica forma scientifica, digna da nossa Patria, como de toda a Humanidade; mas o que é tambem certo é que, no Brazil, a Republica não é opportuna». Foi assim que entre nós appareceu a doutrina chamada do *opportunismo*.

Eiç-nos chegados ao amago da questão: trata-se de saber si esta forma de governo tão alevantada, ultimo resultado das der-

radeiras conclusões scientificas, que vae dia por dia assombrosamente engrossando seus aguerridos exercitos, é ou não opportuna para nós.

Não passemos, entretanto, adiante sem notar que esta doutrina do opportunismo é nova no Brazil: veio-nos de uma imitação franceza. Vêde, Cidadãos, a coherencia dos nossos adversarios: accusam-nos de imitadores inconscientes dos Estados-Unidos, da propria França; mas não sabem olhar para si, não sabem ver que são elles os verdadeiros imitadores, que este ultimo obstaculo que levantam á liberdade da Patria é uma baixa, uma servil imitação.

Mas, vejamos o que é o opportunismo, vejamos em que se funda elle no Brazil.

E' verdade que as nações, que a Humanidade não marcham aos saltos, que tudo está sujeito a leis rigorosas. A sciencia, de degrau em degrau, por uma penosa e longa elaboração, penetrou em tudo; passou do mundo inorganico ao mundo organico e d'este ao superorganico, da pedra bruta ao craneo que pensa e raciocina; a sciencia mostrou luminosamente que a Humanidade está sujeita a grandes leis de imprescriptivel rigor mathematico. Insensatez temeraria seria pretender romper os élos d'aço d'essa fortissima cadêa. Assim sendo, é claro que cada cousa, cada instituição politica ou social tem, para concretisar-se, seu periodo proprio, sua epocha exacta. Fazer cada cousa a seu tempo, acompanhar scientificamente este desdobramento progressivo, nada fazer de encontro ás suas imperiosas exigencias — eis no que consiste o legitimo opportunismo. Mas ¿porventura, é neste solido fundamento que se apoiam os nossos monarchistas?

Cidadãos, evidentemente estes adversarios batem-se com armas desleaes, batem-se com subterfugios. Eu apresentarei desde ja a primeira e a mais formidavel brecha d'este argumento capcioso:—dizem que a Republica não póde ser applicada ao Brazil, porque não é opportuna; mas, Cidadãos, provado, como deixei, e como elles, monarchistas, não contestam, que a Republica é a unica forma racional de governo, a unica forma digna da nobreza humana,—claro está que a questão versa unicamente, que toda a questão versa justamente, exclusivamente sobre saber-se si ella é ou não opportuna. Mas os monarchistas combatem a opportunidade da Republica ; *dizendo que ella não é opportuna!* ; O que é isto sinão cahir em um grosseiro circulo vicioso? (*Apoiados, muito bem.*)

Eis ahi as armas de combate dos monarchistas de todos os matices, armas tão fracas quanto pretenciosas. Eu os persiguirei 'neste terreno falso onde se collocaram. Espero deixar hoje esta questão perfeitamente liquidada.

Quando, entretanto, se vêem oppressos pela inflexibilidade de nossa logica, não raro vemol-os appellar dogmaticamente para um sem numero de argumentos, no sentido de demonstrar a inopportunidade da Republica, argumentos que sobresaem todos pela falta de solidez. Eu procurarei synthetisar essas falsas objecções, buscando traduzir, em poucas palavras, o melhor que me fôr possivel, o pensamento infenso á Democracia. A Republica no Brazil não é opportuna, dizem os seus contrarios :

1.º *Porque a Republica exige, como governo sabio que é, instrucção bastante da parte de seus membros, — e o nosso Povo não tem instrucção ;*

2.º *Porque a Republica é o governo da opinião,—e no Brazil não ha opinião publica;*

3.º *Porque a Republica precisa de cidadãos illustres que a dirijam e desenvolvam, — e nós não temos homens em taes condições;*

4.º *Porque o Povo ignorante precipitar-se-á necessariamente na anarchia, e, como a anarchia provoca a reacção, estes dous flagellos cahirão sobre a Patria;*

5.º *Porque devemos acceitar as severas licções da experiencia, — e as Republicas hispano-americanas são um exemplo vivo para fazer-nos recuar diante da idéa de tal governo;*

6.º *Porque não devemos ser ingratos para com a Monarchia, que nos tem dado com mão larga todas as liberdades de que gosam os povos livres.*

Tudo isto é affirmado com um ar de dogmatismo que espanta.

Eu tomarei todos estes argumentos, cada um de per si, e, sem presumpção o digo, Cidadãos, hei de reduzi-los ás suas verdadeiras proporções, isto é, — a nada.

Ninguem nega, nós, republicanos, nunca negámos que o povo brasileiro não dispõe de uma instrucção como fôra para desejar-se. Direi melhor,—os factos mais irrecusaveis demonstram que é assombroso o estado actual de ignorancia que se observa 'neste paiz. Mas, ¿o que prova isto? Prova que o governo que ha mais de meio seculo dirige os nossos destinos, que tem sido o unico arbitro do nosso desenvolvimento, annullando a acção individual por uma centralisação terrivel, que tem disposto de todos as forças nacionaes sem o minimo obstaculo, prova unicamente que este governo é incapaz, completamente incapaz de fornecer a instrucção de cuja falta o povo se resente; prova que

a causa unica do nosso atrazo é essa Monarchia gasta e corruptora, que absorve a poderosa seiva da nação, que derrama rios de dinheiro no sustento de familias vadias, na practica dos maiores escandalos, e tem sempre as costas voltadas para essa pobre besta de carga que se chama Povo, que não lhe implora, entretanto, mais do que um pouco de luz, em troca do suor e do sangue que por ella derrama. (*Applausos.*)

Si quereis, portanto, que a instrucção se divulgue, si quereis arrancar da noite da ignorancia esses milhares de concidadãos nossos que 'nella jazem tristemente, si quereis transformar os escravos inconscientes em cidadãos liberrimos,—sêde logicos—combatei o effeito destruindo a causa, combatei a Monarchia, esmagai o throno, e a luz ha de cahir abundante sobre as cabeças dos nossos compatriotas, acurvadas hoje ao peso do jugo monarchico. (*Grandes applausos.*)

Mas, Cidadãos, esta questão de instrucção é, como todas as que levantam os nossos pseudo-opportunistas, uma questão puramente social; vós deveis saber, quasi ninguem ignora hoje, depois de mil fecundas experiencias historicas, depois principalmente que appareceram as grandes obras de Comte, do chileno Lastarria e de muitos outros pensadores modernos, que as reformas sociaes não se podem operar no seio da sociedade sinão em um regimen politico adquado, accommodado á amplitude das exigencias dessa reforma que se pretende plantar. A organisação politica precede a social (*Apoiados*). Que o nosso estado politico não comporta o desenvolvimento da instrucção não é necessario demonstrar especialmente; nada fala tão eloquentemente como os factos que todos podem verificar. Neste systema, todas as forças do governo, em eterna lucta contra os esforços populares, absorvem-se

nos cuidados da propria conservação ; a complicadissima, a pesada machina governativa exhaure toda a actividade das classes dirigentes. E' por isso que esta Monarchia anomala não póde trabalhar efficazmente pela instrucção ; separa-se do Povo, reprime, aperta, nullifica, esmaga todas as tendencias da sociedade (*Muito bem, muito bem.*) Não é necessario accrescentar que só o governo republicano será capaz de realisar essa aspiração.

Cidadãos, um outro motivo ha que me faz crer que a Monarchia nunca dará instrucção ao Povo ; motivo de um grandissimo alcance pratico : é que — a Monarchia não tem dinheiro (*Riso*). As importantes fontes de renda d'este paiz tão rico como nenhum outro, esgotam-se pelo escoadouro de pesados e vexatorios impostos, empregados em todas as extravagancias imaginaveis, menos em accudir á nossa primeira e mais urgente necessidade, — a instrucção, para a qual destina-se uma verba magra, risivel em todos os orçamentos. Este mal não póde ser remediado com a actual forma de governo ; porque todas essas despesas são imprescindiveis na Monarchia. A todo o momento se estão fechando escolas ; mas ninguem sonha em restringir as despesas superfluas, as despesas de luxo, que faz principalmente certa familia vadia, indispensavel na Monarchia. Tenho aqui, a este respeito, uns apontamentos interessantes, extrahidos de um *inventario da Monarchia*, publicado pelo excellent organ republicano — a *Republica*, que apparecia na Côrte, e mais tarde augmentados e enriquecidos pelo illustre tribuno republicano, o sr. dr. Martinho Prado Junior. Por esses apontamentos se vê que só a familia imperial tem esbanjado a somma consideravel de 234,000 contos de réis. Esta quantia era sufficiente (não contando-se ja os juros) para se edificarem 23,400 escolas publicas, pelo exagerado

preço de 10 contos de réis cada uma. E esta, si bem que seja a mais immoral, não é comtudo a maior sangria monetaria a que a Monarchia nos obriga. Todos conhecem a sua indole esbanjadora; eu não me demorarei 'nestes factos.

Por tudo isto, vê-se que a causa principal, a causa, pode-se dizer, unica do nosso atraso em materia de instrucção popular é a propria Monarchia. ; Como é, pois, que se diz todos os dias, com uma arrogancia que revolta, que não podemos ser republicanos, porque o nosso Povo não está instruido? Não; o unico impeçilio que a instrucção encontra é o governo monarchico; a vida da instrucção depende do estabelecimento da Republica, é um facto que torna ainda o seu advento mais urgente, mais necessario. Fica assim voltado contra os proprios monarchistas o golpe que nos atiram e que não nos póde attingir.

A 2.^a objecção imprudentemente atirada ao campo republicano, fundada na falta de *opinião publica*, é questão que se resolve de modo identico; não offerece maior solidez do que as outras. Em um poncto estou de pleno accordo com os adversarios:—o estado actual do paiz é o mais desolador possivel. Nem se póde mesmo suppor maior prostração civica do que essa a que chegou este Povo infeliz, docil á vontade de todos os governos, escravo submisso das imposições que descem do alto.

Tudo isto foi obra exclusiva da dictadura monarchica. Todos sabem que nos primeiros tempos de nossa independencia, logo que nos libertámos de Portugal, quando muito mais ignorante ainda era o Povo, quando a nação estava no berço e quando tambem, por conseguinte, o virus monarchico não lhe tinha ainda invadido o coração,—eram muito mais frequentes esses le-

vantamentos que accusam a existencia de uma consciencia nacional; o Povo por muitas vezes resistio á vontade despotica dos mandões; os patriotas mineiros nobremente repelliram as imposições do primeiro imperador, cuja arrogancia, mais tarde, quebrou-se de todo aos pés da soberania popular, no dia de mais legitimas glorias d'este paiz, no 7 de Abril. Depois, dia por dia, se foi estancando no amplo coração popular esse nobre sentimento de resistencia; a Monarchia foi pouco a pouco narcotizando, abastardando, corrompendo, annullando a consciencia nacional, — até que chegámos a este estado desesperador, degradante, em que tudo rasteja, todos os homens afogam-se no lodo, para só elevar-se sobre os destroços dos nossos brios a detestavel estatua de uma tyrannia mascarada e arrogante. (*Grandes applausos*). Foi ella que produzio toda esta miseria.

; Não temos opinião publica! Mas, senhores monarchistas, ¿ como quereis que tenha opinião um Povo a quem se arrancam os mais inviolaveis direitos; um Povo que está privado do direito de suffragio, do direito de eleger o seu primeiro representante; que está sujeito a vêr a sua representação enxotada vergonhosamente por uma vontade extranha á sua; um Povo que tem sobre o dorso, perpetuamente, como um phantasma, a garra do fisco, arracando-lhe avidamente o fructo do trabalho honrado? (*Applausos*). ¿ Como quereis que tenha opinião aquelle cuja bocca jaz amordaçada, cujos braços jazem amarrados em um supplicio degradante, o rebanho faminto, hypocritamente explorado pelo intruzo importunó que empunha o cajado do mundo? (*Grandes applausos*). ¿ Como quereis opinião sem liberdade, como quereis opinião na Monarchia? (*Estrepitosos e prolongados applausos*).

Derribai esse padrão de vergonhas, desthronisai o despotismo,

entregai ao Povo o seu proprio governo, proclamai, emfim, a Republica, — e tereis a opinião que tanto desejais, e tereis a felicidade da Patria. (*Muito bem, muito bem*).

Como a da opinião publica, a questão da *falta de homens*, a que se refere a 3.^a objecção formulada pelos nossos inimigos, tem uma solução muito diversa da que elles apresentam. «Não temos homens», dizem elles, «¿ Como, pois, quereis proclamar a Republica? ¿ Quem ha de sustental-a e servil-a dignamente? » E' verdade que muito poucos homens de bem, de reconhecida reputação, no seio da pequena parte do paiz que pensa, que muito poucos apparecem ainda á tona d'essa grande mediocridade que rasteja. Um jornalista distincto aqui, um parlamentar illustre acolá e um ou outro que vegeta na sombra do lar, sem conseguir erguer-se, peado pela athmosphera pesada que a Monarchia creou — são estes os poucos. Mas, ¿ vede a profunda ignorancia das que fazem d'isto um argumento contra a Republica, vede como elles não medem o alcance das palavras que proferem, ou, então, como argumentam de má fé! ¿ Sim! de má fé; porque é impossivel que qualquer homem que sinta o peso das licções da historia atire proposições d'esta ordem. ¿ Pois que! Cidadãos, ¿ haverá quem ignore hoje que os grandes homens não rebentam espontaneamente do seio da terra? ¿ Quem não sabe que os homens são grandes ou pequenos, heroes ou imbecis, segundo a natureza do meio que os cerca, segundo a força da seiva que os alimenta, segundo a epocha em que vivem? Ninguem ignora que, antes da grande Revolução de 89, apenas uma phalange de pygmeus arrastava-se no solo captivo da França; mas quando rebentou a rugidoura tempestade que abalou e desfez em pedaços o throno do despotismo, — então, apoz o estampido da liberdade,

as consciencias embriagaram-se de luz, os grandes homens brotaram de todos os lados, appareceram aquelles gigantes phantasticos, que assommavam na tribuna, como genios desconhecidos, agitando e revolvendo, ao sopro eloquentissimo do verbo da redempção, o tormentoso mar dos corações populares. (*Applausos*). Os grandes principios fizeram os grandes homens; a liberdade fez os seus soldados; porque os homens são filhos das circumstancias; assumem as proporções do seu tempo.

Agora, ¿quereis saber o que é verdade de tudo isto, com relação ao nosso paiz? O que é verdade é que, 'neste meio corrupto 'neste meio apodrecido pela acção malefica do absolutismo de facto, raros, rarissimos serão os que se levantem acima da atonia geral; só podem crescer anões, não podem crescer gigantes (*Applausos*), e os anões fervem de todos os lados; porque, Cidadãos, é uma verdade que quanto mais immundo é o terreno tanto mais vicejam os cogumellos. (*Grandes applausos*). E' por isso que vemos agitar-se na lama esse ridiculo exercito de ratos (*Riso*) que róe o pedestal da Monarchia, quando pensa consolidal-o.

Os homens, portanto, pelos quaes suspiram os nossos pseudo-opportunistas, não apparecem — não porque não existam — mas porque falta-lhes o meio, porque este meio actual os amesquinha e suffoca. Si quereis que appareçam homens, si quereis que appareçam 'nesta terra americana verdadeiros colossos que saibam e possam sustentar nos hombros a arca sancta da Patria, por tanto tempo esmagada pelos pés de uma tyrannia mascarada e tôrpe, — abalai o throno, abatei a Monarchia, — e vel-os-eis surgir do coração do povo, dignos filhos d'esta suberba terra brazileira. (*Applausos.*)

Como 4.º argumento contra o advento immediato da forma republicana, os nossos adversarios lembram o temor que todos devemos ter de provocar essa situação terrivel, na qual os governos constituidos abatem-se no mesmo dia em que se levantam, na qual as mais sagradas prescripções da lei são calcadas pela espada do primeiro ambicioso vulgar que apparece; situação que tem o nome de *anarchia*.

Cidadãos, a anarchia, como todo o mundo sabe, como a historia demonstra, como a sciencia ensina,—não é um estado normal da natureza humana; nem as nações se podem perpetuar em tal estado. Dá-se ás vezes um como desmoronamento no proprio seio do universo, como no seio das sociedades. Este facto succede sempre ás infracções que se dão na grande lei que governa todas as cousas; mas apoz o rompimento, a lei tende de novo a adquirir o seu imperio, tudo se restabelece, entra no movimento normal, e a quadra da perturbação não fica sendo mais do que um momento na perpetuidade dos tempos. A desordem, a anarchia é essencialmente transitoria; temer que ella se perpetue é fazer profissão de ignorancia.

Bem conheço que, depois desta profunda desmoralisação, que só a Monarchia teve a rara gloria de infundir em um paiz americano, bem vejo que, depois d'este apodrecimento geral,—é bem possivel que os primeiros dias da Republica não sejam dias de paz para todos. Porem, dado mesmo o caso que isto aconteça, ¿poderá, por ventura, ser duravel essa desordem? Nunca houve maior possibilidade de perpetuar-se a anarchia do que depois da revolução franceza, que foi chamada a eliminar brusca e radicalmente uma ordem social accumulada pela acção de muitos seculos; entrentanto, o estado de anarchia foi rapido, foi um

apice, comparado com a enorme porção de seculos de atrazo que se oppunham á nova ordem. Entre nós a questão é exclusivamente politica; não temos uma pesada e resistente ordem social para combater e destruir; muito menos, portanto, devemós temer a anarchia.

Em tudo isto eu só descubro um perigo serio, sem applicação, todavia, ao Brazil, como mostrarei: é o perigo da *reacção*, de que os adversarios nos apontam um exemplo na França. Passado o primeiro impeto da Revolução, Bonaparte soube suffocal-a em meio, fazendo pesar a lamina ensanguentada de sua espada na balança das liberdades francezas. Este grande despota conseguiu annullar as garantias que o povo francez tinha conquistado pelo preço do proprio sangue, quebrar a altivez de uma nação valente e levantar acima de toda a França a sua estatura de guerreiro, que, ainda que fosse grande, desaparecia, comtudo, perto da que diante d'elle se erguia. Foi uma reacção, a reacção da monarchia, a reacção do despotismo. A ella se prendem todas as outras que, mais tarde, assolaram a França. Mas, pergunto eu: ; No Brazil será isso possivel? Não. A reacção trazida por um ambicioso não é possivel aqui, pelo proprio character do Povo brasileiro, Povo essencialmente manso, essencialmente pacifico, incapaz de seguir fascinado o rastro de sangue de um bandido feliz. Si mesmo na França, cujo espirito feroso, educado nas casernas da idade media, facilmente se deslumbra diante do brilho de uma espada conquistadora, si mesmo na França Napoleão não conseguiu sustentar-se por largo tempo sobre o throno usurpado á boa fé dos compatriotas,—; quem o conseguirá entre nós, onde os factos consummados têm uma grande força, onde os interesses individuaes falam de perto a todos os homens? São os

proprios monarchistas que falam-nos todos os dias da indole pacifica do nosso Povo.

Demais as reacções têm tambem existencia transitoria. Ahi está para proval-o, o exemplo que acabo de apontar, o exemplo de Bonaparte, cujo olhar d'aguia domava os mais temerosos adversarios; si mesmo este gigante vio-se em breve obrigado a rolar do throno que para si levantára, muito menos, aqui, um bandido mediocre, sahido da sombra e da lama das revoluções, poderá no seio da livre America levantar a espada victoriosa. E, si esse bandido apparecer, será sumir-se no dia seguinte. Mostrar-lhe-emos o exemplo de Rosas, enxotado do seio generoso da Republica Argentina, pela vontade energica de um Povo livre; mostrar-lhe-emos o exemplo de Maximiliano, que não conseguiu tisanar a bandeira immortal da Republica mexicana, e cujo cadaver foi cahir ensanguentado e frio da joven America na velha Europa, sobre os degraus do throno do grosseiro despota que o havia enviado para essa machinação infame. (*Muito bem*). Nós não temos raças dymnasticas, não temos tradições monarchicas; podemos ter quaesquer tradições; monarchicas não. ; Quem, pois, será o aventureiro? Crede, Cidadãos: a anarchia e a reacção são impossiveis aqui; mas, quando mesmo ellas sobreviessem, eu ja mostrei que são passageiras, que são transitorias, que extinguir-se-iam immediatamente, que não podem, portanto, constituir um obstaculo para impedir que nós caminhemos para a liberdade. Ha, porem, uma outra anarchia de que ninguem se apercebe, mas que todos sentem; é a anarchia tacita, encoberta, que surdamente róe o coração da sociedade; é a anarchia creada pela indefferença que a centralisação monarchica infundio em todos os espiritos. Essa é a mais perigosa e terrivel, a que

mais dura, a que assoberba actualmente a sociedade brazileira. Quebremol-a pela base; estabeleçamos pela Republica a actividade e o accordo de todos os espiritos.

E' ainda por este infundado temor de uma anarchia que não comprehendem que os monarchistas apresentam-nos constantemente, com embaraço ás nossas generosas aspirações, o exemplo das *Republicas hispano-americanas*. Esta questão das republicas hispano-americanas tem sido sempre o cavallo de batalha dos monarchistas *enragés*. Para mim, Cidadãos, nunca houve lembrança tão infeliz como a dos que foram achar tal argumento: 1.º—porque essas Republicas conseguiram estabelecer a forma de governo por que se regem com um estado de instrucção muito inferior ao nosso actual, o que prova que para nós muito mais facil seria assental-a hoje; 2.º—porque a causa unica das perturbações por ellas soffridas é a natureza do genio espanhol, que não foi a tempo refreado, como prova a propria Hespanha que tem soffrido peiores commoções, sendo monarchia; 3.º—por que apparece tão grande, tão nitida, tão clara, com esta confrontação, a superioridade do governo republicano sobre o monarchico, que os pseudo-opportunistas deviam recuar diante de tal exemplo. De facto, Cidadãos, é tão superior ao nosso governo d'aquellas Republicas, que mesmo nadando ellas em sangue, sempre presas de correrias, de sedições muitas vezes injustificaveis, debatendo-se no mar das mil commoções politicas que ali todos os dias se manifestam,—o progresso fluctua á tona das revoluções, animado pelas instituições livres. O Estado Oriental do Uruguay e a Confederação Argentina, as duas mais accusadas, (*) possuem uma somma de instrucção popular espantosa-

(*) E' notavel que os defensores d'este desacreditado regimen monarchico, em suas invectivas, só se lembrem de falar-nos d'estas duas Republicas. ¿ Por

mente superior á nossa; (*) têm os seus *pampas* cobertos de vias ferreas, como nós estamos longe de possuir; têm o correio gratis para os jornaes e obras impressas; os direitos de alfandega são insignificantes, os impostos limitadissimos, porque o Estado tem muito pouco que despender, e muito menos terá ainda quando sua vida politica serenar de todo, quando despedir o exercito, porque a liberdade não precisa de força para sustentar-se, porque a força da liberdade é a mesma liberdade (*Muito bem*).

Alem d'isso, os monarchistas, que argumentam, para opporem-se ao estabelecimento da Republica, com a raça, com a indole, com a educação do nosso Povo, não têm o direito de ir buscar um parallelo entre nós, brasileiros, e os hespanhóes: 1.º—porque a nossa raça, modificada pelos agentes physicos e intellectuaes, climatericos e industriaes, desviou-se extraordinariamente mesmo da portugueza, e quanto mais da hespanhola, ja diferenciada d'aquella, apesar de terem ambos tido o mesmo, ou quasi o mesmo, berço? 2.º—porque os nossos costumes são diametralmente oppostos aos das Republicas hispano-americanas. Por conseguinte, si a raça e os costumes não têm valor algum, e para que nos falam 'nelles os monarchistas? e, si têm, visto que a nossa raça, a nossa indole, os nossos costumes differem essencialmente dos das Republicas hispano-americanas, e como é que se apontam esses paizes como espantalhos á futura Republica brasileira, quando não ha paridade alguma?

que não falam do Chile? e da Columbia? e da Nova Granada? E' sabido que estes paizes republicanos têm desenvolvido um progresso pacifico tão surpreendente que deixa muito longe o *grande Imperio* da Sancta Cruz. (Cruz tem elle nos hombros, e pesada.) Os monarchistas ou esquecem isto de proposito, ou porque não conhecem os factos: são mentirosos, ou ignorantes.

(*) Da população da Confederação Argentina 7 % sabem ler e escrever; da do Brazil apenas 1 1/2 %!

Concluamos d'aquí que tal exemplo é uma monstruosa banalidade. Si elle tem algum merito, é certamente o de provar contra a Monarchia, o de provar a favor da Republica.

Refutemos, Cidadãos, a 6.^a e ultima objecção que nos fazem os inimigos da Democracia. Dizem-nos elles a todo o momento: «Sois ingratos para com a Monarchia, que vos tem cercado de todas as garantias. ¿Para que quereis derribar uma forma de governo que vos tem dado todas as liberdades, que vos garante a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento, tudo, emfim, que não vos daria a melhor Republica?» Cidadãos, é preciso, antes de tudo restringir esta declamação dos inimigos:

Não são tantas as liberdades de que gosamos; por exemplo: falar contra a existencia de Deus é um crime; falar contra a immortalidade da alma é um crime (*Riso*); falar contra os artigos da Carta Constitucional é um crime. Muito longe eu iria si quizesse mostrar tudo o que as leis escriptas dizem contra a liberdade. Eu mesmo, que prégo 'neste momento a grandeza da Democracia, que defendo-a dos injustificaveis ataques de inimigos desleaes, — si fossem cumpridos certos artigos do Codigo Criminal, — teria de descer d'esta tribuna pelo braço d'um esbirro. Si o governo não manda executar essas disposições terminantes e claras, nós não temos a culpa d'isso: mostra simplesmente que é fraco, que é inepto, que não tem força para fazer valer a lei, que não é digno de respeito, que não é digno d'esta grande terra; (*Applausos*) ou, então, o governo trata-nos com o mais repugnante dos artificios: combate-nos com o silencio, com a indifferença cynicamente estudada, a peor de todas as armas, nas mãos de um inimigo perverso. Esta ultima hypothese é, com

certeza, a verdadeira: a Monarchia muito de proposito não põe em pratica as disposições tyrannicas de suas leis. Ella teme provocar essa lucta desesperada, a que recorrem todos os desprotegidos da justiça; ella sabe que a perseguição apressa a victoria da idéa, sabe que o martyrio retempera a força e o valor dos apostholos de uma grande causa. Não; essa tolerancia embusteira não nos convem, a nós republicanos. E' minha convicção profunda, Cidadãos, que no dia em que nos arrebatassem estas minguadas liberdades, no dia em que os nossos irmãos de combate fossem arrastados ao calabouço, á proscricção, ao degredo, no dia em que o despotismo emboscado, que hoje zomba de nós, se resolvesse a mostrar abertamente as afiadas garras que possúe, —'nesse dia havia de acordar finalmente a consciencia adormecida e enregelada no seio dos opprimidos, e d'esta Monarchia torpe e insolente não ficaria restando mais do que a vergonhosa lembrança, como um borrão eterno nas paginas da nossa historia. (*Grandes e prolongados applausos*).

; E dizem ainda que devemos ser gratos á Monarchia! Não conheço maior insensatez do que a dos que affirmam que a ella devemos os fóros de liberdade que possuimos hoje, que a ella devemos o proprio direito de accusal-a e combatel-a. Os direitos do Povo não são presente de ninguem; são legitima e gloriosa conquista sua, conquista obtida em combates sangrentos contra os despotas de todos os tempos, a custa dos mais heroicos sacrificios, dos mais cruentos martyrios. ; Não! a Monarchia nunca nos deu liberdade; quando nossos avós quizeram a liberdade, arrancaram-na á força de suas garras assassinas; quando a Monarchia teve o poder nas mãos, nunca nos deu liberdades; deu-nos ferros e grilhões para tolherem-nos os pulsos, deu-nos a

mordaça infamante, que nos fazia morrer nos labios o grito da revolta. (*Grandes Applausos*). Ahi tendes o que nós devemos á Monarchia.

Cidadãos, parece-me que tenho respondido a todas as objecções, a todos os argumentos levantados contra aquelles, em cujo numero eu estou, que entendem que deve estabelecer-se ja, immediatamente no Brazil a forma republicana. Vós pudestes apreciar o fundo e a solidez d'essas pobres objecções. Appello agora para vossas consciencias: Por estes motivos, por estes argumentos, que eu acabo de destruir diante de vós, ¿ poder-se-á, porventura, oppor um obstaculo sério á Republica? Não; tudo isto tem effeito muito diverso: tudo isto prova contra a Monarchia. Vós devieis ter notado, Cidadãos, que todos esses ataques inconsiderados que com tão grande arrogancia nos são dirigidos, voltam-se justamente contra os que nol-os dirigem; o seu espirito é um só: o de provar que a Monarchia é a causa unica de todos os atrazos, de todas as miserias que soffremos, que o seu tempo acabou-se, que tornou-se *inopportuna*, que chegou, por consequencia, a urgente *oportunidade* da Republica (*Muito bem.*)

Somos nós, republicanos, por conseguinte, os verdadeiros, os legitimos opportunistas, porque sentimos, palpamos as necessidades da Patria e applicamos-lhe prompto remedio; inopportunistas são esses que resistem a uma lei imperiosa, por todos sentida; são esses que pretendem em vão amparar nos braços frageis um ruinoso edificio, que se vai todos os dias esboroando, sem corresponder aos interesses que se transformam, ás necessidades surgem; são os monarchistas.

E, entretanto, Cidadãos, ainda ha quem tenha o arrojo de chamar-nos utopistas e sonhadores. ; Utopistas nós, que discu-

timos, sem recuar uma linha, no terreno severo da pratica, no campo exacto e positivo da sciencia! ; Sonhadores nós, que observamos attentamente o passado, que compulsamos o presente e propomos as urgentes medidas que elle reclama! Dizem que nós queremos arrastar para o presente uma ordem de cousas que está no futuro, que sonhamos um estado inopportuno para nossa Patria. Admittamos que isso seja exacto. Agora pergunto eu: quaes são os maiores sonhadores: ; os que querem a todo o transe sustentar e perpetuar um presente imprestavel, que foge continuamente,—ou os que tractam de destruil-o? ; Os que se levantam para desenterrar um passado morto e apodrecido na poeira dos tempos,—ou os que pensam no futuro, que, ao menos, será um dia uma luminosa realidade? ; Os monarchistas ou os republicanos? (*Muito bem, muito bem.*) Neste grande seculo, que abateu definitivamente as soberanias de facto, para elevar as soberanias de direito, 'nesta grande, 'nesta vasta, 'nesta bellissima e joven America, destinada a ser o refugio e o mais alevantado altar da liberdade,—os sonhadores, os unicos sonhadores são os monarchistas. (*Applausos*).

E esta faculdade de sonhar ingenuamente, esta propensão para viver em um sonho eterno tem produzido varios effeitos singulares no modo de pensar dos nossos inimigos. O principal d'elles e o mais notavel consiste em acreditarem na chamada regeneração da Monarchia, em acreditarem que se possa um dia concertar esta machina desmantelada ja pela logica fatal das coisas. E' partindo d'este descommunal absurdo que os monarchistas nos querem convencer de que a propria Monarchia nos ha de um dia fornecer os meios de fundar pacificamente a Republica, para a qual, dizem elles, ainda não chegou o tempo. Dizem até

mesmo, Cidadãos, que a Carta Constitucional, que as leis organicas abrirão naturalmente passagem para o definitivo assentamento da forma republicana. Isto, para mim, não é mais do que um sophisma protelatorio, ou um erro funesto, infelizmente alimentado ainda por muitos correligionarios meus; erro que eu espero, entretanto, ver muito breve abandonado por todos.

E' para mim uma convicção profundissima, filha de largo estudo, e não dos impetos fogosos da mocidade, — que, no estado actual das cousas, os meios puramente pacificos, os meios legaes — nunca darão vida á Republica no Brazil, e tenho, para pensar assim, os mais fortes motivos.

A propria indole do governo monarchico é, antes de tudo, o primeiro obstaculo que impedirá sempre o advento normal de toda e qualquer instituição que lhe fira os interesses, e principalmente da Republica. A Monarchia, como ja vos disse, tem a velleidade de suppôr-se perpétua; passar d'ella para a Republica é abater-lhe esta pretensão; a Monarchia, por conseguinte, resistirá á Republica com o desespero de quem defende sua propria vida.

Todas as instituições monarchicas, que poderosamente influem na marcha da civilisação brasileira, participam necessariamente d'essa indole malefica. Composto de velhos, que dispõe de poderes vitalicios, e, alem de vitalicios, — irresponsaveis, surdos a todos os reclamos do presente, e a todas as previsões do futuro, impressionados fortemente pelas tradições do remoto passado que lhes foi berço, — o Senado, que está, por um vicio fatal da Carta Constitucional, armado do formidavel gladio reaccionario, com o qual corta a cabeça a toda a reforma generosa que se levanta no seio da Patria, o Senado, Cidadãos, será um inimigo

perpétuo, uma perpétua muralha, de encontro á qual se irá despedaçar toda a tentativa de reforma pacifica radical.

O poder moderador é, segundo a linguagem servil da Carta Constitucional, *a chave de todos os outros poderes*, o *primus inter pares*. Este poder terrivel é exercido *privativamente* pelo imperador; ora, a Republica é a morte, é o desmoronamento do throno em que se assenta o imperador; por conseguinte, o imperador, a menos que não queira buscar o proprio suicidio, a menos que não seja inepto, —resistirá sempre á Republica, armado da lei.

UMA VOZ:—O Povo o obrigará.

O ORADOR:—E' onde eu quero chegar.

Ha, Cidadãos, um quarto motivo ainda, que me faz desesperar completamente de se poder jamais, pelos meios pacificos, pelos meios legais, dar entrada á Republica em nossa Patria: entendo que as reformas de que depende qualquer progresso para a liberdade, a reforma de que depende a mudança da forma de governo, que é o mais essencial de todos os progressos, as reformas chamadas constitucionaes — não se podem realizar, segundo a lettra expressa da Carta, sem a intervenção do Senado e do imperador. (*Sussurro*).

Esta opinião tem sido asperamente combatida por muitos homens bem intencionados, no louvavel proposito de arrancar ás mãos do rei parte do seu poder absoluto de facto; a verdade entretanto apparecerá em toda a sua nudez desde que compulsemos a lettra da lei. Para mim é questão vencida. Diz a Carta Constitucional que, tractando-se de uma reforma 'nestas condicções e e' sendo acceita a necessidade de tal reforma (*lê*): «Art. 177.

—Na seguinte legislatura, e na primeira sessão, será a materia proposta e discutida, e o que se vencer prevalecerá para a mudança ou addição á lei fundamental, e, juntando-se á Constituição, será solememente promulgada.» Cidadãos, eu não quero nem posso demorar-me 'nestas considerações; quero apenas constatar este facto, que considero importantissimo. Serei breve. (lê) na seguinte legislatura.... na primeira sessão.... Pergunto eu: ; O que é uma legislatura? ; O que é uma sessão? Responda o artigo 17: (lê) «Cada legislatura durará quatro annos; cada sessão annual quatro mezes.» A reunião, pois, da assembléa geral durante quatro mezes é uma sessão; consiste a legislatura nos trabalhos durante quatro annos da mesma assembléa geral. A assembléa geral consta das duas camaras, da dos deputados e da dos senadores, segundo o artigo 14. Ora, si a reforma de que tracta o artigo 177 deve ser discutida na seguinte legislatura e na primeira sessão; si estas palavras, *legislatura* e *sessão*, referem-se ás duas camaras simultaneamente; segue-se que as duas camaras intervirão na reforma; mas o Senado é uma d'estas duas camaras; logo o Senado intervirá. Mas—dizem os que combatem esta conclusão tão logica e tão clara — a Constituição positivamente declara que os eleitores conferirão poderes especiaes aos deputados, poderes que não conferem aos senadores. Nada mais facil de responder: E' porque a Carta entende que os senadores não precisam de taes poderes especiaes, ou, então, que ja os têm implicitos no mandato vitalicio. Demais, segundo a doutrina constitucional, não ha lei sem a approvação das duas camaras e a sancção do imperador: (lê) Art. 13.—«O poder legislativo é delegado a assembléa geral, com a sancção do imperador.» Em parte alguma a Carta faz excepção a esta

regra; por conseguinte, as reformas constitucionaes tambem estão sujeitas a ella. Diz ainda o artigo 177 que, depois de approvada a lei, será *solemnemente promulgada*. A forma da promulgação solemne aqui está no artigo 69 (*lê*): «Art. 69. Dom (N), por graça de Deus.... etc. fazemos saber.... etc. que a assembléa geral decretou e *nós queremos* a lei seguinte....etc.» A assembléa geral, repito, compõe-se das duas camaras: o imperador declara que sanciona; logo — o Senado e o imperador entram na formação das leis constitucionaes.

Eis ahi a verdade, Cidadãos. A verdade é que toda a reforma que 'nesta terra tentar levantar um padrão de liberdade, toda a reforma radical — terá forçosamente de passar pela guerra do Senado e do rei, terá de ser mutilada e abatida.

Supponhamos, entretanto, que toda esta argumentação seja falsa; supponhamos que o rei e o Senado não tenham de intervir nas reformas constituicionaes, e que estas devam ser feitas apenas pela camara dos deputados. Vós sabeis que esta camara é feita pelas bayonetas de um ministerio pratocinado pelo imperador que pode isemtpal-o de qualquer responsabilidade; este ministerio é livremente escolhido pela vontade do imperador; o ministerio faz a camara; a camara faz lei; esta, filha da subserviencia, não póde traduzir-se em uma reforma no sentido de estabelecer a liberdade. Supponhamos, porem, ainda que a camara fosse bastante independente e os ministros bastante honestos para não soffrerem a pressão do mandão. Ainda assim, o imperador, com um unico traço de penna, sem prestar contas a ninguem, —; póde enxotar o ministerio e despedir a camara! Ora, uma camara dissolvida não faz lei; portanto esta será feita por outra camara eleita ao sabor do imperador, ou, melhor — o im-

perador é quem faz a lei. Tudo isto encontra-se (*mostrando a Constituição*) 'neste papel sujo que chamam — Constituição brasileira. (*Palmas; prolongados applausos*).

Cidadãos, á vista d'estes factos irrecusaveis, á vista d'esta demonstração talvez fastidiosa, (*Não apoiados*) mas certamente muito exacta, argumentação, que não deixa rhombo por onde possa penetrar o inimigo, me parece que a triste verdade, que a tristissima consequencia é que os meios brandos, que a vontade mansamente manifestada do Povo, que é o unico soberano legitimo,— não são capazes de fazer nada digno da liberdade, 'neste pobre paiz. Ou nós seremos perpetuamente ingenuos, ou havemos de appellar para o unico meio que nos resta; tomar pela carreira unica que temos diante de nossos passos; onde não nos poderão impedir os raios que suspende na dextra o *tonante*; devemos seguir pela carreira que se abre toda a vez que se levanta o vulcão da consciencia nacional no seio oppresso do Povo; onde as forças dos despotas se abatem; porta unica aberta aos soldados da liberdade; devemos tomar pela carreira da Revolução. (*Calorosos applausos*).

Cidadãos, ainda quando a Revolução fosse tão barbara, tão feroz, como a pintam os seus inimigos,— ella não deixaria por isso de ser o ultimo recurso, o recurso extremo d'aquelles que desesperam da justiça estabelecida; nem ha injustiça, toda a vez, que se tracta de firmar a propria justiça. Accusam-nos de querermos a guerra, e dizem que a guerra é contraria á Democracia. ; Sim! queremos a guerra, mas a guerra que extingue a guerra, a guerra que consolida a paz.

Dizem que a Revolução, que o emprego da força é incompativel com a Republica, incompativel mesmo com as prescripções

da sciencia. Entendamo-nos, Cidadãos. Esta palavra *Revolução* é tomada em dois sentidos, em duas accepções diversas. Segundo cada uma d'estas accepções o seu fim é diverso tambem. Uma é injusta, outra é justa; uma é perturbadora, outra é humanitaria; uma é arbitraria, outra é scientifica. A *Revolução* ou se manifesta como uma *doutrina social*, ou como um *facto*.

Como doutrina, ella consiste (eu serei breve, estabelecendo esta distincção) consiste em crear na phantasia enferma uma chimera qualquer e querer, por força, accomodar a ordem real das cousas a essa chimera phantastica. Os sectarios d'esta doutrina não compulsam os factos, não medem a distancia que vai do real ao ideal, não palpam as necessidades sociaes, rebelam-se com a maior insensatez contra as mais intransgressiveis leis da evolução da sociedade. A profunda anarchia que caracteriza o estado actual do mundo civilisado é producto exclusivo d'elles. São elles que têm dado em terra com as liberdades publicas nas nações em que ellas mais fortes se ostentavam. São elles que têm aberto as mais dolorosas feridas por onde ainda hoje sangra o peito da Humanidade. (*Muito bem*).

E' cousa muito diversa a *Revolução* considerada como *facto*. Eu chamal-a-ia de preferencia — *Revolta*, porque este termo me parece exprimir melhor a idéa que a ella se liga. E' o exercicio de um direito, a reivindicação, a reacção da liberdade usurpada, a manifestação da vontade soberana. O *facto* *Revolução*, a *Revolta* funda-se 'nesta verdade incontrastavel: — todo o direito tem de ser reconhecido e garantido a todo o transe; quando os que têm o dever de reconhecel-o não se submettem espontaneamente, devem ser obrigados a curvar-se a elle. Uma idéa levanta-se no seio de um paiz qualquer, lança fundas raizes em todas

as consciencias, torna-se uma aspiração nacional; o governo, entretanto, d'esse paiz obstina-se em repellil-a, contra a vontade geral do Povo; 'neste conflicto, pergunto eu, ¿ quem deve ser o vencedor — o mandatario ou o mandante, o governo ou o Povo? Certamente deve vencer o Povo, deve triumphar a nação, deve triumphar a soberania. No facto de tornar effectivo este sagrado direito, contra a vontade resistente dos despotas, é que consiste a revolta.

Vêde agora si têm razão aquelles que nos accusam de rebeldes ás prescripções da sciencia, (*) de inimigos dos sentimentos humanitarios, supremo ideal da Democracia. A Revolução, assim comprehendida, é um facto naturalissimo, um poderoso auxilio do progresso, uma necessidade fatal d'estes tempos, em que ha ainda infelizmente cegos insensatos que pretendem travar as rodas ao carro da liberdade.

E' a Revolução, assim comprehendida, que tem promovido os maiores beneficios para a Humanidade, esmagando os despotas de todos os tempos; é ella que tem alevantado a consciencia de todos os povos que mais altos se ostentam hoje; é ella o ultimo appello dos que se vêm perseguidos pela lei, mas amparados pelo

(*) Algumas d'estas idéas fôram mais claramente desenvolvidas nas columnas d'*A Evolução*. «E' inexacto dizer « que se pôde transformar a revolução em evolução». Aquella é simplesmente, ja não um instrumento, mas uma phase especial d'esta.»....

....«Essa brusca ruptura é, como se vê, o resultado fatal de um grande disequilibrio entre dois elementos constantemente em lueta em todas as sociedades:—a liberdade, que gera as forças impulsoras, e a auctoridade, que gera as forças conservadoras. A revolução é, por consequente, um phenomeno tão natural como todas as elaborações da Natureza na ordem physica. A ser exacta aquella bella e engenhosa hypothese de Laplace, o systema solar se foi formando por uma longa serie de rupturas violentas dos aneis planetarios, verdadeiras *revoluções* occasionadas pelo disequilibrio entre as duas grandes forças naturaes centrifuga e de gravitação».

(*A Evolução, periodico redigido pelos Academicos Julio de Castilhos, Pereira da Costa, Assis Brazil, n. 10, pag. 80.*)

direito; será ella tambem, amanhã, o acto solemne da redempção d'este grande Povo brasileiro, por tanto tempo amesquinhado, esmagado ás plantas de uma tyrannia covarde. (*Applausos*). Eu tenho fé, Cidadãos, que esta nossa bellissima, que esta nossa estremecida Patria ha de um dia fatigar-se de soffrer sobre a candida servizo o júgo aspero da escravidão. No dia em que apparecer a descoberto o vulto hediondo do despotismo, que se occulta hoje nos antros da hypocrisia; no dia em que na porta d'esse parlamento, onde parece estar gravado o sombrio verso do Dante

Per me si va tra la perduta gente,

cahir a mascara do rosto d'esses representantes falsarios, que illudem a vontade popular e mentem á propria consciencia; no dia em que não houver mais um character a corromper, mais uma liberdade a arrancar das mãos do Povo; 'nesse dia—reboará fatalmente a impetuosa rajada revolucionaria, que ha de acabar por varrer do seio d'esta grande terra os ultimos vestigios de todas as vergonhas que nos assoberbam. (*Grandes applausos*).

UMA VÓZ:—Nesse poncto, apoiado. (*)

O ORADOR:—Bem sei que esta terrivel idéa de contemplar um mar de sangue derramado de corpos irmãos—aperta o coração, confrange a alma, dóe sinceramente no fundo da consciencia. Mas nem toda a Revolução precisa, por ser o emprego da força, de ser sangrenta. Tentemos por todos os meios pacificos, pelo preço dos maiores sacrificios, pela mais tenaz abnegação, enxotar do nosso seio a fera que nos degrada. A Republica é legitima, a Republica é opportuna; procuremos firmal-a, que-

(*) O Orador não ouviu este aparte.

brando a vontade dos despotas pela mais digna de todas as Revoluções, pela Revolução que não derrama sangue e não faz cadáveres. Mas si, entretanto, o poder resistir, si a tyrannia levantar em torno de si, contra a vontade nacional, uma floresta de bayonetas, ¿devem, porventura, recuar atemorizados e vendidos os soldados da liberdade? ; Não! Si a lucta fôr imprescindível, si imprudentemente a ella nos provocarem, acceitemol-a, luctemos pela justiça, pelo direito, pela liberdade, embora seja necessario derramar um mar de sangue,—comtanto que do seio agitado d'esse mar sombrio se levante esplendida e serena, lavada de todas as nódoas, limpa de todas as máculas, a veneranda imagem da Patria.

(Estrepitosos e enthusiasticos applausos. O Orador é cumprimentado e abraçado por quasi todas as pessoas que, em crecido numero, se achavam no recinto.)

F I M

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Site: www.ihgrgs.org.br - E-mail: ihgrgs@gmail.com